

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

DEZEMBRO-2022

Copel Distribuição S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06 | Inscrição Estadual 90.233.073-99

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" – CVM 2680-8

Rua José Izidoro Biazzetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba – PR CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL	4
1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO	6
1.1. COPEL DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	6
1.2. PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES	6
2. GESTÃO ESG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA	7
2.1. GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE	7
2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.3. DIMENSÃO SOCIAL	12
2.4. DIMENSÃO AMBIENTAL	24
2.5. BALANÇO SOCIAL	29
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	32
3.1. ANÁLISE MACROECONÔMICA	32
3.2. CONTEXTO REGULATÓRIO	32
3.3. MERCADO DE ENERGIA	37
3.4. INVESTIMENTOS	39
3.5. QUALIDADE DE FORNECIMENTO	43
3.6. GESTÃO DE PERDAS DE ENERGIA	44
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	46
4.1. RESULTADO LÍQUIDO	46
4.2. RESULTADO ANUAL E TRIMESTRAL	46
4.3. RECEITA OPERACIONAL	47
4.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	48
4.5. RESULTADO FINANCEIRO	49
4.6. ENDIVIDAMENTO	50
4.7. FLUXO DE CAIXA	51
4.8. VALOR ADICIONADO	51
4.9. INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES	52
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	54
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	56
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	57
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	59
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	60
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61
1. CONTEXTO OPERACIONAL	61
2. BASE DE PREPARAÇÃO	61
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	63
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	70

5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	70
6.	CLIENTES	71
7.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS	72
8.	ATIVOS DE CONCESSÃO	75
9.	CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO	75
10.	OUTROS CRÉDITOS	76
11.	TRIBUTOS	76
12.	DEPÓSITOS JUDICIAIS	82
13.	INTANGÍVEL	82
14.	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	83
15.	FORNECEDORES	83
16.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	84
17.	DEBÊNTURES	87
18.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	89
19.	ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	93
20.	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	93
21.	DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	94
22.	OUTRAS CONTAS A PAGAR	96
23.	PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE	96
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100
25.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	101
26.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	103
27.	RESULTADO FINANCEIRO	107
28.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	108
29.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	114
30.	COMPROMISSOS	117
31.	SEGUROS	117
32.	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	117
33.	EVENTOS SUBSEQUENTES	118
	COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	120
	RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	121
	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	131
	PARECER DO CONSELHO FISCAL	131
	PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE	133
	DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	139

Mensagem do Diretor Geral

A Copel Distribuição, no ano de 2022, atuou fortemente na gestão eficiente de alocação de recursos, intensificando os investimentos tecnológicos para estímulo à automação dos processos e aprimoramento na distribuição de energia de qualidade para seus clientes e consumidores, em alinhamento com a sua Ambição de ser a “melhor e mais moderna distribuidora do Brasil”.

Essa disciplina, levou a Copel Distribuição a ser reconhecida pelo Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica como a melhor Companhia em Qualidade de gestão, além de Melhor distribuidora de energia do Sul do Brasil.

Dentro da visão estratégica, a Companhia, através do “Programa Transformação”, que une os três principais pilares de investimento, aplicou o montante de R\$ 1,8 bilhão em obras de ampliação e modernização da rede elétrica no Paraná, promovendo automatização da rede, suporte para novos serviços e produtos e redução dos custos de Operação e Manutenção (O&M) e comerciais, além da constante busca pela melhora da qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Um pilar do Programa Transformação, o Rede Elétrica Inteligente (REI) é o maior investimento relacionado a Smart Grid no Brasil, que prevê a elevação do sensoriamento remoto e a substituição de medidores eletromecânicos e eletrônicos por equipamentos inteligentes, representando um salto sem precedentes na automatização da rede de energia, garantindo mais assertividade na identificação de defeitos e reduzindo a indisponibilidade do sistema de distribuição. O programa está em andamento e já atendeu 74 municípios paranaenses e recebeu R\$ 189 milhões em investimentos.

Outro pilar de investimento é o Paraná Trifásico, que já entregou 10.506 km de rede mais robusta e modernizada de um total de 25 mil km até 2025. A iniciativa está renovando a rede rural, o que significa mais qualidade e segurança no fornecimento para atender à produção agrícola, um motor econômico do Estado. O Paraná Trifásico cruza o território paranaense para tornar a nossa rede de distribuição mais resiliente e capaz de absorver o desenvolvimento e crescimento do Estado, nos próximos anos. Até 2022, o programa recebeu R\$ 1,2 bilhões em investimentos.

Por fim, o Confiabilidade Total, projeto com alinhamento mais técnico cujo propósito tem se consolidado, contempla melhoria da comunicação com as equipes de campo, a construção e automação de subestações e estações de chaves em municípios não atendidos por essas soluções e leva a tecnologia de inteligência das redes para cidades menores. Esse projeto recebeu ao longo de 2022 o montante de R\$ 104 milhões em investimentos.

A Copel Distribuição está atenta aos seus desafios diante de um cenário macroeconômico instável tanto no âmbito global quanto no âmbito nacional de pressão inflacionária e elevação da taxa de juros, para dar continuidade a sua missão de levar energia com qualidade aos clientes e responsabilidade perante as demais partes interessadas.

Dentro das áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG, destaca-se a destinação de R\$ 58,2 milhões em 2022 no Programa de Eficiência Energética (PEE), que visa o combate ao

desperdício de energia elétrica tais como a modernização de parque de iluminação pública, a substituição de equipamentos e a geração de energia fotovoltaica. Neste contexto, salientamos o investimento de R\$ 35 milhões para projetos de eficiência energética em hospitais públicos e beneficentes do Paraná que irá permitir a redução do consumo e, por consequência, dos custos da energia elétrica de 41 complexos médicos.

Importante destacar também que a Copel utiliza o meio digital para envio das faturas (e-mail ou SMS), de acordo com a opção do cliente. Esta ação reflete na redução da emissão em papel de mais de **1,8 milhão** de folhas de faturas mensais, que equivalem a 330 árvores preservadas mensalmente, bem como a economia de 26 mil kWh de energia. Sem contar a água, pois na produção de 1 kg de papel são utilizados 540 litros de água.

Por fim, a Copel Distribuição reconhece a importância do seu capital humano para que o negócio seja sustentável e perene. Assim, dentro do escopo do projeto de *Transformação Cultural*, direciona esforços na gestão de pessoas, com seus 4.257 empregados, em busca do equilíbrio entre relações humanizadas e a efetividade na realização das atividades e resultado alcançado. Nosso slogan é “todos juntos”, e assim precisamos estar para os desafios do futuro.

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral da Copel Distribuição

1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

É uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país e da América Latina. Em 2022, a Copel Distribuição foi considerada a melhor distribuidora do Sul do Brasil pelo Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, sendo a primeira em Qualidade de Gestão.

A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kV, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 31.01.2023, o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

	2022	2021	2020
Área de concessão Km	194.854	194.854	194.854
Nº de municípios	395	395	395
Consumo residencial médio ¹	166	168	170
População atendida ² - Urbana	9.929	9.861	9.793
População atendida ² - Rural	1.381	1.372	1.362
Consumidores residenciais ²	4.127	4.038	3.945

¹ KWh/ano / ² em milhares de habitantes

Participação de Mercado Fio	2022	2021	2020
Brasil ¹	6,2%	6,2%	6,2%
Sul ¹	33,3%	33,4%	33,3%
Paraná ²	97,0%	97,0%	97,0%

¹Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética / ²Dado estimado

1.1. COPEL DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

R\$ milhões	dez/22	dez/21	Δ\$	Δ%		dez/22	dez/21
Ativo total	20.539	20.805	(266)	(1,3)	Liquidez corrente (índice)	1,2	1,3
Caixa e equivalentes de caixa	430	393	37	9,4	Liquidez geral (índice)	0,9	1,1
Dívida líquida	4.344	2.985	1.359	45,5	Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	6,8%	10,6%
Passivo (Circulante + Não circulante)	13.929	13.246	683	5,2	Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	65,7%	39,5%
Patrimônio líquido	6.610	7.559	(949)	(12,6)	Margem líquida % ¹	-1,7%	5,8%
Dividendos e JCP distribuídos	1.344	240	1.104	460,0	Rentabilidade do patrimônio líquido %	-3,0%	11,9%
Receita operacional líquida	13.903	14.836	(933)	(6,3)			
Custos e despesas operacionais	(13.419)	(13.669)	250	(1,8)			
Ebit (Lajir)	484	1.167	(683)	(58,5)			
Ebitda (Lajida)	939	1.574	(635)	(40,3)			
Resultado financeiro	(1.170)	66	(1.236)	(1.872,7)			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(230)	858	(1.088)	(126,8)			

¹Lucro ou prejuízo líquido + ROL | ²Lucro ou prejuízo + PL inicial

1.2. PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES



Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

Melhor distribuidora de energia do Sul do Brasil

E melhor em *Qualidade de gestão*



Prêmio Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas

2º lugar para melhor relatório anual

2. GESTÃO ESG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

A Gestão ESG sigla, em inglês, que significa environmental, social and governance, engloba as políticas de meio-ambiente, responsabilidade social e governança, praticadas pela Companhia. Os critérios ESG estão relacionados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelo Pacto Global.

Em 2000, a Copel foi a primeira empresa do setor elétrico a aderir ao Pacto Global, da Organização das Nações Unidas - ONU, e desde 2018 assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

Após construir o Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, o tema seguiu como prioridade para a Copel e, na Visão 2030, ele foi associado ao objetivo de descarbonizar sua matriz de geração elétrica. A Visão 2030 também incluiu, entre as prioridades, o compromisso com a ética e governança e o avanço da diversidade, incluindo metas de evolução da participação feminina na liderança.

Ao planejar a sua próxima década, a Companhia está buscando ampliar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) à sua agenda de ações e decisões de futuro.

2.1. GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Copel Distribuição, seguindo as diretrizes de sua controladora, utiliza de políticas e normas que permeiam todas as suas áreas. Para dar conta das características únicas do negócio, a Companhia possui áreas especializadas na gestão de aspectos socioambientais. Cada operação demanda diferentes tipos de ação e monitoramento, visando o compliance socioambiental e a adesão às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é avaliado por meio da gestão interna, além da participação em avaliações especializadas no mercado, que permitem o comparativo com outras empresas. Entre essas avaliações estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e o Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global. Esses resultados são utilizados como base para a melhoria contínua dos processos relacionados às dimensões ESG.

Nesse sentido, com vistas a promover o atendimento e pleno desenvolvimento dos objetivos estratégicos, dentro da concepção da Excelência em Gestão, a Copel Distribuição desenvolveu o Programa Transformação, que abrange, além dos principais programas de investimentos, a cultura da Copel Distribuição, como apresentado no Mapa. A iniciativa visa promover a Transformação Cultural com foco no aspecto humano, através da humanização da Liderança.



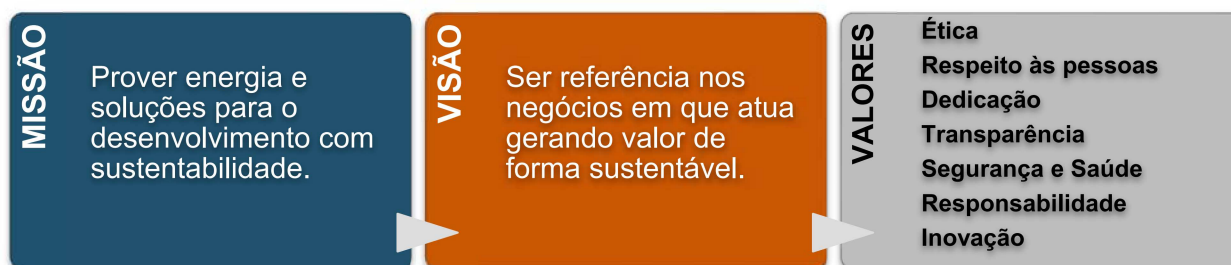
2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora que, em 2021, adotou uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado. A Copel Distribuição, também conta com seu Conselho de Administração focado na orientação e planejamento do negócio.

A Copel Distribuição tem registro de companhia aberta na categoria B na B3 da bolsa de valores de São Paulo, aprovada em maio de 2022 pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visam a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

2.2.1. Referencial estratégico

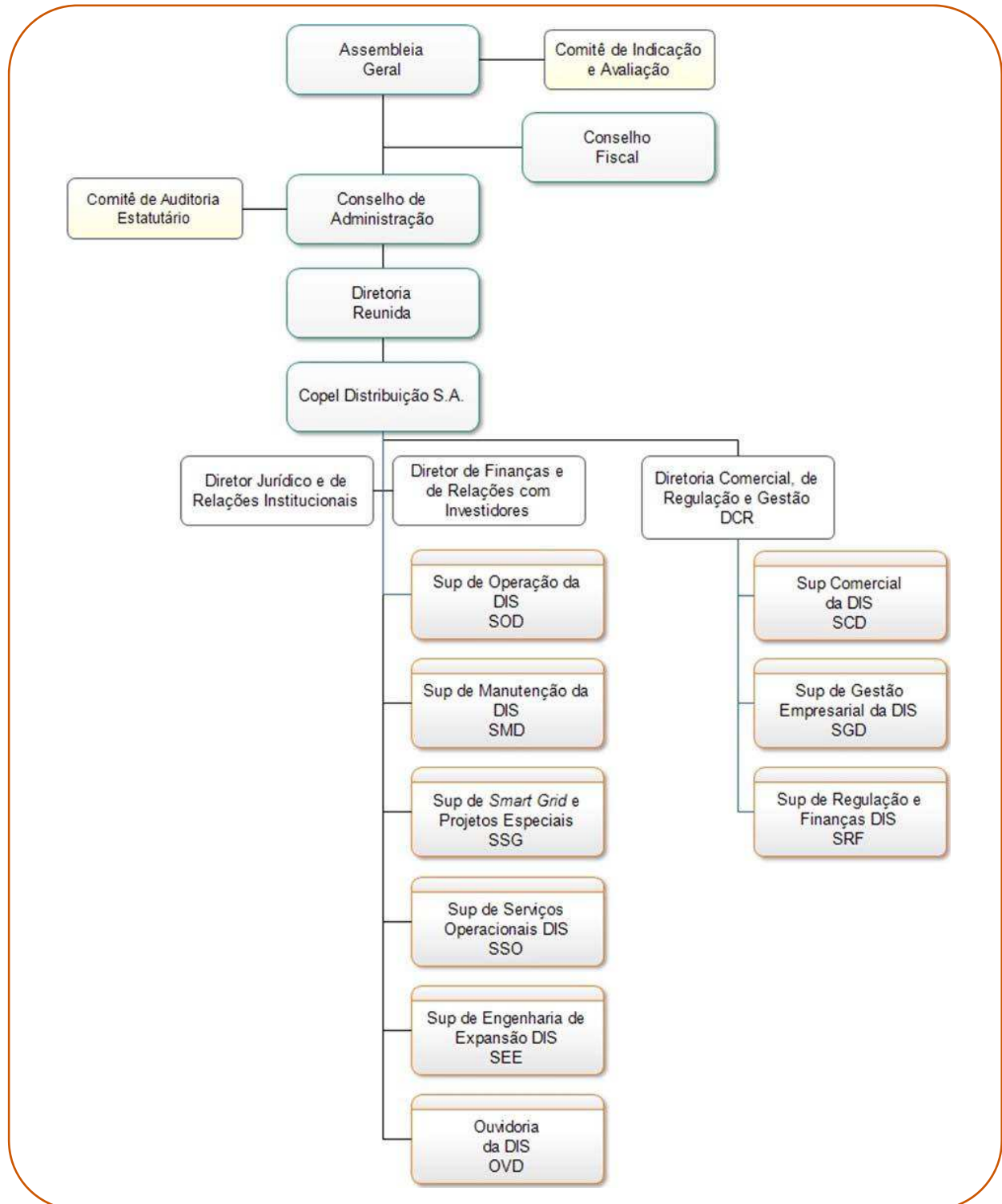
A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:



Ética	Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
Respeito às pessoas	Consideração com o próximo.
Dedicação	Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
Transparência	Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
Segurança e Saúde	Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
Responsabilidade	Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Inovação	Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

2.2.2. Estrutura de Governança

A Copel Distribuição segue práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Comitê de Indicação e Avaliação, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Reunida, Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria interna, Comitê de Investimento e Inovação, e Comitê de Desenvolvimento Sustentável.



2.2.3. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado à Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros pontos.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia está buscando o processo de certificação da ISO 37301, revisou uma série de práticas e normas, ampliou a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2022. A certificação deve ser concluída em 2023.

a. Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2022, com a inclusão de novos temas. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto e cibersegurança. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos direitos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código. A Companhia divulga amplamente o documento, realizando treinamentos específicos aos empregados e administradores, disponibilizando-o a todas as partes interessadas no Portal de Compliance.

b. Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos está fundamentada nos valores da Companhia, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso). Suas regras são aplicáveis às áreas da Companhia. A alta administração passa, anualmente, por treinamento sobre o documento, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos.

Os riscos estratégicos são revisados durante a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Controladora e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a Alta Administração. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiro, Operacionais e de Conformidade (compliance). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança.

c. Auditoria

Nos termos estabelecidos pela Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 08.03.2021 para prestação de serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 09.09.2022. O valor previsto de contratação para o período 2022-2023 é de R\$ 1,1 milhão.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

A Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria independente da Copel Distribuição, após análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário, prestou serviços não relacionados à auditoria independente, durante o exercício encerrado em 31.12.2022, conforme segue:

Natureza	Contratação	Duração
Revisão de Procedimentos Fiscais	08.03.2021	22 meses
Outros Serviços de Auditoria ¹	08.03.2021	22 meses

¹ Auditoria na aplicação de recursos dos Programas Sociais e em demonstrativos de empréstimos

A Companhia contratou um total de R\$ 42,4 mil referente aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 4% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2022.

d. Práticas Anticorrupção

A Companhia promove a sustentabilidade, a conduta ética e as melhores práticas de governança corporativa, e, visando adotar as melhores práticas anticorrupção, a Copel aderiu em 2014, à Chamada à Ação para os Governos no Combate à Corrupção e, no ano seguinte, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

Além disso, tem como base de seus princípios na Carta de Princípios de Responsabilidade Social, na Convenção da ONU contra a Corrupção e nas diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sendo a Copel signatária do Pacto Global das Nações Unidas, cujos princípios englobam o combate à corrupção em todas as suas formas.

Nesse contexto, os processos operacionais são avaliados anualmente quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes, com o propósito de identificar os riscos e sua relação com os processos de negócio da Companhia, que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras. Os controles internos são submetidos a testes pela auditoria interna e pelo auditor independente.

e. Canais de denúncia

A Companhia incentiva que suas partes interessadas – clientes, fornecedores, investidores, público interno, poderes públicos, comunidades locais, sociedade em geral e meio ambiente - registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia, gerido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Copel, recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Companhia, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico. Os casos sobre assédio são analisados pela Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam).

A Ouvidoria é outra instância de atendimento para sugestões, reclamações e denúncias, disponível a todos os públicos. Possui certificação pela ISO9001 e é reconhecida pela Aneel como uma das melhores ouvidorias do setor no país.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

<https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/>

2.3. DIMENSÃO SOCIAL

A Copel Distribuição está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa da Copel, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.3.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Direitos Humanos da Copel formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Companhia, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas, propiciando ambientes de trabalho decentes, inclusivos e eliminando desigualdades.

Para consolidar sua aplicação, a Copel está uniformizando parâmetros de monitoramento e avaliação, incluindo a previsão de devida diligência para fornecedores e formalizando processos. Esse trabalho, iniciado em 2022, envolve um levantamento dos temas prioritários relacionados a direitos humanos por meio da consulta a diversas áreas da Companhia e das suas subsidiárias e análise de indicadores de saúde e segurança do trabalho, manifestações recebidas no Canal de Denúncias, entre outras informações. O objetivo é mapear todas as práticas já existentes na Copel para prevenir violações de direitos humanos, identificar áreas e pontos mais sensíveis bem como os pontos de melhoria.

A Copel também realizou em 2022 a primeira capacitação sobre devida diligência em direitos humanos para áreas-chave, incluindo gestores de compras e gestão socioambiental, além do jurídico e regulatório corporativo. Entre os temas abordados, estavam a avaliação de impactos aos direitos humanos na cadeia de valor ações de monitoramento e prevenção reporte e avanço do processo de diligência nas empresas.

2.3.2. Responsabilidade social

Ciente de seu papel preponderante na sociedade, a Copel Distribuição e a Controladora desenvolvem programas, projetos e ações que beneficiam a comunidade, considerando as expectativas dos públicos de relacionamento em suas decisões, bem como buscas alternativas que promovam o bem-estar social alinhado à legislação, às normas internacionais de comportamento e a agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como a Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Ao implementar novos empreendimentos, embora promova a geração de empregos e receitas para os municípios, existe a possibilidade da necessidade de mitigar ou compensar eventuais impactos causados por suas atividades.

Para isso, a Companhia implementa programas sociais descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA, nos relatórios ambientais simplificados e nos relatórios de detalhamento dos programas ambientais de cada empreendimento. Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa.

Em 2022, a Copel formulou e aprovou a Política de Investimento Social, que amplia os parâmetros já estabelecidos na Política de Doações, definindo diretrizes para a destinação de recursos próprios ou vias leis de incentivo, sejam contribuições voluntárias ou compulsórias. A política também reforça o princípio da conexão com os ODS priorizados pela Copel como critério para definição dos investimentos sociais.

A Copel Distribuição deve relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Copel, trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Maiores informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no **Relato Integrado** divulgado na página da Copel.

2.3.3. Projetos e impactos sociais

Em conjunto com o Governo do Paraná e com outras instituições governamentais, a Copel Distribuição participa de projetos que geram impactos socioeconômicos em diferentes magnitudes de acordo com a característica e localização de cada projeto. As ações sociais são norteadas pelas diretrizes da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Companhia que visa a sustentabilidade, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios.

a. Programa Energia Solidária

O Programa Energia Solidária substituiu o Programa Luz Fraterna, instituído pela lei Estadual 20.943/2021, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos na lei.

Beneficiados: consumidores de baixa renda inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica.

Recursos financeiros: Governo do Paraná

b. Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE

Consiste em descontos sobre o consumo de energia elétrica até o limite de 220 kWh. Os beneficiados do programa são as famílias com baixa renda, indígenas, quilombolas e pessoas que recebem o benefício da prestação continuada - BPC, inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, desde que obedecidos os demais critérios dispostos na Resolução Aneel nº 414/2010.

Recursos financeiros: provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

c. Tarifa Irrigação Noturna e Tarifa Rural Noturna

Consiste no desconto de 60% a 70% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 6h, a fim de incentivar a produtividade agrícola.

Recursos financeiros: provenientes do Governo do Paraná para a Tarifa Rural Noturna e CDE - Conta de Desenvolvimento Energético para a Tarifa de Irrigação Noturna.

d. Programa Casa Fácil PR

O programa Casa Fácil Paraná (Lei Estadual 20.394/2020 e Decreto 7.666/2021), que substituiu o programa Morar Bem, constitui-se pelas ações na área habitacional desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná com o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização na área habitacional de interesse social no Paraná.

A Copel Distribuição participa com a construção de redes de distribuição de energia elétrica e implantação de entradas de serviço (ES) em empreendimentos destinados a famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos.

Os custos incorridos pela Companhia com a execução do Programa são ressarcidos pelo Estado do Paraná durante cada exercício financeiro com recursos orçamentários da Cohapar.

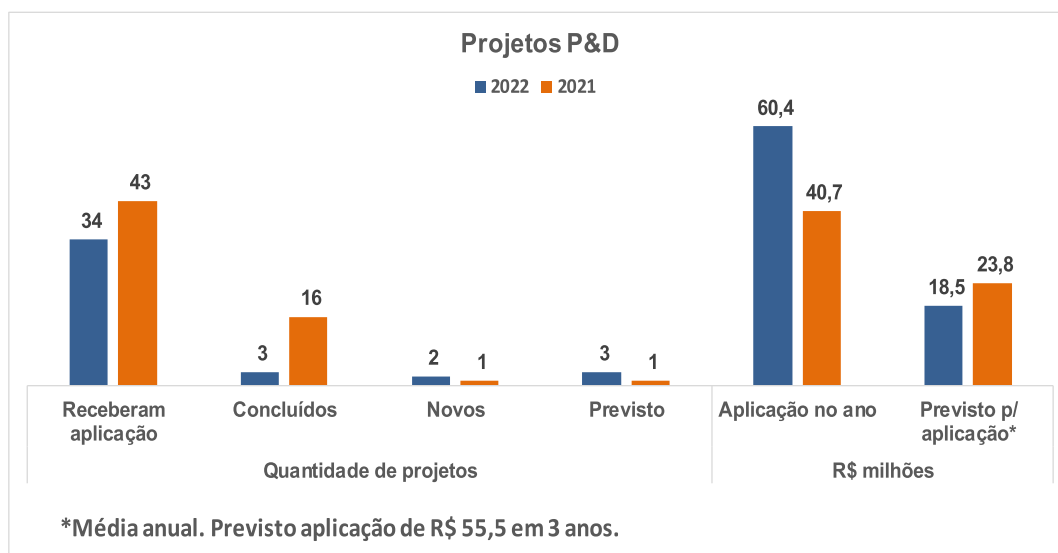
Recursos financeiros: Governo do Paraná.

e. Quadro de beneficiários e montantes envolvidos:

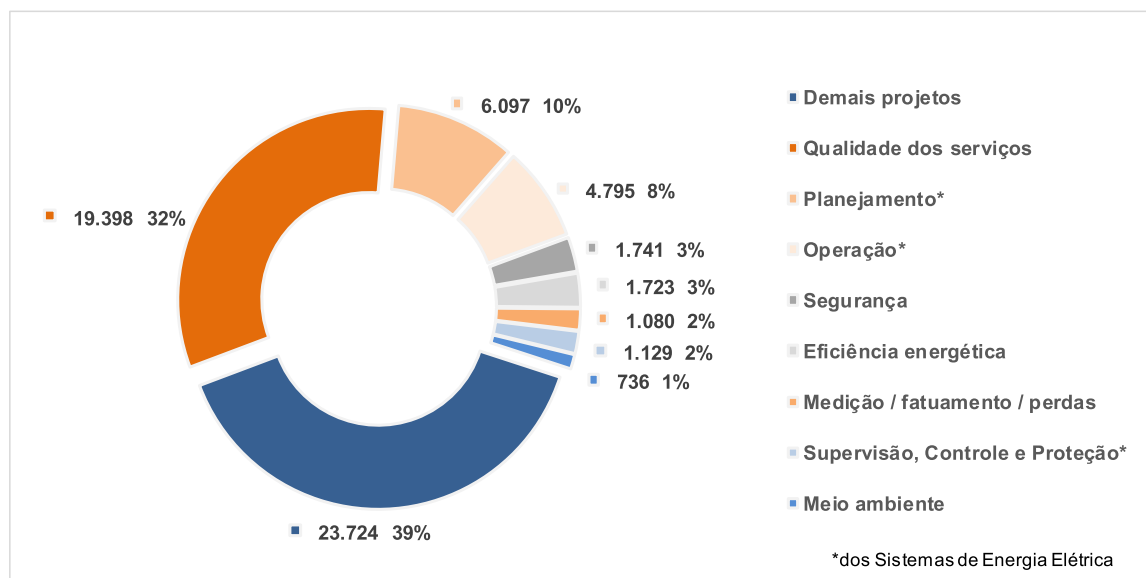
Números em 2022	Números em 2021
Programa Energia Solidária	
R\$ 118 milhões 359 mil famílias/mês	R\$ 57 milhões 183 mil famílias/mês
Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE	
R\$ 151,6 milhões 575 mil unidades consumidoras	R\$ 95,2 milhões 370 mil unidades consumidoras
Tarifa Irrigação Noturna e Tarifa Rural Noturna	
8,8 mil beneficiados pela Tarifa Rural Noturna – R\$ 44,4 milhões	13,8 mil beneficiados pela Tarifa Rural Noturna – R\$ 52,6 milhões
3,9 mil beneficiados pela Tarifa Irrigação Noturna – R\$ 16,6 milhões	4 mil beneficiados pela Tarifa Irrigação Noturna – R\$ 15,9 milhões
Programa Casa Fácil PR	
1.570 unidades habitacionais, totalizando um investimento de 3,8 milhões.	1.675 unidades habitacionais, totalizando um investimento de 5,0 milhões.

2.3.4. Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar parte da receita operacional líquida (ROL) em projetos originais e inovadores direcionados ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.



O montante de R\$ 60,4 milhões aplicados em P&D em 2022 foram distribuídos em categorias de projetos dentro do escopo da distribuição de energia elétrica, desde qualidade dos serviços ao meio ambiente, como demonstrado no gráfico abaixo.



Na categoria de **Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica** destacam-se projetos que visam melhoria nos índices de continuidade e otimização da capacidade de atendimento dos ativos. Os projetos de **Segurança** envolvem tanto a identificação e mensuração de riscos para os consumidores finais e para as equipes de manutenção, quanto o desenvolvimento tecnológico de dispositivos e equipamentos para auxílio na inspeção e manutenção de redes elétricas. Os projetos relacionados ao **Meio Ambiente**, destacam-se ações que visam a convivência das redes e sistemas de distribuição com a vegetação original presente. Na categoria de “demais projetos” estão pulverizados projetos de interesse do setor elétrico que não se enquadram nas categorias listadas.

Ainda, a Aneel realiza chamadas de projetos estratégicos para temas de interesse e importância para todo o setor elétrico. A Copel Distribuição teve aprovados 7 propostas relacionadas ao armazenamento de energia e 4 relacionadas à mobilidade elétrica, ressaltando que a Companhia foi a empresa do setor com o maior número de propostas aprovadas. Esses projetos foram concluídos em 2022.

Projetos em destaque concluídos em 2022:

- **Sistema de Armazenamento de Energia – Qualidade do serviço**

Projeto para instalação de Sistema de Armazenamento de Energia (SAE) composto por baterias de diferentes tecnologias que serão aplicadas para a melhoria na qualidade de energia, que possibilitará a operacionalização em 3 diferentes regimes de funcionamento considerando as possibilidades de combinar deslocamentos de carga, controle de frequência, suavização de afundamentos de tensão, controle de reativos, entre outras possibilidades.

O projeto engloba ainda o desenvolvimento de um algoritmo multicritério espacial, contendo as dimensões espaciais tecnológica, econômica, ambiental, estratégica e regulatória, que pode ser aplicado em qualquer situação em que se pretenda instalar um SAE. O valor investido no ano foi R\$ 9,7 mi.

- **Aperfeiçoamento de metodologias e ferramentas para planejamento tático e operacional em redes de distribuição subterrânea – Operação**

O objetivo geral do projeto foi desenvolver metodologias de planejamento tático e operacional de redes de distribuição subterrânea reticulada, incluindo a análise de contingências e a possibilidade de injeção de energia de fontes de geração distribuída. Os modelos desenvolvidos foram consolidados em módulos computacionais, amigáveis e integrados com as medições primárias e de câmaras transformadoras, dedicados à análise de redes de distribuição subterrâneas com malha secundária. Valor investido no ano: R\$ 2,9 mi.

▪ **Ambiente virtual para capacitação de equipe de eletricitas de manutenção de redes de distribuição**

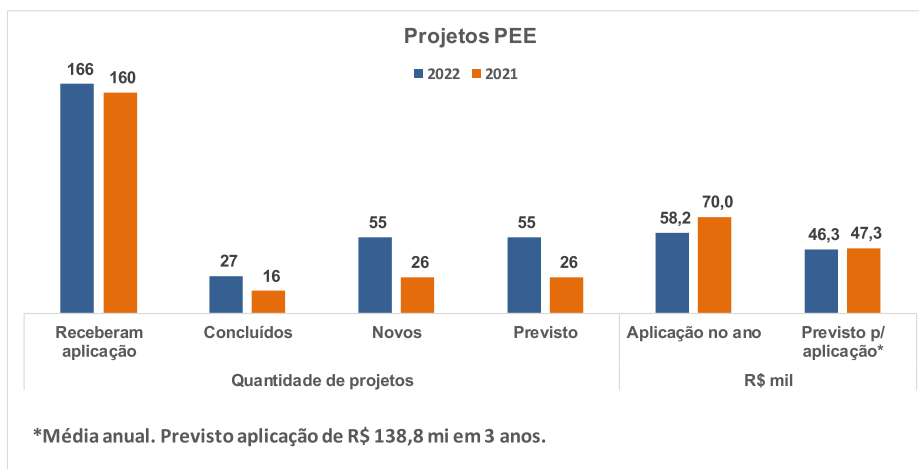
O projeto teve como foco a pesquisa e desenvolvimento de uma metodologia de ensino-aprendizagem que utiliza um ambiente de realidade virtual imersiva e multiusuários para capacitação de equipes de eletricitas de manutenção em redes de distribuição. Esse ambiente foi composto por modelo 3D dos componentes das redes de distribuição BT e MT, de forma a possibilitar o aprendizado ativo de procedimentos e manobras, reproduzir a atuação dos equipamentos, simular a interação com o Centro de Operações, dentre outras características. Valor investido no ano: R\$ 4,3 mi.

2.3.5. Programa de Eficiência Energética - PEE

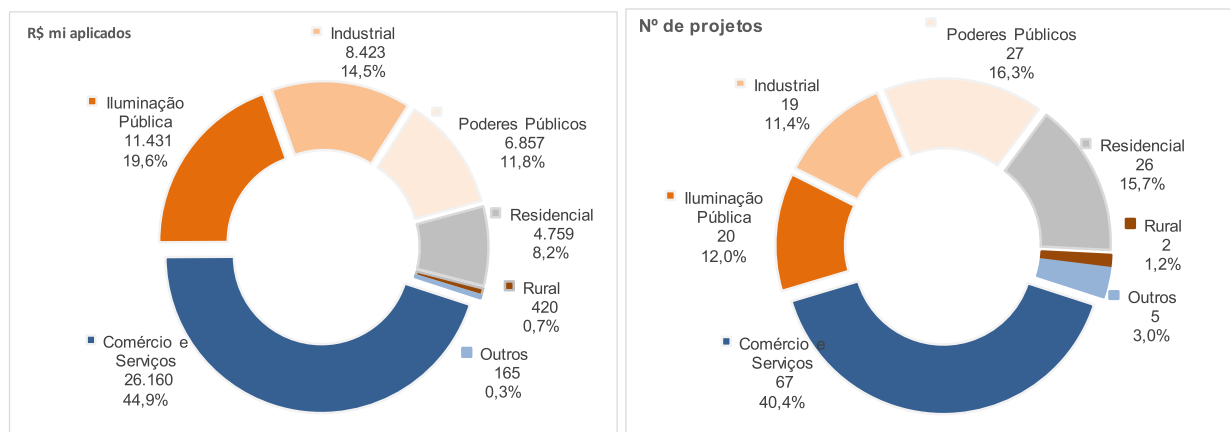
A Copel Distribuição realiza anualmente chamadas públicas para projetos de eficiência energética, onde consumidores podem apresentar propostas de projetos a serem custeadas com recursos do PEE para combate ao desperdício de energia elétrica. Os recursos têm origem de um percentual mínimo da Receita Operacional Líquida – ROL que a distribuidora deve aplicar anualmente, de acordo com a Lei n.º 9.991/2000 e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em 2022 a Companhia aplicou R\$ 58,2 milhões com recursos do PEE na execução de 166 projetos, sendo selecionados 41 projetos prioritários na chamada pública 004/2021 e 14 projetos na chamada pública 005/2021, que totalizam R\$ 59,0 milhões para aplicação em 2023, 2024 e 2025. Houve a publicação da chamada pública 06/2022 com a disponibilização do total de R\$ 30 milhões para projetos futuros.

Os projetos prioritários de eficiência energética são realizados pela Aneel, considerando temas de interesse e importância para a sociedade. Dos 41 projetos selecionados, 28 foram iniciados em 2022 em hospitais públicos e beneficentes.



Valores aplicados e número de projetos por classe de consumidores em 2022:



2.3.6. Outros programas e benefícios:

f. Benefício Calamidade

Benefício concedido aos clientes situados em áreas de situações de emergência ou de calamidade pública decretadas. Não prevê nenhum tipo de desconto, consiste apenas na extinção das ações de cobrança por um determinado período. Pode haver bloqueio temporário das atividades de emissão de reaviso de vencimento, geração de Ordem de Serviço de suspensão de fornecimento, envio para cobrança terceirizada e negativação.

São beneficiários os trabalhadores na condição de desempregado involuntário ou cuja renda familiar não ultrapasse 1 (um) salário-mínimo e que comprovem a impossibilidade do pagamento das contas de luz, água e esgoto. Não houve registro no período.

g. Benefício Consumidor Desempregado

O Governo Estadual realiza o pagamento de faturas com o objetivo de minimizar os efeitos decorrentes do desemprego temporário involuntário do consumidor. São beneficiários: trabalhadores na condição de desempregado involuntário ou cuja renda familiar não ultrapasse 1 (um) salário-mínimo e que comprovem a impossibilidade do pagamento das contas de luz, água e esgoto. Não houve registro no período.

h. Programa Iluminando Gerações

Alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o programa foi criado com o objetivo de levar aos estudantes, de forma leve e divertida, ensinamentos sobre o uso seguro e consciente da energia. Com as palestras nas escolas, apresentações teatrais, a Van da Eficiência Energética, vídeos e jogos educativos, o Iluminando Gerações contribui para a redução do número de acidentes com energia elétrica e estimula a mudança de hábitos não só das crianças, mas também na comunidade em geral.

i. Programa Cultivar Energia

O Programa Cultivar Energia é um programa socioambiental corporativo, que tem como objetivo principal a viabilização de hortas comunitárias em vazios urbanos embaixo de linhas de energia da Copel, em parceria com prefeituras municipais, promovendo a substituição de áreas ociosas e subutilizadas por áreas verdes e produtivas.

Internamente se consolida como uma estratégia auxiliar na prevenção de ocupações irregulares e de risco para a população. Para a comunidade, os principais benefícios são a melhoria ambiental do espaço urbano, o estímulo à segurança alimentar e a possibilidade de geração de renda.

Atualmente, temos as seguintes hortas implantadas: Vila Esperança – Maringá; Parque Verde – Cascavel; Jardim Nova América – Umuarama; Bairro Pe. Ulrico - Francisco Beltrão; Augusta B – Curitiba; Uma Nova Curitiba – Curitiba; Jd. Lolata – Londrina

j. Programa Boa Vizinhança

O Programa Boa Vizinhança tem como objetivo estreitar o relacionamento com as comunidades do entorno dos prédios administrativos da Copel Distribuição, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local.

Surgiu da necessidade de ouvir as partes interessadas, para promoção do bem-estar social e estruturação de ações alinhadas à legislação e ao referencial estratégico da empresa. O público-alvo são que prestam atendimento educacional (públicas) e/ou social à essas comunidades.

Este programa vem de encontro principalmente com relação as metas do ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, uma vez que as ações vinculadas a ele visam atender as necessidades e expectativas das comunidades do entorno, buscando contribuir para tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

k. Programa Mais Que Energia

O Programa Mais que Energia foi concebido pela Copel Distribuição visando aprimorar a qualidade do atendimento social por meio do apoio a projetos voltados a públicos específicos, através de instituições sociais e/ou de ensino, sem fins lucrativos, que abordem no mínimo um dos seguintes temas: educação e inclusão social; Segurança de ambientes para atendimento ao público específico; Acessibilidade; Saúde e qualidade de vida; e Treinamento e capacitação de profissionais para atender ao público específico.

I. Comissões Internas Socioambientais - CISAs

As Comissões Internas Socioambientais - CISAs foram instituídas com o propósito de estimular os empregados a participarem como multiplicadores de conceitos de sustentabilidade, tanto no desenvolvimento quanto na divulgação de ações voltadas a questões socioambientais. Várias ações sociais e/ou educativas são promovidas pelos membros destas Comissões, anualmente, como campanhas de arrecadações, doações, capacitações, entre outros. Na Copel Distribuição, atuam uma CISA Gestora e cinco CISAs setoriais por macrorregião no Paraná - Centro-Sul, Leste, Noroeste, Norte e Oeste, que possuem autonomia para atuar de acordo com as necessidades de sua região.

2.3.7. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas – Recursos Humanos reconhece que os funcionários são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes para nortear a gestão com vistas ao desenvolvimento, à manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas, bem como busca agregar valor aos processos, servindo de base para a tomada de decisões e a implantação de programas e práticas atuais e inovadoras.

A Copel também recebeu da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) o primeiro certificado de avaliação dedicada à maturidade da gestão de recursos humanos pelas empresas. O Selo MEG RH é resultado de uma extensa análise sobre os processos da organização e sua aderência com as práticas de referência observadas em empresas de classe mundial. Entre os pontos fortes apontados na avaliação da FNQ estão a atuação estratégica da área de RH, a gestão de desempenho, a política de meritocracia e os cuidados com a segurança do trabalho e a qualidade de vida dos empregados.

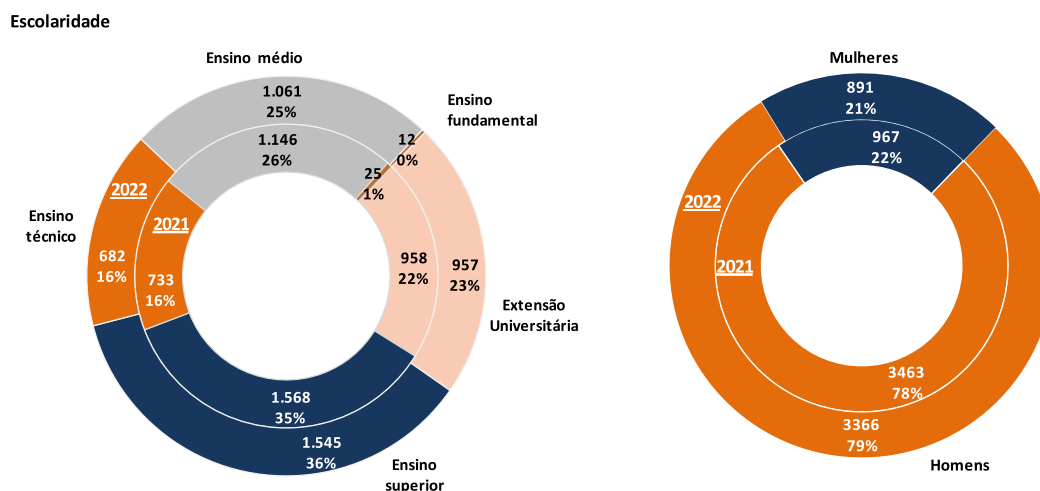
Como empresa de economia mista, em que o acionista majoritário da Controladora é o Governo do Estado do Paraná, a contratação de empregados se dá por meio de concurso público, alicerçado no princípio da isonomia e equidade de oportunidades. Em busca da eficiência no negócio, a Copel não realiza contratações há cinco anos e realiza o Programa de Demissão Voluntária - PDV, que equilibra a necessidade de otimizar recursos e gerar ganhos a partir da digitalização à oferta das melhores condições possíveis para quem deseja fazer uma transição na carreira.

Para apoiar as áreas operacionais e funções específicas, a Companhia adota a prestação de serviços (contratação de empregados terceirizados). A gestão desses contratos é gerenciada pela área contratante, não vinculada à Política de Gestão de Pessoas da Companhia.

O programa de contratação de terceiros segue todas as exigências legais e de segurança do trabalho, com disposições sobre o tema no Manual do Fornecedor e no Manual de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

a. Perfil e movimentação de pessoal

A Copel Distribuição, com 4.257 empregados no quadro próprio em 31.12.2022 e 4.430 em 31.12.2021, apresentou redução de 3,6% do quadro, principalmente em função de PDI realizado pela Companhia em 2022.



Informações detalhadas podem ser consultadas no item 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL constante no Balanço Social (2.5).

b. Benefícios

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho – PPD; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; e complementação de auxílio doença. Os empregados também podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Copel também possui o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância.

Há ainda o programa Plenamente, com ações voltadas ao autocuidado, suporte psicológico e psicoeducação. O programa organizou workshops e Trilha de Aprendizagem que trazem informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os empregados.

Ainda pensando no cuidado com os empregados, a Copel criou a Unidade de Atenção Primária à Saúde (APS), em parceria da Fundação Copel no polo Km3. O espaço oferece toda a estrutura necessária para a realização de exames primários e periódicos, incluindo salas para atendimento e consulta, coleta de exames, farmácia e sala para atendimento em casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação. A APS foi inaugurada em Curitiba em 2021 e já foi estendida para Maringá e Londrina.

Por fim, em julho de 2022 foi lançado o Programa Bem Gestar, que busca proporcionar bem-estar psicossocial da gestante e dos pais, fornecendo suporte e informações, além de incentivar o aleitamento materno, com as salas de apoio à amamentação.

c. Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD).

A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2022 (R\$ 2.329,64) e o salário-mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 1.212,00) era de 1,92 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

d. Relações trabalhistas

A Companhia se relaciona com 18 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

e. Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional.

A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos. Os feedbacks acontecem de forma estruturada, durante a avaliação de desempenho do programa Nossa Energia, na elaboração do plano de desenvolvimento, na avaliação intermediária e também durante o fechamento do plano de desenvolvimento.

f. Desenvolvimento de Pessoal

A Política de Educação Corporativa estabelece a conduta para a promoção de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas, que devem ser estruturadas de acordo com a missão, visão e os valores da Copel. As diretrizes englobam desde treinamentos básicos a cursos de especialização e fomento à pesquisa.

A Copel oferece também cursos com conteúdos relacionados à gestão de qualidade, idiomas, aos processos e projetos e sobre ferramentas auxiliares de gestão. São investidos ainda recursos em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu visando profissionais que necessitam agregar conhecimentos em sua área de atuação. Instituições educacionais parceiras também oferecem benefícios aos empregados, alguns dos quais se estendem aos dependentes.

Em 2022, houve alavancagem significativa no aprimoramento, principalmente, dos empregados da área técnica, com a intensificação dos treinamentos presenciais. Também durante o ano, o modelo de educação corporativa promovido pela Universidade Corporativa (UniCopel) foi revisitado. Além disso, promoveu conteúdos sobre diversidade, controles internos, segurança cibernética, código de conduta, entre outros.

A Copel possui como estratégia de gestão de pessoas incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira.

A Companhia promove diversas ações de educação, desde treinamentos básicos e sugestões de autodesenvolvimento, até cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Copel valoriza intensamente a educação continuada e o desenvolvimento pessoal de seus empregados.

Destacamos, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2022:

- **Plano de Desenvolvimento Continuado de Administradores:** visando o aperfeiçoamento dos membros do conselho e administradores da Companhia, foi criado em 2022 o Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores, que está sendo executado em parceria com o IBGC. Temas como gestão de riscos, responsabilidades do conselho e administradores, código de conduta, legislação societária e de mercado de capitais, programa de integridade e lei anticorrupção foram abordados na edição de 2022. Neste ano também foi criada a Trilha de Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de compartilhar conteúdos teóricos e práticos sobre gestão de desempenho.
- **Programa de Cibersegurança:** Com o objetivo de combater possíveis ataques e disseminar cada vez mais o conhecimento sobre Cibersegurança, a Copel adquiriu uma plataforma de conscientização que traz treinamentos a todos que fazem uso de sua rede de TI. Ao longo de 2022, investimos fortemente na sensibilização da força de trabalho. O público geral participou de 5 Ciclos de Campanhas, além dos treinamentos específicos para determinadas áreas ou funções: financeiro, call center, gestores, viajantes, equipes de TI, terceiros, entre outros. O programa continua em 2023, sendo que já está em andamento as campanhas: higiene de senhas, código fonte e higiene de dados para os desenvolvedores de TI e hackeando emoções, o alvo de phishing perfeito e sinais de alerta de engenharia social para os gerentes e fraude financeira para os empregados que atuam no processo financeiro.
- **Programa de Capacitação para LGPD:** A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, vigente no Brasil desde 18 de setembro de 2020, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades. Em 2022, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2022 para 100% dos empregados, além de treinamentos pontuais para empregados responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema.
- **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas:** Promover e incentivar a cultura da

equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Copel, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem - em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança. Nesta primeira edição participaram 90 mulheres, entre gerentes formais e supervisoras, e abordaram os pilares do programa: i) Perfil de liderança – equilíbrio entre afetividade e efetividade; ii) Autoconhecimento – despertar o potencial da liderança, iii) Experiência – oportunidade para o exercício da liderança; e iv) Incentivo – aceleração da diversidade na liderança.

- **Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade:** Em 2022 a Copel promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para empregados e público externo sobre Sustentabilidade, Direitos Humanos, Riscos, Diversidade e especialmente acessibilidade. Sobre o último tema houve palestras direcionadas a todos os copelianos, além dos treinamentos específicos para equipes de comunicação, áreas de recursos humanos e gestores. Os eventos fazem parte do projeto "Mais Inclusão", que tem como objetivo orientar e incentivar a acessibilidade atitudinal.
- **Plano de Capacitação para Processo Licitatório de Obras e Serviços de Engenharia:** Tem o objetivo de promover a atualização do processo de contratação de obras e serviços de engenharia, foram estabelecidas frentes de trabalho estruturadas, dentre elas o Programa de Capacitação do Processo de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia. O programa está sendo implementado em conjunto com as áreas de treinamento corporativa e dos negócios envolvidos no processo licitatório. Os temas definidos pelo grupo, foram: noções gerais de contratação, orçamento, mudanças normativas, projetos de obras e serviços de engenharia, regimes de execução, processo de contratação, matriz de riscos e gestão de contratos.
- **Aprendizado contínuo:** Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Em 2022 tivemos um maior engajamento na Comunidade.

Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado COPEL EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

- **Trilhas de aprendizagem:** Consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.
- **Guildas:** São comunidades virtuais internas da Companhia que reúnem as pessoas pelo seu interesse por um tema em comum, com o intuito de promover discussões e disseminar conhecimento e informações. As guildas abordam temas como Gestão de Pessoas, Gestão de Dados, Coaching e Gestão de Projetos são uma ferramenta de envolvimento e movimento de aprendizado coletivo.

2.3.8. Fornecedores

Para classificar, contratar fornecedores e fazer aquisições, a Companhia realiza o processo de licitação, que segue as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e da legislação vigente, que

considera a Lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão), a Lei Complementar nº 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

A Copel Distribuição reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

Em 2022, a Copel iniciou uma avaliação dos fornecedores, com um levantamento no nível corporativo que dará mais suporte ao processo de gerenciamento de riscos na cadeia de suprimentos. O processo, ainda em andamento, inclui informações relacionadas a integridade, entre outras questões e vai subsidiar parâmetros mais objetivos para a classificação da criticidade dos fornecedores.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos que tem possibilidade de impactos ambientais, a Companhia exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais. As demandas contratuais ainda abrangem incorporar os Princípios do Pacto Global; priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratar e capacitar profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Companhia envia a seus fornecedores sua Política de Sustentabilidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

Prêmio Fornecedor Copel DIS

O Prêmio objetiva, principalmente, reconhecer os melhores desempenhos, incentivar o aprimoramento contínuo, buscar total alinhamento com os Objetivos Estratégicos da Copel Distribuição e celebrar os bons resultados, que refletem no produto final entregue à Companhia e à sociedade.

A premiação tem como base os requisitos de: qualidade, pontualidade na entrega, conformidade com as quantidades contratadas, segurança do trabalho, produção de unidades de serviço, gestão sustentável da empresa, cadastro de fornecedores e grau de relacionamento.

O Prêmio foi criado em 2017 e sua sexta edição aconteceu em setembro/2022 premiando os 3 melhores fornecedores de oito categorias entre fornecedores de materiais e de serviços, e sustentabilidade, conferindo o Selo Copel aos ganhadores.

2.3.9. Clientes

O relacionamento da Copel Distribuição com seus clientes — residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos, considerando todos os seus segmentos de operação — é pautado pela busca da excelência nos serviços para satisfação desse público.

Por isso, a Companhia realiza pesquisas de satisfação e participa anualmente das avaliações realizadas pela Aneel, com foco nos clientes residenciais, e a Abradee - Pesquisa da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, que contempla clientes residenciais, comerciais e industriais. A cada 4 anos acontece a pesquisa com os clientes rurais, enquanto o levantamento junto a clientes do poder público ocorre no primeiro e no último ano do mandato dos prefeitos.

A CIER - Comisión de Integración Energética Regional - realiza a premiação desde 2003 e adota a mesma metodologia da Abradee. São aplicados questionários com perguntas sobre diferentes áreas de atuação das companhias, como fornecimento de energia, informação e comunicação, atendimento ao cliente, conta de luz e imagem da empresa. A partir dos dados coletados é calculado o Índice de Satisfacción del Cliente con la Calidad Percibida (ISCAL).

A satisfação dos consumidores também é monitorada pela pesquisa anual realizada pela Aneel, com foco nos clientes residenciais. Resultado alcançado dos últimos anos:

	2022	2021	2020	2019
Pesquisa Abradee de Satisfação - Cliente Residencial	2º	1º	2º	2º
Pesquisa Abradee de Satisfação - Cliente do Grupo A	não divulgado	1º	1º	1º
Pesquisa Aneel de Satisfação dos Clientes - IASC	não divulgado	4º	2º	2º
Pesquisa CIER de Satisfação dos Clientes	2º	3º	2º	2º

Para atingir e manter altos índices de satisfação a Copel Distribuição analisa os resultados de pesquisas de satisfação e desenvolve os planos de ação necessários. Entre as principais ações da Companhia, está a manutenção permanente da rede de energia elétrica para garantir a qualidade e a continuidade no fornecimento. Isso é acompanhado por investimentos em desenvolvimento de novos canais de atendimento, além da melhora dos canais existentes, tanto por meio de treinamento de atendentes quanto pela evolução tecnológica.

2.4. DIMENSÃO AMBIENTAL

O comprometimento da Copel Distribuição com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. Sendo assim, o gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, cujas principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios;
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

Gestão ambiental

Alinhadas com seu referencial estratégico, a Copel Distribuição efetua estudos ambientais prévios para implantação dos seus empreendimentos. O objetivo é conhecer e gerenciar possíveis impactos ambientais causados pela distribuição de energia. De acordo com os compromissos assumidos para mitigar consequências negativas, destacam-se:

- **Análise Ambiental Prévia (AAP):** visa definir o melhor terreno para implantação do projeto, baseando a decisão em análises dos principais pontos de sensibilidade socioambiental encontrados na região de implantação de novas subestações;
- **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):** instrumento auxiliar para o planejamento e o ordenamento territorial urbano, fornece subsídios relacionados às questões técnicas, ambientais e socioeconômicas dos empreendimentos, possíveis impactos para a população direta e indiretamente afetada, bem como para o município como um todo;
- **Inventário Florestal (IF):** ferramenta usada para mensurar o potencial de florestas, permitindo a quantificação do volume produtivo de uma determinada área, estrutura e distribuição de espécies. Essas informações são fundamentais para o manejo adequado de tais áreas, pois fornece um inventário da área de supressão necessária à implantação de empreendimentos da Companhia;
- **Relatório Ambiental Simplificado (RAS):** promove a análise da viabilidade ambiental da implantação de empreendimentos. Apresenta as características técnicas do projeto, descreve a realidade ambiental das áreas de influência antes da implantação (diagnóstico ambiental) nos meios físico, biótico e socioeconômico, e apresenta o prognóstico sobre os impactos que poderão ocorrer. Também propõe medidas mitigadoras e/ou compensatórias para os impactos negativos e medidas potencializadoras dos impactos positivos. Ainda sugere programas ambientais a serem desenvolvidos durante a instalação e operação do empreendimento;

- **Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA):** documento que apresenta, minuciosamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS.

A gestão ambiental é orientada pela Política de Sustentabilidade da Copel e inclui práticas, projetos, programas e ações, e cujas diretrizes são aplicáveis a empregados próprios, terceirizados e fornecedores, e foram embasadas nos conceitos de ecoeficiência, conforme o qual as iniciativas ambientais devem propor o uso adequado dos recursos naturais e permitir a disseminação das boas práticas e dos valores da Companhia. Tais diretrizes também compõem o Manual do Fornecedor.

A Copel Distribuição estipula suas metas ambientais por meio do trabalho de comissões compostas por representantes das diversas diretorias, e são desenvolvidas com base no histórico da Companhia e em análise econômica, tendo como direcionamento os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as melhores práticas do mercado. O cumprimento dessas metas está atrelado ao bom desempenho profissional de empregados e administradores.

Programas de gestão ambiental

A Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes. As ações da Copel em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões vegetais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de distribuição de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais.

Por meio dos seus programas ambientais, a Copel Distribuição buscam preservar, recuperar e mitigar impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos, sobretudo em florestas e áreas urbanas arborizadas.

Principais programas instituídos:

- Programa de Gestão Ambiental da Obra
- Programa de Ações de Mitigação de Impactos sobre a Cobertura Florestal
- Programa de Reposição Florestal
- Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC
- Programa de Bens Culturais Acautelados em Âmbito Federal (Arqueologia Preventiva)
- Programa de Sensibilização Ambiental dos Trabalhadores das Obras
- Programa de Informação e Relacionamento com a Comunidade
- Tecnologias de redes de distribuição de energia

- Rede de Distribuição Compacta (RDC) e Rede de Distribuição Secundária Isolada (RSI)
- Rede subterrânea
- Rede isolada de média tensão

Ecoeficiência

A Copel instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

Materiais e resíduos

A Companhia investe tanto em campanhas internas como em palestras de conscientização com informações sobre consumo responsável e destinação adequada de resíduos.

Para o gerenciamento de resíduos sólidos, a Companhia possui normas internas e manual com orientações para a redução da geração e para o gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas atividades de operação e manutenção. No caso dos fornecedores, é indicado o manual para gerenciamento de resíduos sólidos, bem como o manual para gerenciamento de resíduos da construção civil.

Nas atividades de construção de linhas e subestações são gerados resíduos de construção civil e também de supressão vegetal, os quais são gerenciados pelas empreiteiras contratadas, que têm a obrigação de elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, os quais passam pela avaliação e aprovação prévia da Companhia.

Nas atividades de operação e manutenção das redes de distribuição, os principais resíduos gerados são materiais contaminados com óleos e solventes e resíduos de podas.

Durante a construção de linhas e redes de distribuição de energia elétrica são utilizados diversos meios para evitar a supressão de vegetação e conseqüentemente a geração de resíduos vegetais. Isso inclui desde a escolha do traçado, evitando que passe por áreas de vegetação nativa durante a execução do projeto; ao alteamento de torres até a construção, que utiliza drones para realizar o lançamento de cabos.

No âmbito administrativo, os resíduos perigosos gerados em atividades administrativas estão relacionados às atividades próprias, de operação e manutenção, e de terceiros, contratados para execução de obras de implantação de empreendimentos de distribuição de energia elétrica, e possuem menor potencial de impacto negativo.

A contratação de terceiros para transporte e destinação final de resíduos gerados pela Copel é realizado por meio de processos que exigem a comprovação da capacidade técnica e do licenciamento ambiental necessário para execução destas atividades. Eventualmente, a Copel realiza inspeções ambientais nos terceiros contratados para destinação final de resíduos gerados pela Companhia.

Ais informações quantitativas sobre os materiais e resíduos são divulgadas no Relatório Sócio Ambiental da Copel Distribuição.

Mudanças do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis.

Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia.

Entre essas decisões está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende, junto com sua controladora, neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030.

Os estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências, tendo em vista que, os efeitos da mudança do clima incidem diretamente sobre os negócios da Copel Distribuição, impactando sua operação, seja na capacidade de gerar energia ou na demanda por manutenção de linhas de transmissão, subestações ou outras instalações, acarretando custos, necessidade de mão de obra e prejuízos para os consumidores.

Os riscos apresentados pelas mudanças do clima são mapeados pela Copel Distribuição e classificados como risco:

- Socioambiental – dano aos fatores socioambientais: eventos climáticos severos; incêndios florestais mais frequentes e destrutivos; aumento do nível do mar; elevação da temperatura;
- De Imagem – dano para a reputação: perda de credibilidade no relacionamento com clientes e acionistas;
- Operacional – tempo de recuperação para normalizar as operações: perdas decorrentes de paralisação do sistema; gasto de tempo para restabelecer infraestrutura em caso de desastres climáticos;
- Financeiro – perdas financeiras com efeito no resultado: perdas financeiras decorrentes de paralisação do sistema; gastos para restabelecer infraestrutura em caso de desastres climáticos.

De forma a assegurar a prontidão de resposta às condições climáticas extremas, a Copel Distribuição possui um plano de contingências para garantir a mobilização das ações necessárias. Dentre os métodos utilizados para gerenciar os riscos estão:

- Monitoramento em tempo real das condições climáticas pelo Simepar, no qual alertas são transmitidos para o Centro de Operação Integrado (Cidis), possibilitando mobilizar equipes na quantidade necessária para atender às ocorrências, bem como aos consumidores;
- Plano de Contingência referente a eventos climáticos adversos, inclui ações e medidas a serem tomadas para assegurar a prontidão e a capacidade de resposta nos casos de eventos climáticos severos;
- Investimentos para aumentar a resiliência do Sistema de Distribuição;
- Ações da Agenda 2030, como: Plano de Neutralidade de Carbono; Programa de Eficiência Energética (PEE); Programa Florestas Urbanas; tecnologias de construção de redes com menor impacto ambiental; e redes isoladas de baixa tensão;
- Implantação do Programa Paraná Trifásico.

Adicionalmente, a Companhia tem desenvolvido tecnologia para melhorar a gestão da distribuição de eletricidade com a modernização dos ativos e ampliação do Programa Rede Elétrica Inteligente (Smart Grid), que está em pleno desenvolvimento e é um dos pilares do Programa Transformação da Copel Distribuição (ver item 3.4.2 desse relatório).

A Copel Distribuição também investe em projetos de P&D e eficiência energética, a fim de contribuir no médio e longo prazo com a questão climática. Ainda gerencia seus processos internos para reduzir os impactos, principalmente nos indicadores de qualidade vinculados à concessão.

A atuação da Companhia com relação ao tema é pautada pela Política de Mudança do Clima, cujas diretrizes têm como base as recomendações e metodologias do GHG Protocol, dos Princípios do Pacto Global, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, da Política Estadual de Mudanças Climáticas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2022 a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) passou a considerar o alcance de metas relacionadas ao Plano de Neutralidade, elaboradas de acordo com as especificidades da Companhia e política da sua Controladora.

As metas relacionadas à gestão da mudança do clima são divulgadas no Relatório Sócio Ambiental.

Recursos Naturais

O gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, que tem como diretrizes principais na relação com o meio ambiente:

- a promoção da ecoeficiência em todos os processos, visando a redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- a mitigação dos impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios;
- a consideração dos impactos das mudanças do clima na operação e expansão de ativos.

Informações adicionais

No Relatório Sócio Ambiental da Copel Distribuição e no Relato Integrado da Copel é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água, materiais e resíduos, Inventário de Emissões de gases de efeito estufa, e demais informações relacionadas à gestão ambiental da Companhia, apresentados de forma mais detalhada e com dados quantitativos.

Acesse: <https://ri.copel.com/sustentabilidade/relatorios-anuais-e-socioambientais/>

Para saber mais sobre a sustentabilidade na Copel, acesse <https://copelsustentabilidade.com/>

2.5. BALANÇO SOCIAL

		2022	2021
1 - BASE DE CÁLCULO			
NE 25	Receita Líquida - RL	13.903.300	14.836.392
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL	% Sobre RL
	Remuneração dos administradores	1.403 0,0	2.343 0,0
	Remuneração dos empregados	495.691 3,6	499.650 3,4
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	88.257 0,6	83.970 0,6
	Encargos sociais compulsórios	166.516 1,2	169.333 1,1
	Plano previdenciário	41.507 0,3	41.486 0,3
	Saúde (Plano assistencial)	151.176 1,1	134.231 0,9
	Capacitação e desenvolvimento profissional	5.824 0,0	3.599 0,0
	Provisões Prêmio por Desempenho e Participação nos Lucros	28.076 0,2	241.043 1,6
NE 26.3	Indenizações Trabalhistas	(4.199) (0,0)	63.013 0,4
	Cultura	810 0,0	295 0,0
	Creches ou auxílio-creche	852 0,0	1.002 0,0
	Segurança e saúde no trabalho	6.146 0,0	2.779 0,0
	Educação	995 0,0	1.344 0,0
	Benefício maternidade prorrogado	157 0,0	360 0,0
	Vale transporte excedente	49 0,0	37 0,0
	Total	983.260 7,1	1.244.485 8,4
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL	% Sobre RL
	Cultura	14.082 0,1	14.651 0,1
	Saúde e saneamento	- -	604 0,0
	Esporte	8.286 0,1	2.949 0,0
	Programa Casa Fácil PR	2.870 0,0	998 0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	187 0,0	590 0,0
	Fundo Nacional do Idoso	187 0,0	590 0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	34.435 0,2	38.478 0,3
	Programa de Eficiência Energética e Procel	77.390 0,6	69.970 0,5
	Outros	996 0,0	2.275 0,0
	Total das contribuições para a sociedade	138.433 1,0	131.105 0,9
	Tributos (excluídos encargos sociais)	8.188.489 58,9	10.395.416 70,1
	Total	8.326.922 59,9	10.526.521 71,0
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL	% Sobre RL
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	423.591 3,0	349.806 2,4
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	6 0,0	147 0,0
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	63 0,0	10 0,0
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	400 0,0	88 0,0
	Total	424.060 3,1	350.050 2,4
(1)	Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício	6	2
	Sanções ambientais administrativas no exercício	11	1
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)	126	12
Metas ambientais		2022	Metas 2023
	- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%

NE - Nota Explicativa

	2022	2021
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
Empregados no final do período	4.257	4.430
Admissões e readmissões durante o período	2	3
Escolaridade dos empregados(as):	Homens Mulheres Total	Homens Mulheres Total
Extensão universitária	669 288 957	665 293 958
Ensino superior	1.160 385 1.545	1.145 423 1.568
Ensino técnico	640 42 682	683 50 733
Ensino médio	885 176 1.061	948 198 1.146
Ensino fundamental	12 0 12	22 3 25
Faixa etária dos empregados(as):		
De 18 até 30 anos (exclusive)		73
De 30 até 45 anos (exclusive)	2.314	2.461
De 45 até 60 anos (exclusive)	1.765	1.753
60 anos ou mais	141	143
Mulheres que trabalham na empresa	891	967
% Mulheres em cargos gerenciais:		
em relação ao nº total de mulheres	5,3	5,8
em relação ao nº total de gerentes	19,8	21,2
Negros(as) que trabalham na empresa	581	596
% Negros(as) em cargos gerenciais:		
em relação ao nº total de negros(as)	4,0	4,2
em relação ao nº total de gerentes	9,7	9,5
Portadores(as) de necessidades especiais	107	119
Dependentes	15.568	16.148
Terceirizados	7.601	7.736
(2) Aprendiz (es)	103	98
(2) Estagiários(as)	223	153
Empregados com mais de 10 anos de serviço	3.830	3.699
Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores	27	26
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos	4.128	4.403
Processos trabalhistas		
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	3.494	3.499
Nº de processos incluídos no exercício	945	572
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	960	503
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
(3) Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	95	79
Número total de reclamações e críticas de consumidores:		
na empresa	31.875	28.378
de segundo nível	5.345	3.411
na Justiça	7.399	6.808
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	100,0%	100,0%
de segundo nível	100,0%	100,0%
na Justiça	55,1%	4,7%

	2022	Metas 2023
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará
7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		2022
Valor adicionado total a distribuir	10.673.854	2021
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		12.868.430
Terceiros	16,8%	3,2%
Pessoal	7,7%	8,5%
Governo	77,7%	81,6%
Acionistas	0,0%	3,2%
Retido	-2,2%	3,5%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCCT 15, visando à transparência de suas informações.
 - As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.
- (1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.
 - (2) Não compõem o quadro de empregados.
 - (3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.
 - (4) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov e Aneel julgadas procedentes.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. ANÁLISE MACROECONÔMICA

A economia brasileira iniciou o ano de 2022 com forte pressão inflacionária que se acirrou ainda no primeiro trimestre com o início da guerra na Ucrânia. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 12,13%, maior taxa para um período de 12 meses desde 2003.

Para combater a inflação o Comitê de Política Monetária elevou a taxa básica de juros que passou de 9,25% no início do ano para 13,75% em dezembro/2022. Os preços dos alimentos e commodities dispararam e a normalização só ocorreu nos últimos meses do ano, com o indicador oficial de inflação encerrando o ano no patamar de 5,79%.

A produção física industrial, que amargou quedas consecutivas em 2019 e 2020, e recuperou parcialmente os volumes de produção em 2021, voltou a registrar retração ao final de 2022, com variação de -0,7%. Apesar deste comportamento, o emprego formal brasileiro registrou saldo positivo no ano e as expectativas de mercado, apuradas através do Boletim Focus do Banco Central, indicam que o produto interno bruto brasileiro obteve crescimento de 2,9%, ante uma previsão na margem de 0,5% no início do ano.

Assim como ocorreu em âmbito nacional, o ano de 2022 foi de grandes desafios para economia paranaense. O déficit hídrico experimentado em todo País desde o final de 2021 contribuiu para declínio na colheita de grãos de verão, principalmente na oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual. Já no âmbito secundário, a produção física da indústria paranaense apresentou variação de -4,2% no ano de 2022, de acordo com o IBGE.

Por outro lado, foram observadas expansões no setor de serviços na ordem de 4,4% e as vendas paranaenses ao exterior também progrediram significativamente, com crescimento de 16% das receitas em dólares, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Economia. Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontam que o Paraná fechou 2022 com mais de 118 mil novos postos de trabalho formais e liderou a geração de empregos na região Sul do Brasil, atingindo o quinto melhor resultado do País.

Diante deste contexto, as perspectivas mais favoráveis ficarão para o próximo ano, tendo em vista a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023, segundo aponta a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.

3.2. CONTEXTO REGULATÓRIO

O setor de distribuição de energia elétrica foi marcado de 2022 pela recuperação da afluência hídrica, após o Brasil passar por um dos piores cenários de escassez em nove décadas, e pelo debate quanto aos aprimoramentos necessários no setor de energia elétrica.

Em 13.01.2022, através do Decreto nº 10.939, foram regulamentadas as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros decorrentes da situação de escassez hídrica, que afetou o país ao longo de 2021.

Foi autorizada a contratação de empréstimo para a criação e a gestão da Conta de Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, destinada a cobrir, total ou parcialmente, os custos do saldo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias para a competência de abril de 2022 e a importação de energia referente às competências de julho e agosto de 2021.

No caso da Copel Distribuição, foi recebido o valor de R\$ 145,8 mi, integralmente revertidos como componente financeiro negativo, reduzindo a tarifa do consumidor, no processo tarifário de 24.06.2022. O valor será repassado aos consumidores através de quotas mensais homologadas pela Aneel e recolhidas para a CDE Conta escassez hídrica a partir do próximo processo de reajuste tarifário, a ser realizado em junho de 2023, se estendendo por um período de 4 anos.

No entanto, ao longo do ano de 2022, em função do aumento no volume de chuvas, se verificou a recuperação da afluência hídrica, com a elevação do nível dos reservatórios, impactando na redução da compra de energia de usinas térmicas, cujo custo de geração é superior em relação a outras fontes. A conjuntura foi favorável para redução do valor cobrado do consumidor quanto às bandeiras tarifárias que, de janeiro a abril de 2022, estavam no patamar “Escassez Hídrica”, passando à bandeira verde de maio a dezembro/2022.

A Lei nº 14.385/2022 disciplina a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, do passivo referente ao recolhimento dos valores desses tributos recolhidos a maior pelas distribuidoras. No reajuste tarifário da Copel Distribuição, em 24.06.2022, foi considerado, a título de crédito de Pis e Cofins, o montante de R\$ 1,593 bilhão como componente financeiro reduzindo a tarifa ao consumidor.

Ainda, com efeitos sobre a tarifa, houve a aprovação da limitação da cobrança de ICMS de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, pela Lei Complementar nº 194/2022, sendo considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis. A redução, no Paraná, foi de 29% (31.12.2021) para 18% (31.12.2022), ocorrida a partir do mês de junho/2022.

No entanto, em fevereiro/2023, o STF concedeu aos Estados, em decisão liminar, a suspensão do artigo 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica e que, na prática, reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

Outro ponto de impacto no setor foi o processo de desestatização da Eletrobrás (Lei nº 14.182/2021), cujos valores aportados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram revertidos à modicidade tarifária dos consumidores atendidos no ambiente de contratação regulada. No caso da Copel Distribuição, o valor revertido no processo tarifário de junho/2022 foi de R\$ 335 milhões.

Com relação à geração distribuída, merece destaque a publicação da Lei nº 14.300/2022, de 06.01.2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE e o Programa de Energia Renovável Social - PERS.

A lei permitiu às unidades consumidoras já existentes e às que protocolarem solicitação de acesso em até 12 meses da sua publicação a continuidade, até 31.12.2045, dos benefícios hoje concedidos por meio do SCEE. Para as unidades consumidoras que solicitarem o acesso após esse prazo, a Lei estabeleceu um período de transição para a cobrança gradativa sobre a energia compensada das componentes tarifárias não associadas ao custo da energia.

Este e outros temas relacionados à adequação dos regulamentos aplicáveis à micro e minigeração distribuída estão sendo discutidos pela Aneel no âmbito das Consultas Públicas nº 50 e 51/2022, as quais ainda não foram concluídas. Em paralelo, tramita no Senado o Projeto de Lei nº 2.703/2022, que propõe a prorrogação do prazo para o protocolo da solicitação de acesso sem a aplicação destas novas regras tarifárias.

Em benefício da modernização do setor elétrico, destaca-se a publicação da Portaria Normativa nº 050/2022, a qual estabeleceu que, a partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, dando um passo importante para a abertura do mercado livre de energia elétrica, inclusive possibilitando que futuramente os consumidores conectados em baixa tensão possam ser beneficiados.

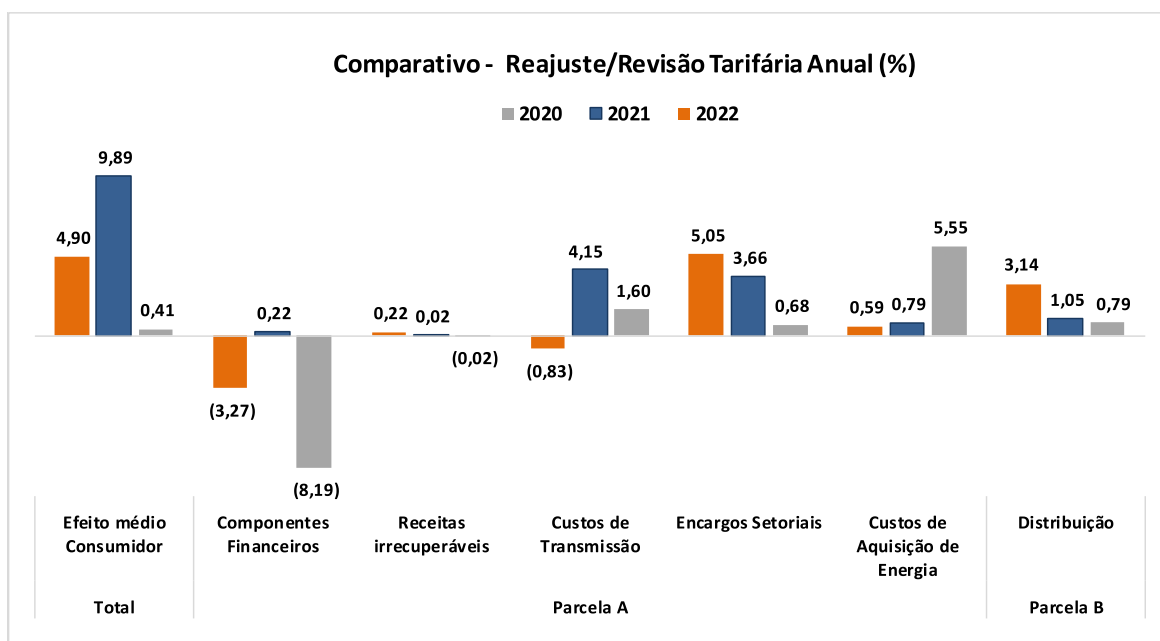
Por fim, na questão dos debates quanto ao marco legal e aprimoramento do arcabouço regulatório do setor elétrico, principalmente os Projetos de Lei 414/2021 e 1.917/2015, não houve avanço em 2022, estando em análise e tramitação pelas instâncias legislativas. Recebem, no entanto, atenção das distribuidoras que acompanham e estudam os possíveis impactos e deve ser um dos principais temas na pauta do Congresso durante o ano de 2023.

3.2.1. Reajuste Tarifário Anual – RTA

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na RTP de junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022.

Dos componentes que mais impactaram a tarifa neste processo, destacam-se os encargos setoriais e os custos relacionados à distribuição de energia. O impacto dos encargos setoriais foi mitigado pela destinação de R\$ 335 milhões da privatização da Eletrobrás para redução do encargo da CDE na cobertura tarifária. Além disso, também merece destaque a devolução dos créditos de Pis/Cofins (NE 11.5), atenuando o reajuste em R\$ 1,593 bi, em benefício ao consumidor.

O gráfico abaixo demonstra os componentes tarifários, comparativo dos últimos três anos:



3.2.2. Tarifa Branca

A tarifa branca, em vigor desde janeiro/2018, é uma modalidade tarifária que apresenta variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo, ou seja, possui valores diferentes ao longo do dia, enquanto a modalidade Convencional possui um único valor de tarifa, independente de horário

Essa modalidade permite ao consumidor controlar seu consumo nos horários de ponta e intermediário, em que o valor da tarifa é maior, e utilizar a energia elétrica nos períodos de baixa demanda (fora de ponta), em que o valor da tarifa é menor.

A tarifa branca é oferecida para as unidades consumidoras de baixa tensão (Grupo B), e também àquelas atendidas em alta tensão, pertencentes ao Grupo A optantes da tarifa de baixa tensão. Podem aderir os consumidores das classes: a) Residencial (B1), exceto residencial Baixa Renda que recebem benefício tarifário; b) Rural (B2); e c) Industrial, Comércio, Serviços e outras atividades, Serviço Público, Poder Público e Consumo Próprio (B3). Não se aplica para a Iluminação Pública (B4).

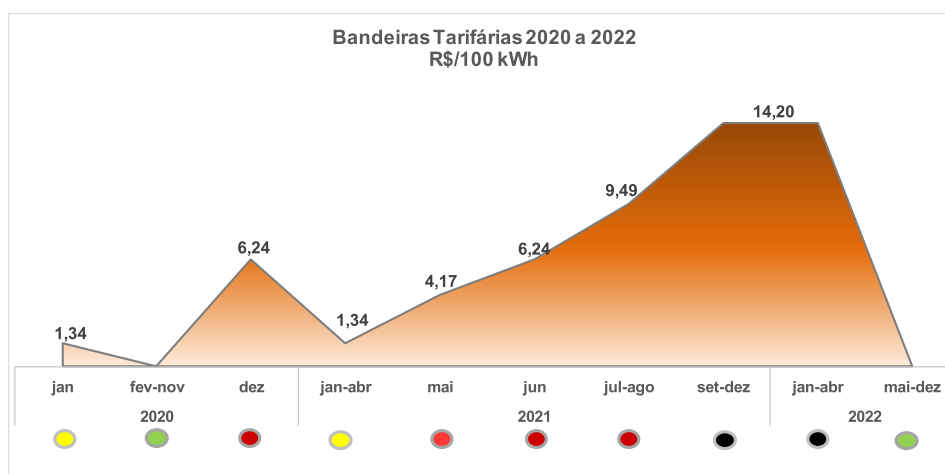
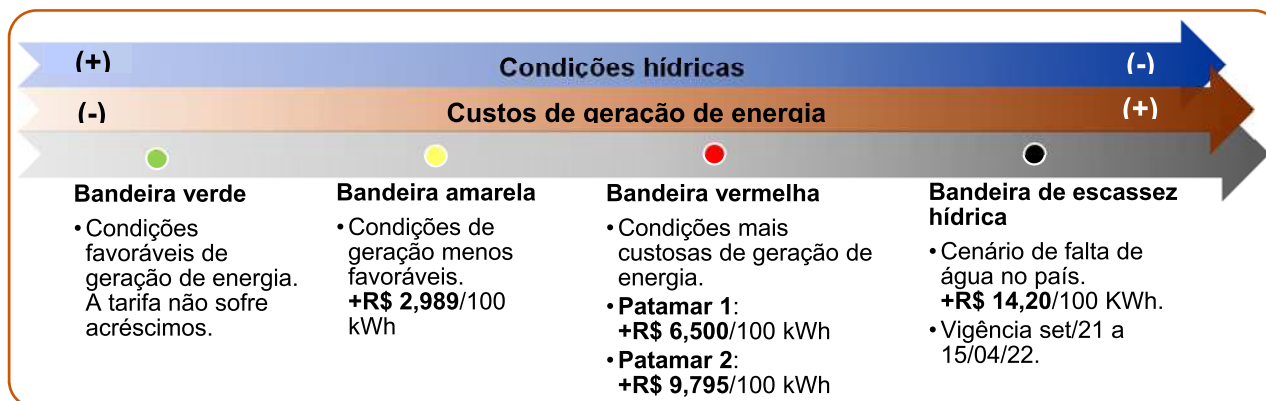
As condições para aplicação da tarifa branca estão estabelecidas na Resolução Normativa Aneel nº 1.000/2022. A forma de adesão e demais esclarecimentos podem ser consultados no site da Copel:

<https://www.copel.com/site/copel-distribuicao/tarifa-branca/>

3.2.3. Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um indicativo das condições para geração de energia elétrica, do cenário mais favorável ao mais crítico, e que impacta em acréscimo no valor a ser faturado ao consumidor final, conforme ocorre o aumento dos custos de compra de energia pelas distribuidoras em função das dificuldades hídricas. Os valores das bandeiras tarifárias são publicados pela Aneel, em norma específica.

O gráfico demonstra o histórico de bandeiras tarifárias e valores cobrados nos últimos 3 anos:



3.2.4. Sobrecontratação

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que estas devem adquirir o volume necessário para o atendimento de 100% de seu mercado.

A verificação do atendimento da totalidade do mercado considera o período compreendido pelo ano civil, sendo a diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a Distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado.

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%. Entretanto, considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

3.2.5. Contrato de Concessão de Distribuição

Para manutenção do contrato de concessão de energia elétrica, a Companhia deve cumprir os indicadores e procedimentos de eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica, homologados pela Aneel na Resolução Normativa nº 896 de novembro/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948 de 16.11.2021, definidos a partir de 2021, sendo:

INDICADORES	Eficiência na Gestão econômico-financeira:
	Considera-se descumprido quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.
	Caso não haja o atendimento do indicador no ano base: aporte de capital, limitação de distribuição de dividendos e regime restritivo de contratos com partes relacionadas.
	Em caso de descumprimento por 2 anos consecutivos, implicará na abertura do processo de caducidade.
	Eficiência na continuidade do fornecimento:
	O descumprimento dos indicadores DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna; e FEIC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna, por Unidade Consumidora, pelo período de um ano, torna obrigatória a proposição de um Plano de Resultados.
Caso não haja o atendimento por dois anos consecutivos ou três anos em um período de cinco anos, a Companhia incorre em limitação de distribuição de dividendos.	
Em caso de descumprimento por período consecutivo de três anos, implicará na abertura do processo de caducidade.	

A Copel Distribuição atingiu os indicadores anuais definidos no quinto termo aditivo ao contrato de concessão, o qual impõe condicionantes relacionadas a indicadores de qualidade do serviço e sustentabilidade econômico-financeira, para o período de 2016 a 2020. A tabela a seguir apresenta as metas relativas a 2022 e 2021:

Ano	Gestão Econômico-Financeira (a)		Indicadores de Qualidade (b)			
	Critério	Resultado	Limites		Realizado	
			Duração	Frequência	Duração	Frequência
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,29	6,84	7,20	4,76
2022		-	9,19	6,80	7,98	5,29

a. Gestão Econômico-Financeira:

- **QRR:** Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
- **LAJIDA ou EBITDA Recorrente:** refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.

É calculado considerando os seguintes componentes:

Valor da Parcela B (VPB) Regulatória:

- (+) Excedente de Reativos (ER) e Ultrapassagem de Demanda (UR) Regulatórios
- (+) Receita Irrecuperável Regulatória
- (+) Crescimento de Mercado – MWh
- (+) Custo da Geração Própria subtraído do respectivo Custo com Combustível Regulatório
- (+) Outras Receitas Regulatórias
- (+/-) Custo das Perdas, diferença entre regulatórios e realizados

(=) VPB Recorrente

- (-) Custos de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) realizados
- (+/-) Ajustes dos custos de PMSO

(=) LAJIDA ou EBITDA recorrente

- **SELIC:** limitada a 9,009 % (nove inteiros e 9 milésimos por cento) ao ano, caso supere esse percentual, e a 6,006 % (6 inteiros e seis milésimos por cento), caso seja inferior a este último percentual.

b. Indicadores de qualidade DEC e FEC

Até 2021, eram considerados os indicadores internos DECI e FECI como meta do contrato de concessão. A partir de 2022, não há diferença, e o DEC e FEC passam a configurar as metas.

DEC e FEC (a partir de 2022)	Abrangem todas as ocorrências, independente da origem, inclusive as perdas na rede básica que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e tem origem iminentemente técnica. O objetivo destes indicadores é a melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor.
DECI e FECI (até 2021)	Indicadores internos que englobam somente os eventos ocorridos nos ativos da distribuidora, excluindo eventos de linhas de transmissão. São previstos no Contrato da Concessão, sendo que o descumprimento do critério de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, por dois anos consecutivos durante o período de avaliação ou no ano de 2020, acarretaria na extinção da concessão.

Indicador econômico-financeiro de 2022

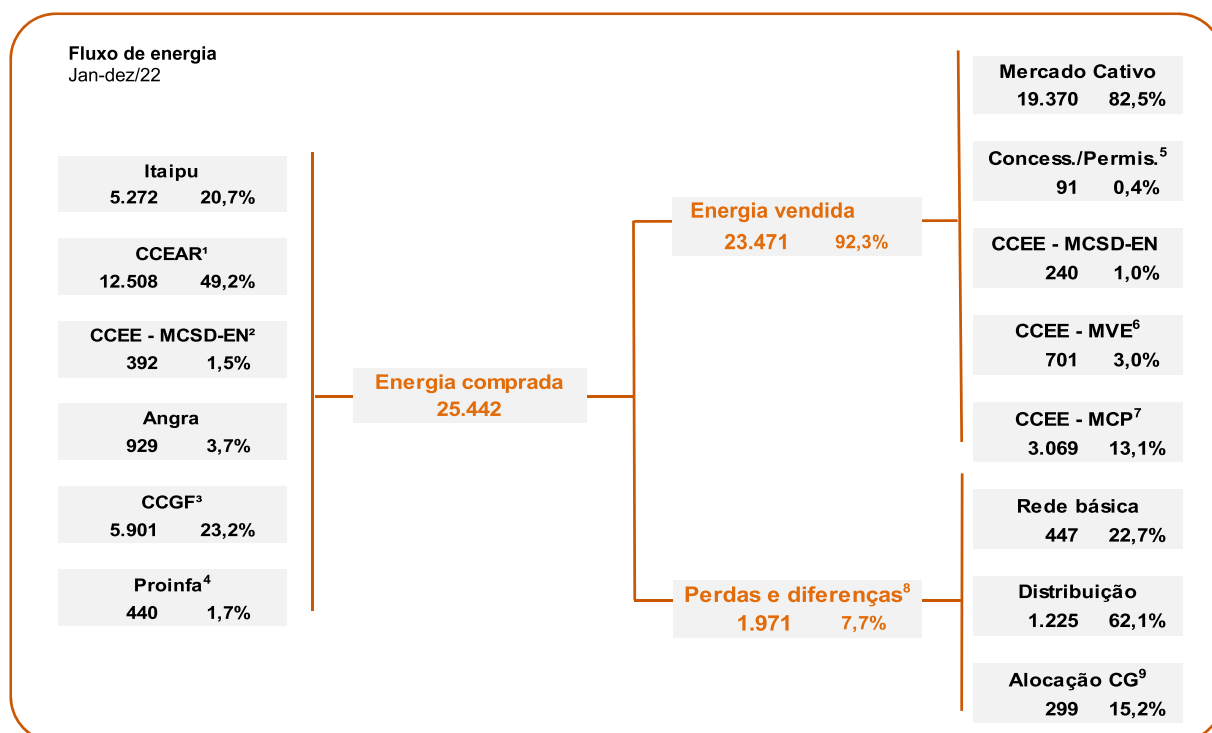
A Companhia acompanha os indicadores da concessão de forma a antecipar ações que assegurem o ganho de eficiência e o cumprimento das exigências regulatórias e o resultado é divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2022, que ocorrerá em 18.04.2023. A Companhia reitera o seu compromisso com a sustentabilidade econômica da concessão e com a continuidade dos investimentos respaldada em uma gestão de controle de custos, maximização da produtividade e melhoria da eficiência operacional.

3.3. MERCADO DE ENERGIA

3.3.1. Aquisição de energia

A Copel Distribuição, em 2022, não declarou necessidade de compra de energia nos leilões realizados no mercado regulado, sendo que, para atendimento do seu mercado em 2022, iniciou-se o suprimento dos contratos negociados em anos anteriores. A aquisição de energia aumentou 0,4% no comparativo anual, passando de 25.338 GWh para 25.441 GWh. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo, considerando um aumento de 0,3% no consumo de energia entre os períodos.

A seguir, são apresentados os fluxos de energia da Copel Distribuição de janeiro a dezembro/2022:



¹CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

²Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova

³CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013)

⁴Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

⁵Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano

⁶MVE - Venda de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes

⁷CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

⁸Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMGD

⁹Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

3.3.2. Venda de energia

Em 2022, a Copel Distribuição apresentou crescimento de 84.947, 1,7%, no número de consumidores, ultrapassando a 5,0 milhões de unidades consumidoras, e aumento de 4,0% o montante de energia total vendida.

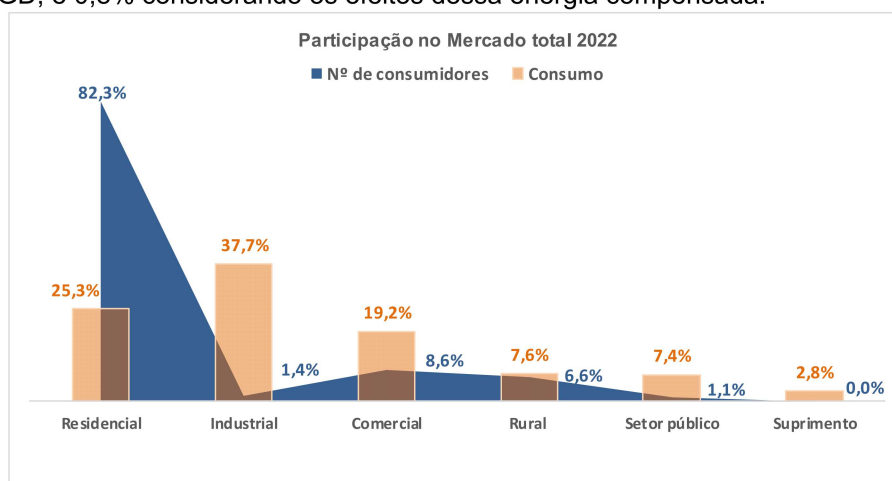
	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez/22	dez/21	Δ%	jan-dez/22	jan-dez/21	Δ%
Mercado Cativo	5.011.557	4.926.610	1,7	19.461	19.398	0,3
Residencial	4.127.292	4.038.454	2,2	8.212	8.068	1,8
Industrial	68.618	70.632	(2,9)	2.102	2.275	(7,6)
Comercial	429.962	422.560	1,8	4.294	4.149	3,5
Rural	331.938	342.428	(3,1)	2.357	2.460	(4,2)
Outras	53.745	52.534	2,3	2.405	2.359	1,9
Concessionárias e Permissionárias	2	2	-	91	86	5,8
CCEE(Cessões MCSD EN)	304	376	(19,1)	240	986	(75,6)
CCEE - MVE	22	26	(15,4)	701	477	46,9
CCEE - MCP	-	-	-	3.069	1.694	81,1
Total venda de energia	5.011.883	4.927.012	1,7	23.561	22.640	4,0
Micro e Mini geração distribuída - MMGD	213.144	109.317	95,0	1.169	656	78,1
Mercado Total				24.730	23.297	6,2

▪ Mercado Cativo:

No ano de 2022, o consumo do mercado cativo foi de 19.370 GWh, aumento de 0,3% em relação ao ano anterior. A quantidade de consumidores cativos faturados foi 1,7% superior ao verificado em dezembro/2021, totalizando 5.011.555 consumidores.

▪ Mercado Fio (TUSD)

O mercado fio é composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão. Apresentou crescimento de 2,4% no consumo de energia elétrica em 2022, sem considerar os efeitos de MMGD, e 0,8% considerando os efeitos dessa energia compensada.



A tabela abaixo apresenta o consumo de energia - mercado fio, segregando entre consumidores cativos e livres:

	N de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez/22	dez/21	Δ%	jan-dez/22	jan-dez/21	Δ%
Residencial	4.127.292	4.038.454	2,2	8.212	8.068	1,8
Industrial	69.731	71.651	(2,7)	12.249	11.960	2,4
Cativo	68.618	70.632	(2,9)	2.102	2.275	(7,6)
Livre	1.113	1.019	9,2	10.147	9.685	4,8
Comercial	431.417	423.812	1,8	6.256	5.888	6,2
Cativo	429.962	422.560	1,8	4.294	4.149	3,5
Livre	1.455	1.252	16,2	1.961	1.739	12,8
Rural	331.987	342.465	(3,1)	2.487	2.562	(2,9)
Cativo	331.938	342.428	(3,1)	2.357	2.460	(4,2)
Livre	49	37	32,4	130	102	27,4
Outros	53.757	52.544	2,3	2.411	2.364	2,0
Cativo	53.745	52.534	2,3	2.405	2.359	1,9
Livre	12	10	20,0	7	5	27,7
Suprimento	7	7	-	925	932	(0,8)
Cativo	2	2	-	91	86	5,4
Livre	5	5	-	834	846	(1,5)
TOTAL MERCADO FIO	5.014.191	4.928.933	1,7	32.539	31.775	2,4
Mercado Cativo	5.011.557	4.926.610	1,7	19.461	19.398	0,3
(-) Micro e Mini geração distribuída - MMGD				-1.169	-656	78,1
Mercado Cativo (-) MMGD				18.292	18.741	(2,4)
Mercado Livre	2.634	2.323	13,4	13.078	12.378	5,7
Total Mercado faturado				31.370	31.119	0,8

Esse resultado é decorrente do consumo das classes, comparando-se o acumulado em cada ano:



Residencial: com aumento de 1,8% reflexo do aumento do número de consumidores e das elevadas temperaturas observadas nos primeiros meses do ano;



Industrial: apresentou crescimento de 2,4% em função do crescimento do consumo de: setores de Metalurgia e Fabricação de Produtos Alimentícios;



Comercial: houve aumento de 6,2%, puxado, em grande parte, pelo segmento Atacadista, que cresceu 7,8% e representou cerca de 1/5 do consumo da classe. Adicionalmente, também se observou crescimento dos ramos que mais sofreram com as restrições de circulação durante a pandemia da Covid-19, dentre eles: Alojamento (hotéis e pousadas), Atividades esportivas (clubes sociais), Educação (escolas e universidades), Organizações Associativas (igrejas e sindicatos), alimentação (restaurantes e lanchonetes);



Rural: com redução de 2,9% impactado pelo decréscimo no número de consumidores cativos em 3,1%;



Outras classes: aumento de 2,0% devido, principalmente, à classe Poder Público pelo retorno das atividades presenciais a partir da flexibilização das medidas restritivas, em especial, no ensino público.

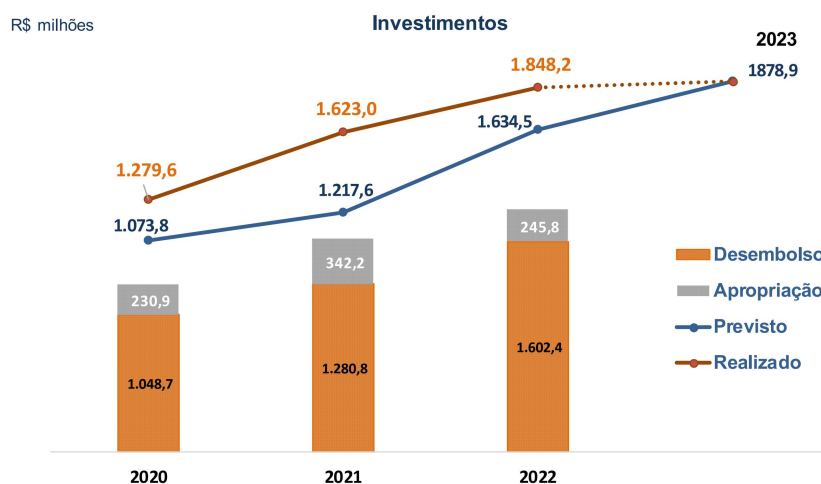
3.4. INVESTIMENTOS

Os investimentos totais em 2022, líquidos da Participação Financeira do consumidor, alcançaram R\$ 1.848,2 milhões, 13,9% acima do realizado em 2021. Desse total realizado, R\$ 1.602,4 milhões são referentes aos desembolsos e R\$ 245,8 milhões às apropriações relacionadas à mão-de-obra própria, gastos com veículos próprios utilizados nas obras de investimentos, entre outros.

Os investimentos destinam-se à expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição, através da: (i) implantação de novas subestações, linhas de distribuição de alta tensão e linhas de distribuição de média e baixa tensão; (ii) aprimoramento do sistema de telemedicação e (iii) melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica na área rural.

O valor do orçamento de capital para desembolso referente à aquisição de bens e serviços para 2023 foi aprovado em 07.12.2022, na 233ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração – CAD e prevê o montante de R\$ 1.878,9 milhões, 15,0% superior a 2022.

O gráfico demonstra o comparativo do montante dos Investimentos previstos e realizados:



3.4.1. Linhas e Subestações

Em 2022, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 188 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 3.176 km em linhas de distribuição e transmissão.

Na tabela a seguir são apresentadas as extensões de linhas de distribuição:

Linhas de Distribuição Exio (em km)	2022	2021	2020
13,8 kV	111.358	109.944	108.384
34,5 kV	89.356	87.744	86.489
69,0 kV	767	755	755
138,0 kV	6.652	6.514	6.457
Total	208.133	204.957	202.085

A tabela a seguir apresenta o parque de subestações aberto por tensão:

Tensão	2022		2021		2020	
	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA
34,5 kV	236	1.646	235	1.625	230	1.594
69,0 kV	36	2.502	36	2.523	36	2.451
88,0 kV	0	5	0	5	0	5
138,0 kV	117	7.662	113	7.474	112	7.260
Total	389	11.815	384	11.627	378	11.310

3.4.2. Programa Transformação

O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação.



Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, além da redução dos custos com serviços de operação e manutenção (O&M) e comerciais, e aprimoramento no controle dos indicadores de qualidade DEC e FEC.

O programa é composto por projetos para manutenção e expansão do sistema elétrico na área de concessão da Copel Distribuição, abrangendo a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

▪ Redes elétricas inteligentes - REI

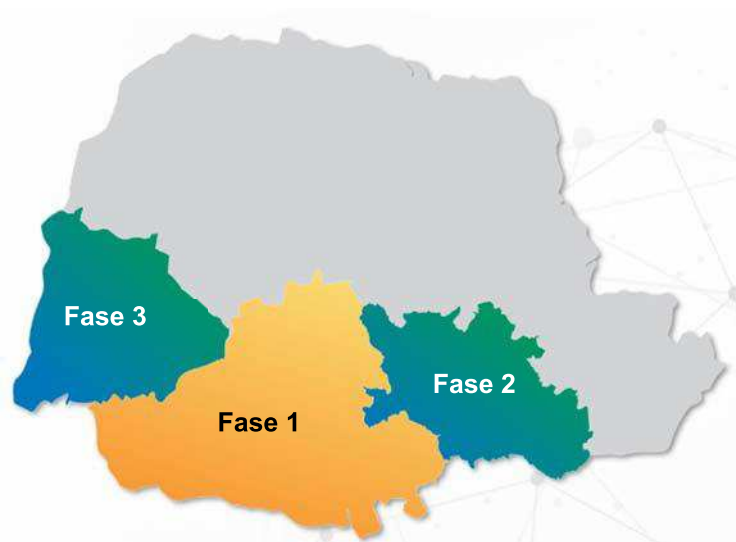
O programa de redes elétricas inteligentes tem o objetivo de implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição, e o uso de medidores de energia eletrônicos inteligentes.



Desta forma, a rede permite uma comunicação bidirecional entre os consumidores e os sistemas de controle centralizados utilizados pela Copel Distribuição.

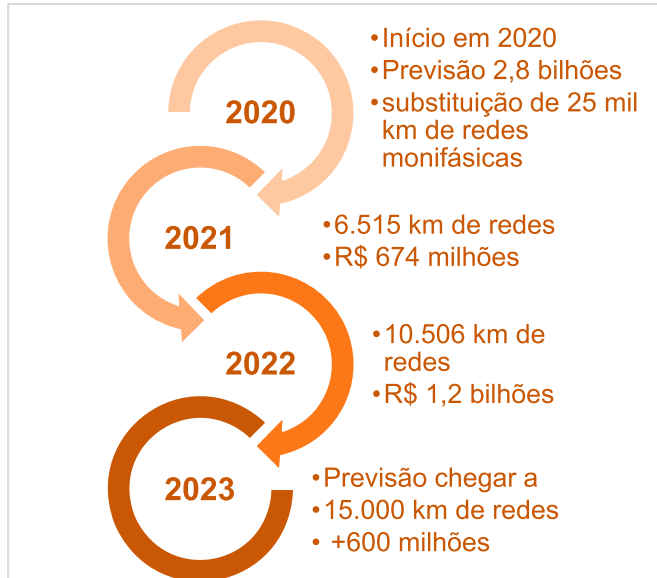
O primeiro investimento com tecnologia de redes inteligentes nesse sentido foi concluído em 2018, como projeto piloto para validação da solução. A partir daí o projeto foi dividido nas Fases 1, 2 e 3 para levar, futuramente, a tecnologia a todos os municípios do Paraná.

Piloto - 2018
Ipiranga/PR
Fase 1 - 2021 / 2022
73 municípios
189 milhões
Fase 2 - 2023
28 municípios e Ilha do Mel
210 milhões
Fase 3
50 municípios



Paraná Trifásico

O projeto Paraná Trifásico representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais.



Teve início em 2020 com o intuito de melhorar a qualidade de fornecimento, renovar os ativos e prover mais segurança aos empregados e à população.

Estão sendo realizadas interligações entre os alimentadores que impactam na melhoria da qualidade dos serviços ao consumidor e, na nos índices de qualidade que medem o número de horas e a frequência com que a consumidor permaneceu sem energia elétrica (DEC e FEC).

Ainda, uma nova tecnologia é utilizada, com cabos protegidos, que trazem maior segurança e reduzem o número de desligamentos.

Está previsto para 2025 a conclusão do projeto.

Projeto Confiabilidade Total



Iniciado em 2020 o projeto visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas: a) manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede; b) implementar automação nos equipamentos especiais; c) manter a totalidade de município da concessão com subestação (SE) ou chave especial; e d) ampliar os circuitos de rede e equipamento Self Healing. Até o final de dezembro/2022 o projeto concluiu 74,15% do cronograma previsto.

Painel de ações e impactos					
Ação	Impacto	2021	2022	Previsão 2023	
Repetidoras VHF	Redução das áreas de somreamento da comunicação com as equipes	29	10	5	
Automação de equipamentos	maior eficiência e flexibilidade na operação e recomposição da rede de distribuição	1399	1873	600	
Municípios com SE/EC	reforço do sistema de distribuição	33	25	14	
Retirada da radicalidade de SEs	reforço do sistema de distribuição	25	8	21	
Reconfiguração de alimentadores com mais de 5000 consumidores	Redução dos impactos de manobras, obras e outros eventos - para alimentadores com mais de 5000 consumidores	30	35	40	
Self Healing em alimentadores com mais de 3000 consumidores	Redução dos impactos de manobras, obras e outros eventos - para alimentadores com mais de 3000 consumidores	203	150	56	
R\$ milhões		156	104	112	

3.4.3. Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos.

As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema, pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de dezembro/2022, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 22.366 km (18.065 km em dezembro/2021), acréscimo de 4.301 km, 23,8%, em doze meses.

3.4.4. Rede Secundária Isolada

A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras.

Ao final de dezembro/2022, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas, instaladas, era de 21.896 km (20.885 km em dezembro/2021), um acréscimo de 1.011 km, 4,84%, em doze meses.

3.5. QUALIDADE DE FORNECIMENTO

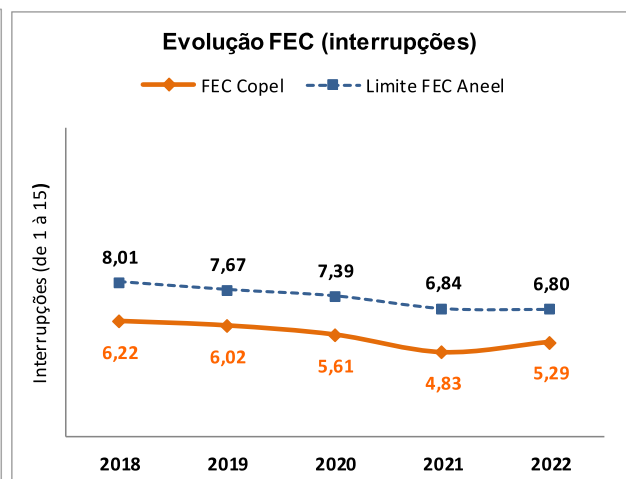
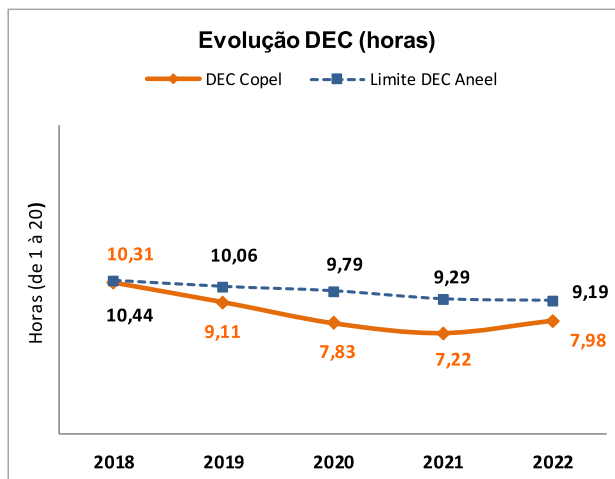
A qualidade de fornecimento é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado. O DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, indica o número de horas, em média, que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, indica quantas vezes, em média, houve interrupção de energia elétrica na unidade consumidora.

É a partir do DEC e do FEC que a ANEEL estabelece os parâmetros individuais de continuidade (Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou ponto de conexão - DMIC) e que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor.

Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o pagamento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

Esses indicadores são revistos na Revisão Tarifária Periódica - RTP, e vão se tornando cada vez mais rigorosos, a fim de melhorar a qualidade do serviço prestado ao consumidor.

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição permanece atendendo aos limites regulatórios impostos pela Aneel, reflexo dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas.



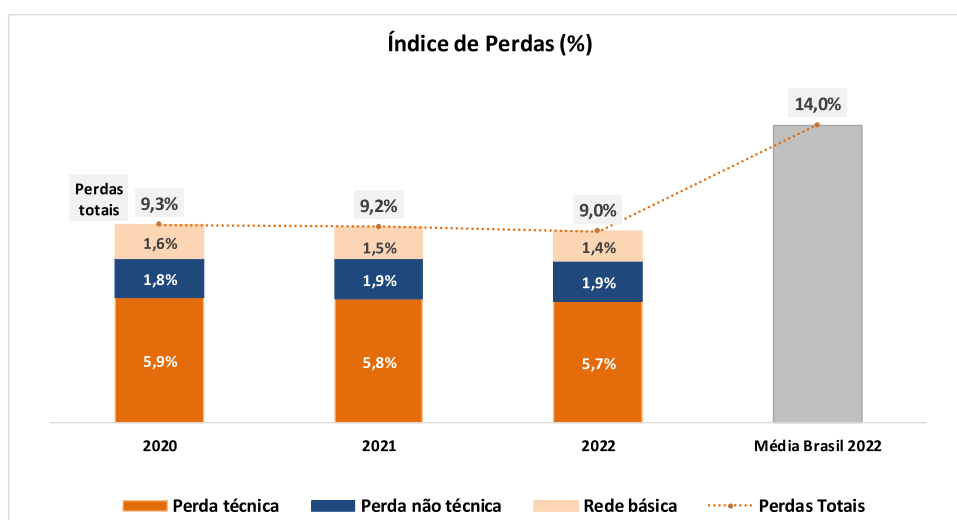
3.6. GESTÃO DE PERDAS DE ENERGIA

As perdas no sistema elétrico referem-se: a) à energia elétrica gerada que passa pelas linhas de transmissão (Rede Básica), as quais são externas ao sistema de distribuição e sua origem é iminentemente técnica; e b) à energia elétrica que circula nas redes da distribuição e que não chega a ser comercializada, seja por motivos técnicos ou comerciais (não técnica).

As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, entre outros.

Assim, as perdas na distribuição representam a diferença entre a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras e a faturada aos seus consumidores, ou seja, apurada através do sistema de medição e do mercado faturado pela Companhia. Cabe ressaltar que parte das perdas da distribuidora é recuperada via tarifa cobrada do consumidor, sendo revista a cada reajuste/revisão tarifária anua pela Aneel.

Em 2022 as perdas globais representaram 9,0% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,7% de perdas técnicas, 1,9% de perdas não técnicas e 1,4% de perdas na rede básica, inferior à média nacional de 14,0% nas perdas globais.



Em função das ações realizadas, a efetividade das inspeções aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 11,1% em 2012 para 31,5% em 2022, quando foram feitas 53.718 inspeções e detectados 13.339 procedimentos irregulares. Diante das ações, a Copel Distribuição possui um dos índices mais baixos de perdas no setor de distribuição no Brasil.

As prospecções, para a realização das inspeções, são feitas através da utilização das informações disponíveis no cadastro das unidades consumidoras, análise de nichos de fraudadores instalados nas diversas classes de consumo e utilização de inteligência artificial.

A Copel Distribuição mantém um Programa de Combate às Perdas não Técnicas que consiste em várias ações que objetivam reduzir ou manter o nível atual de perdas não técnicas, através das seguintes ações:

- Aperfeiçoamento das ações de combate ao procedimento irregular, melhorando o desempenho das inspeções direcionadas;
- Investimentos destinados à disponibilização e ou aquisição de equipamentos para inspeção;
- Elaboração e execução de treinamentos específicos e reciclagem relacionados a perdas comerciais;
- Realização de inspeções, tanto na Média como na Baixa Tensão;
- Notas educativas na imprensa e mensagens na fatura de energia elétrica;
- Operações conjuntas com a Polícia Civil e Ministério Público;
- Abertura de inquérito policial nas regiões onde foram constatados números expressivos de procedimentos irregulares.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período. Os comentários da Administração sobre o Desempenho Econômico-Financeiro devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

4.1. RESULTADO LÍQUIDO

A Copel Distribuição apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 229,8 mi em 2022, R\$ 857,9 mi de Lucro Líquido em 2021, redução de 126,8%. O impacto principal se deve pela revisão do risco do passivo contingente da ação do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins, no montante total de R\$ 1.851,3 mi, sendo R\$ 810,6 mi no resultado operacional e R\$ 1.040,7 mi no resultado financeiro relativos à variação monetária (NE nº 11.5.2).

O Ebitda Societário em 2022 atingiu R\$ 938,8 mi, 40,3% inferior ao de 2021 (R\$ 1.573,6 mi). Desconsiderando-se o montante da ação do Pis/Cofins de R\$ 810,6 mi, o Ebitda atinge R\$ 1.749,4 mi, acréscimo de 11,2%, demonstrando o desempenho positivo da operação da Companhia.

	4T22	4T21	ΔR\$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	324.263	214.113	110.150	51,4%	(229.778)	857.883	(1.087.661)	-126,8%
IRPJ e CSLL diferidos	(22.215)	(22.026)	(189)	0,9%	(585.568)	76.878	(662.446)	-861,7%
Provisão para IRPJ e CSLL	(42.282)	87.038	(129.320)	-148,6%	130.103	298.719	(168.616)	-56,4%
Despesas (receitas) financeiras, líquid:	62.536	19.051	43.485	228,3%	1.169.741	(66.469)	1.236.210	-1859,8%
Lajir/Ebit	322.302	298.176	24.126	8,1%	484.498	1.167.011	(682.513)	-58,5%
Depreciação e Amortização	119.638	102.598	17.040	16,6%	454.307	406.632	47.675	11,7%
Lajida/Ebitda	441.940	400.774	41.166	10,3%	938.805	1.573.643	(634.838)	-40,3%
(+) Provisão para destinação de crédito de	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
Lajida/Ebitda ajustado	441.940	400.774	41.166	10,3%	1.749.368	1.573.643	175.725	11,2%
Receita Operacional Líquida - ROL	3.587.443	4.049.558			13.903.300	14.836.392		
Margem Ebitda ajustado / ROL	12,3%	9,9%			12,6%	10,6%		

A Companhia divulga seu Ebitda ou Lajida como forma de medir seu desempenho, embora esse indicador não seja uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade. O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

4.2. RESULTADO ANUAL E TRIMESTRAL

	4T22	4T21	ΔR\$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	3.587.443	4.049.558	(462.115)	(11,4)	13.903.300	14.836.392	(933.092)	(6,3)
(-) Receita de Construção	554.567	511.937	42.630	8,3	2.048.022	1.700.889	347.133	20,4
(=) Receita Operacional Líquida ajustada	3.032.876	3.537.621	(504.745)	(14,3)	11.855.278	13.135.503	(1.280.225)	(9,7)
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	2.125.838	2.521.443	(395.605)	(15,7)	8.293.327	9.640.950	(1.347.623)	(14,0)
(=) Receita antes dos custos gerenciáveis	907.038	1.016.178	(109.140)	(10,7)	3.561.951	3.494.553	67.398	1,9
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	584.735	718.001	(133.266)	(18,6)	2.266.890	2.327.541	(60.651)	(2,6)
PMSO	465.097	615.403	(150.306)	(24,4)	1.812.583	1.920.909	(108.326)	(5,6)
Amortização	119.638	102.598	17.040	16,6	454.307	406.632	47.675	11,7
(=) Resultado das Atividades	322.303	298.177	24.126	8,1	1.295.061	1.167.012	128.049	11,0
(-) Provisão p/ destinação crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	322.303	298.177	24.126	8,1	484.498	1.167.012	(682.514)	(58,5)
(+/-) Resultado Financeiro total	(62.537)	(19.051)	(43.486)	228,3	(1.169.741)	66.469	(1.236.210)	(1.859,8)
(+) Resultado Financeiro	(47.250)	(19.051)	(28.199)	148,0	(129.047)	66.469	(195.516)	(294,1)
(-) Atualização Prov. destinação crédito PIS/Cofins	15.287	-	15.287	-	1.040.694	-	1.040.694	-
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	259.766	279.126	(19.360)	(6,9)	(685.243)	1.233.481	(1.918.724)	(155,6)
(-) Tributos	64.497	(65.012)	129.509	(199,2)	455.465	(375.597)	831.062	(221,3)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	324.263	214.114	110.149	51,4	(229.778)	857.884	(1.087.662)	(126,8)

A Demonstração de Resultado acima é apresentada na visão gerencial, e tem por finalidade apresentar os resultados alcançados, desconsiderando-se a Receita e o Custo de Construção. Destaca-se o crescimento do resultado das atividades tanto no acumulado de 2022 em relação a 2021 em 11,0%, quanto no resultado trimestral em 8,1%, efeito, principalmente da redução dos custos operacionais, notadamente no PMSO.

4.3. RECEITA OPERACIONAL

	4T22	4T21	ΔR\$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.208.416	1.416.952	(208.536)	(14,7)	5.236.340	5.326.736	(90.396)	(1,7)
Disponibilidade da rede elétrica	1.155.062	1.216.245	(61.183)	(5,0)	4.221.011	4.401.654	(180.643)	(4,1)
Suprimento	63.535	192.814	(129.279)	(67,0)	266.991	753.241	(486.250)	(64,6)
Receita de construção	554.567	511.937	42.630	8,3	2.048.022	1.700.889	347.133	20,4
Valor justo Ativo indenizável da concessão	34.124	39.903	(5.779)	(14,5)	79.169	108.733	(29.564)	(27,2)
Ativos e passivos financeiros setoriais	467.880	596.444	(128.564)	(21,6)	1.676.936	2.270.859	(593.923)	(26,2)
Outras receitas operacionais	103.859	75.263	28.596	38,0	374.831	274.280	100.551	36,7
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.587.443	4.049.558	(462.115)	(11,4)	13.903.300	14.836.392	(933.092)	(6,3)

A Companhia apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL com decréscimo de 6,3%, R\$ 933,1 mi negativos. Essa variação reflete, principalmente: a redução no resultado dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais e na Receita de Suprimento; o desempenho do mercado fio, que no acumulado do ano apresentou crescimento de 0,8%; e o reajuste das tarifas, de 4,90% em 2022, ante a 9,89% em 2021.

- **Fornecimento:** redução de 1,7%, R\$ 90,4 mi, impactado, principalmente: pelo Reajuste Tarifário Periódico - RTP 2022, que reduziu a tarifa de energia em -9,58% (11,32% em 2021), e pelo decréscimo do mercado cativo em 2,4% em 2022 (considerando os efeitos da geração distribuída – MMGD);
- **Suprimento:** decréscimo de 64,6%, R\$ 486,3 mi, devido, sobretudo, à redução na receita da venda de energia no Mercado de Curto Prazo (CCEE) em R\$ 407,1 mi, 65,2%, e de Contratos Bilaterais em R\$ 103,6 mi, 64,6%;
- **Disponibilidade da Rede Elétrica:** redução de 4,1%, 180,6 mi no período. Apesar do crescimento do mercado fio que apresentou aumento de 0,8%, o aumento da CDE Uso em R\$ 863,8 mi, 52,6%, foi superior ao efeito do reajuste na tarifa de uso em 2022, de 16,55% (8,73% em 2021);
- **Receita de Construção:** o acréscimo de 20,4%, R\$ 347,1 mi, devido à construção de infraestrutura conforme Programa Transformação.
- **Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão (NE 9):** apresentou variação negativa de 27,2%, R\$ 29,6 mi, principalmente pela redução do IPCA de 2022 em relação a 2021, que corrige a Base Blindada;
- **Ativos e passivos financeiros setoriais (NE 7):** apresentaram redução de 26,2%, R\$ 593,9 mi, reflexo dos menores custos de energia, tendo em vista a melhora do cenário hídrico em 2022.
- **Outras Receitas:** a variação positiva de 36,7%, R\$ 100,6 mi, se deve, principalmente, pelo aumento nos arrendamentos e aluguéis de equipamentos e estruturas.

4.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

4.4.1. Custos não gerenciáveis - Parcela A

PARCELA A	4T22	4T21	ΔR\$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	930.547	1.111.115	(180.568)	(16,3)	3.585.876	3.917.257	(331.381)	(8,5)
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	65.050	54.981	10.069	18,3	315.866	1.463.404	(1.147.538)	(78,4)
Itaipu Binacional	368.504	458.034	(89.530)	(19,5)	1.460.955	1.787.691	(326.736)	(18,3)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proir	104.520	65.922	38.598	58,6	418.077	263.689	154.388	58,5
Micro e mini geradores e recompra de clientes	197.863	138.216	59.647	43,2	675.829	360.371	315.458	87,5
(-) PIS/Pasep e Cofins	(119.720)	(139.022)	19.302	(13,9)	(476.479)	(514.913)	38.434	(7,5)
Total custos com energia elétrica	1.546.764	1.689.246	(142.482)	(8,4)	5.980.124	7.277.499	(1.297.375)	(17,8)
Encargos de uso do sistema	497.496	346.669	150.827	43,5	1.757.225	1.468.110	289.115	19,7
Encargos dos serviços do sistema - ESS	1.260	645.106	(643.846)	(99,8)	340.254	1.031.770	(691.516)	(67,0)
Encargos de transporte de Itaipu	41.086	46.625	(5.539)	(11,9)	151.240	163.797	(12.557)	(7,7)
Encargo de energia de reserva - EER	97.462	19.232	78.230	406,8	297.058	76.328	220.730	289,2
(-) Recursos Conta de Energia de Reserva - CONER	-	(143.607)	143.607	(100,0)	-	(143.607)	143.607	(100,0)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(58.230)	(81.828)	23.598	(28,8)	(232.574)	(232.947)	373	(0,2)
Total custos de encargos	579.074	832.197	(253.123)	(30,4)	2.313.203	2.363.451	(50.248)	(2,1)
Total custos Parcela A	2.125.838	2.521.443	(395.605)	(15,7)	8.293.327	9.640.950	(1.347.623)	(14,0)

Os custos da Parcela A acumulada em 2022 apresentou redução de 14,0%, R\$ 1.347,6 mi em relação a 2021, pela estabilização da crise hídrica que refletiu na redução nos preços de energia e a cobertura de encargos, compensado pelo recebimento de recursos do CONER, MCSD e ressarcimentos.

▪ Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1):

Houve redução nos custos de energia comprada para revenda em R\$ 1.297,4 mi, 17,8%, no comparativo anual, principalmente: a) pela redução na energia no curto prazo na CCEE em R\$ 1.147,5 mi, 78,4%; b) redução dos custos de energia contratada de Itaipu em R\$ 326,7 mi, 18,3%, impactada pelo menor montante contratado e sensível queda no preço médio do MWh; c) compensado pelo aumento no montante de energia proveniente do sistema de geração distribuída em R\$ 315,5 mi, 87,5%; e d) aumento de R\$ 154,4 mi, 58,5% quanto ao Proinfra.

▪ Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2):

Redução de R\$ 50,2 mi, 2,1% no período reflete, principalmente: a) o decréscimo de R\$ 691,5 mi, 67,0% nos Encargos dos Serviços do Sistema – ESS; compensado por: b) elevação dos Encargo de Energia de Reserva – EER em R\$ 220,7 mi, 289,2%; c) aumento do Encargo da Rede Básica em R\$ 289,1 mi, 19,7%; e d) variação do recebimento de recursos da CONER em R\$ 143,6 mi.

4.4.2. Custos gerenciáveis – Parcela B

	4T22	4T21	ΔR\$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
PMSO	465.097	615.403	(150.306)	(24,4)	1.812.583	1.920.909	(108.326)	(5,6)
PMSO (-) Provisões	394.907	549.414	(154.507)	(28,1)	1.530.688	1.703.913	(173.225)	(10,2)
Pessoal e Administradores	153.742	341.007	(187.265)	(54,9)	599.121	905.338	(306.217)	(33,8)
Remuneração, encargos e benefícios	171.164	189.656	(18.492)	(9,8)	575.330	601.706	(26.376)	(4,4)
PPD e PLR	(17.422)	79.859	(97.281)	(121,8)	27.990	240.619	(212.629)	(88,4)
PDI	-	71.492	(71.492)	(100,0)	(4.199)	63.013	(67.212)	(106,7)
Planos Previdenciário e Assistencial	42.215	39.438	2.777	7,0	169.493	155.774	13.719	8,8
Material	21.243	13.259	7.984	60,2	71.302	51.722	19.580	37,9
Serviços de Terceiros	143.126	113.059	30.067	26,6	505.407	450.752	54.655	12,1
Outros Custos e Despesas Operacionais	34.581	42.651	(8.070)	(18,9)	185.365	140.327	45.038	32,1
Provisões e Perdas Estimadas	70.190	65.989	4.201	6,4	281.895	216.996	64.899	29,9
Provisão para Litígios	54.438	34.120	20.318	59,5	162.413	89.663	72.750	81,1
Perdas Estimadas	15.752	31.869	(16.117)	(50,6)	119.482	127.333	(7.851)	(6,2)
Amortização	119.638	102.598	17.040	16,6	454.307	406.632	47.675	11,7
Total Custos da Parcela B	584.735	718.001	(133.266)	(18,6)	2.266.890	2.327.541	(60.651)	(2,6)

Os custos da Parcela B, desconsiderando a provisão para destinação do crédito de Pis/Cofins, apresentaram decréscimo de R\$ 60,7 mi, 2,6% no ano, verificado sobretudo nos custos de PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros, cuja redução foi de 5,6%, R\$ 108,3 mi, destacando-se, principalmente:

- **Pessoal (NE 26.3):** Os custos de Pessoal apresentaram redução de 33,8%, R\$ 306,2 mi, sendo impactados, principalmente: a) pelo decréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros; b) pelo aumento dos custos relacionados ao plano assistencial pós-emprego, devido à atualização anual, e c) pela redução do quadro de empregados de 4.430 em 31.12.2021 para 4.257 em 31.12.2022.
- **Material:** Os custos de Material alcançaram aumento de 37,9%, R\$ 19,6 mi, tendo em vista, principalmente, as variações nos preços de combustíveis para a frota da Companhia e aumento dos custos de materiais do sistema elétrico;
- **Serviços de terceiros (NE 26.4):** Os custos com Serviços de terceiros tiveram aumento de 12,1%, R\$ 54,7 mi, principalmente devido à elevação dos custos com: a) manutenção do sistema elétrico; b) atendimento a consumidores, referente a serviços de suspensão de fornecimento, religações e vistorias, decorrentes de reajustes e do aumento da mão de obra terceirizada; e c) serviços de call center, reflexo da terceirização.
- **Provisões e Perdas estimadas (NE 26.5):** Resultaram em aumento de 29,9%, R\$ 64,9 mi, devido: a) ao aumento de provisão para litígios em 81,1%, R\$ 72,7 mi, sendo impactados principalmente, pelo aumento das ações Cíveis em R\$ 25,6 mi, 52,5%, e nas ações Trabalhistas em R\$ 41,2 mi, 91,3%, compensado pela redução nas ações Regulatórias em R\$ 17,5 mi, 575,4%; e b) a redução nas Perdas estimadas de 6,2%, R\$ 7,8 mi, influenciada, principalmente, pela intensificação das ações de cobrança da Companhia.
- **Outros Custos e Despesas Operacionais (NE 26.7):** Tiveram aumento de 32,1%, R\$ 45,0 mi, principalmente pelo aumento nas Perdas na desativação e alienação de bens em R\$ 31,5 mi, impactado pelo maior volume de investimentos.

4.5. RESULTADO FINANCEIRO

	4T22	4T21	ΔR\$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
Resultado Financeiro (-) ação Pis/Cofins	(47.250)	(19.051)	(28.199)	148,0	(129.047)	66.469	(195.516)	(294,1)
Receitas financeiras								
Acréscimos moratórios sobre faturas	45.929	73.368	(27.439)	(37,4)	258.721	306.662	(47.941)	(15,6)
Remuneração de ativos e passivos setoriais	48.769	17.896	30.873	172,5	146.754	35.903	110.851	308,8
Renda de aplicações financeiras	30.400	7.746	22.654	292,5	109.918	31.331	78.587	250,8
Variação cambial - compra de energia elétrica de	2.572	(2.957)	5.529	(187,0)	43.946	30.043	13.903	46,3
Atualização monetária créd. trib. Ação Pis/Cofins	7.119	7.147	(28)	(0,4)	33.909	22.696	11.213	49,4
Variação cambial - empréstimos e financiament	-	(1.275)	1.275	(100,0)	-	9.243	(9.243)	(100,0)
Outras receitas financeiras	10.000	19.213	(9.213)	(48,0)	27.043	42.032	(14.989)	(35,7)
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(6.534)	(5.317)	(1.217)	22,9	(26.565)	(20.213)	(6.352)	31,4
	138.255	115.821	22.434	19,4	593.726	457.697	136.029	29,7
(-) Despesas financeiras								
Variação monetária, cambial e encargos da dívid.	156.684	101.432	55.252	54,5	546.685	276.141	270.544	98,0
Multa e juros sobre Parcelamento de Tributos (NI	12.726	6.909	5.817	84,2	57.872	15.158	42.714	281,8
Variação cambial - compra de energia elétrica de	1.160	14.200	(13.040)	(91,8)	27.584	58.814	(31.230)	(53,1)
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 21.2)	10.087	5.349	4.738	88,6	33.171	14.255	18.916	132,7
Atualização ação Pis/Cofins a devolver ao consur	(3.211)	497	(3.708)	(746,1)	12.559	2.964	9.595	323,7
Remuneração de ativos e passivos setoriais	1.527	2.018	(491)	(24,3)	11.207	3.745	7.462	199,3
Outras despesas financeiras	6.532	4.467	2.065	46,2	33.695	20.151	13.544	67,2
	185.505	134.872	50.633	37,5	722.773	391.228	331.545	84,7
(-) Atualização Provisão destinação crédito Pis/Cc	15.287	-	15.287	-	1.040.694	-	1.040.694	-
Resultado Financeiro total	(62.537)	(19.051)	(43.486)	228,3	(1.169.741)	66.469	(1.236.210)	(1.859,8)

O Resultado financeiro (NE 27) apresentou decréscimo de R\$ 1,236 bi, sendo que, desconsiderando-se o efeito da atualização da provisão da destinação de créditos de Pis/Cofins, a redução foi de 294,1%, R\$ 195,5 mi, impactado principalmente pelo aumento dos Encargos de Dívidas de debêntures, empréstimos e financiamentos, tendo em vista o aumento das taxas de juros e as captações ocorridas, compensado pelo aumento de Rendas de Aplicações Financeiras e da receita de Remuneração Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

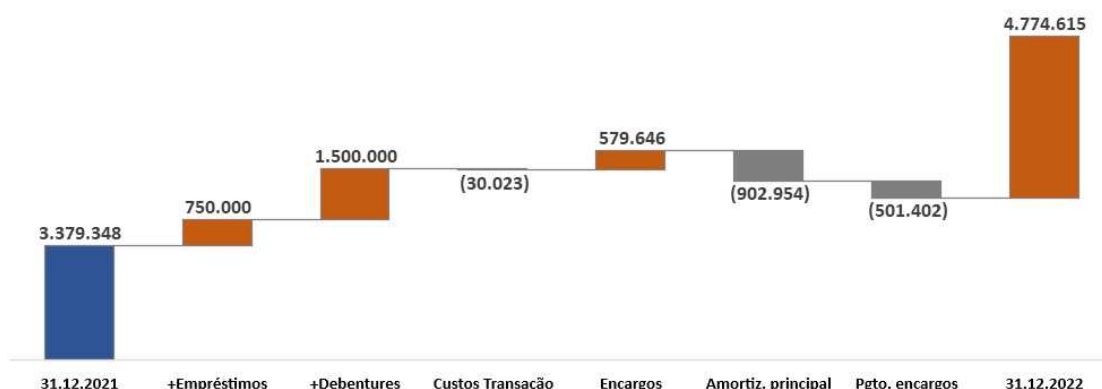
4.6. ENDIVIDAMENTO

	dez/22	dez/21	ΔR\$	Δ%
Empréstimos e financiamentos	758.008	179.747	578.261	321,7%
Debêntures	4.016.607	3.199.601	817.006	25,5%
Dívida bruta	4.774.615	3.379.348	1.395.267	41,3%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	430.121	393.317	36.804	9,4%
(-) Títulos e valores mobiliários	905	822	83	10,1%
Dívida líquida	4.343.589	2.985.209	1.358.380	45,5%

Ao longo de 2022, a Companhia realizou emissão de Debêntures no total de R\$ 1,5 bi (NE 17) e de Cédula de Crédito Bancário – CCBs no montante de R\$ 750 mi (NE 16), com a finalidade de reforçar o capital de giro para realização dos investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica, entre outros.

As novas captações combinadas à elevação dos juros Selic, cuja taxa saiu de 2% em janeiro/2021 para 13,75% em dezembro/2022, impactaram no acréscimo da dívida líquida em 45,5% em dezembro/2022 em relação a dezembro/2021. Nesse período, a Companhia pagou R\$ 1,4 bilhões.

Movimentação da dívida 2022

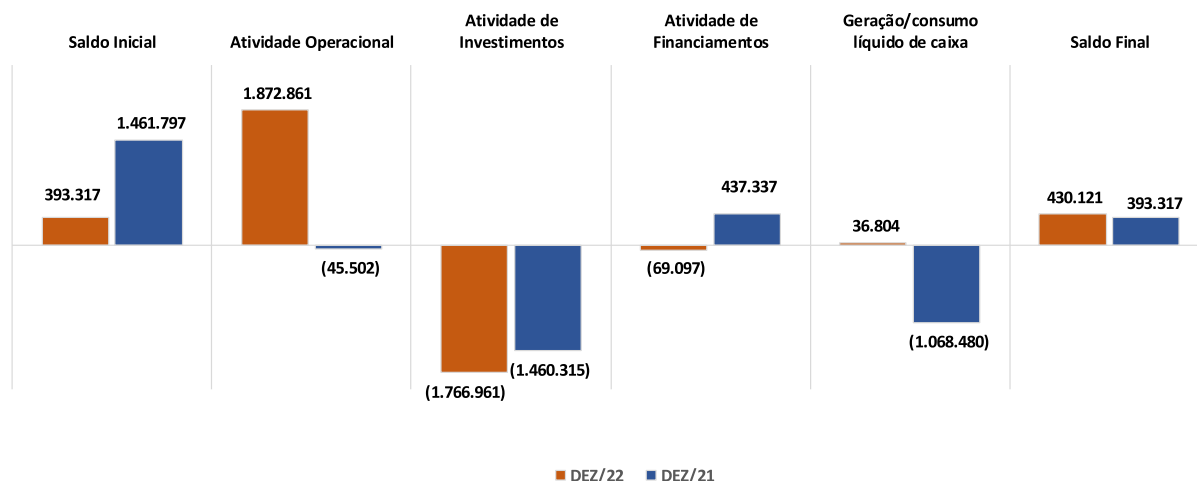


Cronograma de vencimento da dívida:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Dívida Financeira Total	(-) Custo de Transação	Total
2023	6.203	373.634	379.837	-	379.837
2024	380.818	150.000	530.818	(11.853)	518.965
2025	376.909	854.996	1.231.905	(8.298)	1.223.607
2026	1.909	1.155.721	1.157.630	(5.220)	1.152.410
2027	-	655.721	655.721	(4.232)	651.489
2028*	-	-	-	(2.619)	(2.619)
Após 2028	-	858.298	858.298	(7.372)	850.926
	765.839	4.048.370	4.814.209	(39.594)	4.774.615

4.7. FLUXO DE CAIXA

No exercício de 2022, a Copel Distribuição gerou caixa líquido de R\$ 36,8 mi, enquanto em 2021 houve consumo de caixa de R\$ 1.068,5 mi, principalmente pelo melhor desempenho da operação em 2022. Analisando as atividades de investimento pode ser observado o efeito do maior plano de investimento da Companhia.

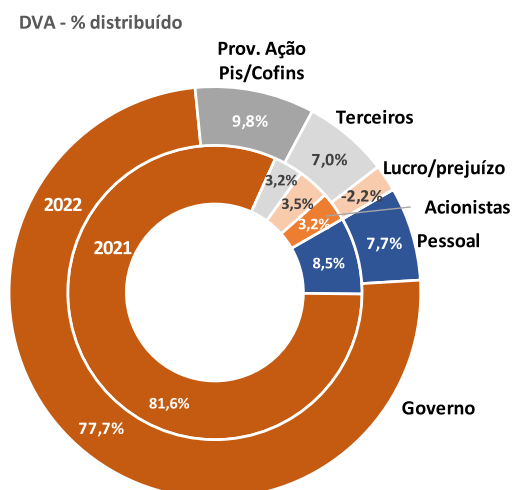


A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

4.8. VALOR ADICIONADO

No exercício de 2022, a Copel Distribuição apurou R\$ 10.674 mi de Valor Adicionado Total, 17,1% inferior ao ano anterior (R\$ 12.868). No quadro está demonstrado a distribuição resumida desse valor e no gráfico o percentual de participação dos principais itens.

	dez/22	dez/21	Var. %
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	10.674	12.868	(17,1)
PESSOAL (-) PDI	802	791	1,4
PDI	(4)	63	(106,3)
PLR e PPD	28	241	(88,4)
Total Pessoal	826	1.095	(24,6)
Tributos	3.966	6.082	(34,8)
Encargos Setoriais	4.321	4.418	(2,2)
Total Governo	8.287	10.500	(21,1)
Provisão ação Pis/Cofins	1.041	-	-
Outros	750	416	80,3
Total Terceiros	1.791	416	330,5
Lucros (prejuízos) retidos	(230)	450	(151,1)
Remuneração do capital próprio	-	407	(100,0)
Total Acionistas	(230)	857	(126,8)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	10.674	12.868	(17,1)

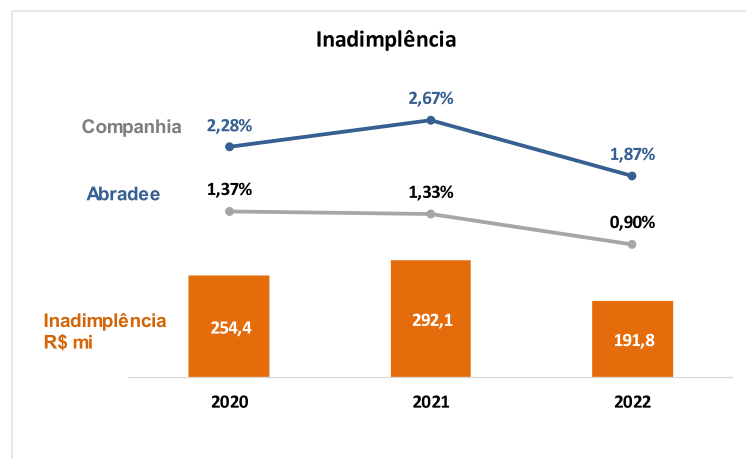


A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

4.9. INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES

Em dezembro/2022, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição, também denominado de Inadimplência Corporativa, foi de R\$ 191,8 milhões, que equivale a 0,90% do seu faturamento dos 12 meses anteriores, redução de 34,3% em relação a dezembro/2021. Os resultados demonstram uma sensível melhora em relação ao ano anterior nos dois principais indicadores de inadimplência da Copel Distribuição, conforme metodologia.

O bom resultado foi possível pelas adoções das ferramentas de cobrança, como os avisos de inadimplência (SMS, e-mail, protesto de títulos, carta cobrança) e, em última instância, a suspensão de fornecimento. Estas ações permitiam a recuperação de contas inadimplentes com muitos dias de atraso.



Metodologia: O índice de inadimplência Copel Distribuição do produto fornecimento de energia elétrica considera, em sua metodologia de cálculo, como inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, excluindo o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos, sendo:

- Índice de inadimplência Critério Corporativa: $i = \frac{\sum \text{Pendência de energia (16 a 360 dias)}}{\text{Faturamento 12 meses}}$
- Índice de inadimplência Critério Abradee: $i = \frac{\sum \text{Pendência (1 a 90 dias)}}{\text{Faturamento 12 meses}}$

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	430.121	393.317
Cauções e depósitos vinculados		90	51
Clientes	6	2.429.434	3.515.448
Ativos financeiros setoriais	7	190.699	383.740
Outros créditos	10	408.462	455.868
Estoques		158.487	169.756
Imposto de renda e contribuição social	11.1	95.397	29.523
Outros tributos a recuperar	11.4	1.178.192	1.457.467
Despesas antecipadas		37.593	37.156
Partes relacionadas	29.3	8.765	5.725
		4.937.240	6.448.051
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	905	822
Cauções e depósitos vinculados	16.1	-	142.764
Clientes	6	109.472	70.317
Depósitos judiciais	12	384.425	361.195
Ativos financeiros setoriais	7	190.699	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.442.819	1.200.708
Ativos de Concessão	8	2.332.171	1.798.195
Outros créditos	10	15.020	22.742
Imposto de renda e contribuição social	11.1	19.723	18.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	1.203.057	679.181
Outros tributos a recuperar	11.4	2.502.266	2.985.951
		8.200.557	7.664.328
Investimentos		534	540
Intangível	13	7.257.827	6.596.184
Direito de uso de ativos	21.1	142.657	95.598
		15.601.575	14.356.650
TOTAL DO ATIVO		20.538.815	20.804.701

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	154.982	369.864
Partes relacionadas	29.3	8.962	11.571
Fornecedores	15	1.447.967	1.743.382
Outras obrigações fiscais	11.4	182.308	334.738
Empréstimos e financiamentos	16	6.203	11.113
Debêntures	17	373.634	783.245
Dividendos a pagar		265.574	824.833
Benefícios pós-emprego	18.3	51.978	48.415
Encargos do consumidor a recolher	19	29.032	176.798
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	284.305	228.457
Passivos financeiros setoriais	7	433.914	139.770
Passivo de arrendamentos	21.2	48.882	31.448
Outras contas a pagar	22	132.246	116.348
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	550.527	7.294
		3.970.514	4.827.276
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	11.4	566.826	535.572
Empréstimos e financiamentos	16	751.805	168.634
Debêntures	17	3.642.973	2.416.356
Benefícios pós-emprego	18.3	657.867	802.222
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	223.805	266.650
Passivos financeiros setoriais	7	49.341	153.409
Passivo de arrendamentos	21.2	100.659	69.365
Outras contas a pagar	22	16.007	15.522
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	1.444.631	3.319.501
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.851.257	-
Provisões para litígios	23.1	652.858	671.638
		9.958.029	8.418.869
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	5.359.206	5.359.206
Ajustes de avaliação patrimonial	24.2	15.777	(103.977)
Reserva legal		306.744	306.744
Reserva de retenção de lucros	24.3	928.545	1.808.323
Dividendo adicional proposto		-	188.260
		6.610.272	7.558.556
TOTAL DO PASSIVO		20.538.815	20.804.701

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	13.903.300	14.836.392
Custos Operacionais	26	(11.833.211)	(12.942.685)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.070.089	1.893.707
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	26	(170.407)	(178.719)
Despesas gerais e administrativas	26	(385.531)	(437.507)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(219.090)	(110.469)
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	(810.563)	-
		(1.585.591)	(726.695)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		484.498	1.167.012
Resultado Financeiro	27		
Receitas financeiras		593.726	457.697
Despesas financeiras		(722.773)	(391.228)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	11.5.2	(1.040.694)	-
		(1.169.741)	66.469
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(685.243)	1.233.481
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.6		
Imposto de renda e contribuição social		(130.103)	(298.719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		585.568	(76.878)
		455.465	(375.597)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(229.778)	857.884
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais			
Ações ordinárias		(0,04288)	0,16039

As notas explicativas - NE são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(229.778)	857.884
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos com passivos atuariais			
Benefícios pós-emprego	18.4	181.446	166.589
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(61.692)	(56.641)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		119.754	109.948
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(110.024)	967.832

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.341.443	(213.925)	263.851	1.400.827	420.718	-	7.212.914
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	857.884	857.884
Ganhos atuariais, líquidos de tributos		-	109.948	-	-	-	-	109.948
Resultado abrangente total do exercício		-	109.948	-	-	-	857.884	967.832
Aumento de capital		17.763	-	-	-	-	-	17.763
Deliberação do Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(420.718)	-	(420.718)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	42.893	-	-	(42.893)	-
Dividendos intermediários (JCP)		-	-	-	-	-	(103.249)	(103.249)
Dividendos		-	-	-	-	-	(115.986)	(115.986)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	188.260	(188.260)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	407.496	-	(407.496)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.359.206	(103.977)	306.744	1.808.323	188.260	-	7.558.556
Saldo em 1º de janeiro de 2022		5.359.206	(103.977)	306.744	1.808.323	188.260	-	7.558.556
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(229.778)	(229.778)
Ganhos atuariais, líquidas de tributos		-	119.754	-	-	-	-	119.754
Resultado abrangente total do exercício		-	119.754	-	-	-	(229.778)	(110.024)
Deliberação do Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(188.260)	-	(188.260)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Dividendos intermediários (JCP)		-	-	-	(113.504)	-	-	(113.504)
Dividendos		-	-	-	(270.496)	-	-	(270.496)
Distribuição de Reserva de retenção de lucros		-	-	-	(266.000)	-	-	(266.000)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	(229.778)	-	229.778	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		5.359.206	15.777	306.744	928.545	-	-	6.610.272

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(229.778)	857.884
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do período com a geração de caixa pelas atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		264.778	140.860
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão		(79.169)	(108.733)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	82	14
Baixas de ativos de concessão	8	8.829	7.155
Imposto de renda e contribuição social	11.6	130.103	298.719
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.6	(585.568)	76.878
Efeitos da ação do ICMS sobre o PIS e Cofins		2.112.720	(21.640)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.4	169.277	153.528
Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	116.336	131.331
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	25.1	(1.847.863)	(2.502.324)
Amortização	26	454.307	406.632
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		284.230	271.859
Resultado das baixas de intangível	13	53.494	30.623
		851.778	(257.214)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		928.380	(1.076.668)
Ativos financeiros setoriais		966.465	1.509.802
Depósitos judiciais		2.720	(84.990)
Outros créditos		59.007	(186.354)
Estoques		11.269	(30.235)
Imposto de renda e contribuição social		(58.441)	(21.258)
Outros tributos a recuperar		(94.086)	43.160
Despesas antecipadas		(437)	(13.618)
Partes relacionadas		(3.040)	317
		1.811.837	140.156
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(53.488)	14.641
Partes relacionadas		(2.609)	1.004
Fornecedores		(230.480)	(25.405)
Outras obrigações fiscais		576.275	632.330
Benefícios pós-emprego	18.4	(128.623)	(124.289)
Encargos do consumidor a recolher		(147.766)	161.233
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	(136.503)	(175.195)
Outras contas a pagar		16.382	9.079
Provisões para litígios quitadas	23.1.1	(184.726)	(117.753)
		(291.538)	375.645
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.372.077	258.587
Imposto de renda e contribuição social pagos		17.804	(124.298)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.4	(68.294)	(8.585)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(433.106)	(163.768)
Encargos de mútuo pagos		(4.895)	-
Encargos de passivos de arrendamento pagos	21.2.1	(10.724)	(7.438)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.872.862	(45.502)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		142.642	(8.522)
Aquisições de ativos de contrato		(2.153.519)	(1.603.341)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		243.916	151.548
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.766.961)	(1.460.315)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		750.000	-
Ingressos de mútuo com partes relacionadas		100.000	-
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	1.500.000	1.500.000
Custos de transação de empréstimos e financiamentos e de debêntures		(30.022)	(19.709)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.4	(144.621)	(14.586)
Amortizações de principal de debêntures	17.2	(758.333)	(758.333)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	21.2.1	(41.778)	(30.035)
Amortizações de principal do mútuo com a controladora		(100.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.344.343)	(240.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(69.097)	437.337
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		36.804	(1.068.480)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	393.317	1.461.797
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	430.121	393.317
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		36.804	(1.068.480)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2022			31.12.2021
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	18.089.469			19.971.299
Receita de construção	2.048.022			1.700.889
Valor justo do ativo indenizável da concessão	79.169			108.733
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.847.863			2.502.324
Outras receitas	45.133			53.074
Perdas de crédito esperadas	(119.482)			(127.333)
	21.990.174			24.208.986
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	6.294.481			7.697.674
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	1.908.465			1.631.907
Material, insumos e serviços de terceiros	604.481			526.472
Custo de construção	1.877.842			1.552.744
Perda / Recuperação de valores ativos	99.244			67.729
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	810.563			-
Outros insumos	229.496			181.771
	11.824.572			11.658.297
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	10.165.602			12.550.689
(-) Amortização	454.307			406.632
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	9.711.295			12.144.057
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	593.726			457.697
Outras receitas	368.833			266.676
	962.559			724.373
	10.673.854			12.868.430
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	539.292		540.203	
Planos previdenciário e assistencial	169.493		155.774	
Auxílio alimentação e educação	65.218		66.430	
Encargos sociais - FGTS	27.959		28.728	
Programa de desligamentos voluntários	(4.199)		63.013	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros	28.076		241.043	
	825.839	7,7	1.095.191	8,5
Governo				
Federal				
Tributos	467.842		1.349.172	
Encargos setoriais	4.321.143		4.417.648	
Estadual	3.496.085		4.730.406	
Municipal	2.263		2.430	
	8.287.333	77,7	10.499.656	81,6
Terceiros				
Juros	731.891		403.699	
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1.040.694		-	
Arrendamentos e aluguéis	15.876		6.312	
Doações, subvenções e contribuições	1.999		5.688	
	1.790.460	16,8	415.699	3,2
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	(229.778)		450.389	
Remuneração do capital próprio	-		407.495	
	(229.778)	(2,2)	857.884	6,7
	10.673.854		12.868.430	

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/2022.

A Companhia opera na distribuição regulada de energia elétrica em 394 municípios do Paraná, dos quais Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente, e Porto União em Santa Catarina, abrangendo 194.854 Km² de área de concessão. A população atendida alcança 11,3 milhões de pessoas em 5,01 milhões de unidades consumidoras distribuídas nas classes residencial, industrial, comercial, rural, poder e serviços públicos, iluminação pública e supridas.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07.07.2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros.

Cabe ao poder concedente e à Aneel: expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

A Companhia não atua em outros segmentos, possuindo apenas o segmento de Distribuição.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 31.01.2023, o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

2. Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21.03.2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, reconhecidos a valor justo, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- NEs nºs 3.3.1 e 8 – Ativos de Concessão;
- NEs nºs 3.3.2 e 9 – Contas a Receber Vinculadas à Concessão;
- NEs nºs 3.3.3 e 13 - Intangível;
- NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.5.1 e 6.4 – Ativo Financeiro e Perdas de crédito esperadas;
- NEs nºs 3.6 e 23 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.6 e 11.5.2 - Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins;
- NE nº 3.7 – Reconhecimento da Receita;
- NE nº 3.8 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NEs nºs 3.9.2 e 11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NEs nºs 3.10 e 18 - Benefícios Pós-emprego; e
- NEs nºs 3.11 e 21 – Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que sejam um contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não possuem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos Financeiros

a. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

c. Baixas de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.1.2 Passivos Financeiros

a. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

b. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

c. Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

A Companhia registra as variações dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais com o objetivo de manter a neutralidade entre os valores faturados das tarifas dos consumidores, para cobertura dos custos de energia, de encargos e outros itens relacionados, e o previsto em cobertura tarifária, conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621/2014 e de acordo com Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica.

Os Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos são compostos: a) pela Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, que registra a variação entre os custos previstos e realizados de aquisição de energia elétrica, de transmissão e encargos setoriais, e b) pelos itens financeiros que correspondem a outros direitos e obrigações integrantes da tarifa.

Os valores são atualizados até o próximo reajuste/revisão tarifária e, após a homologação da Aneel, a nova tarifa é aplicada para o ano tarifário vigente, proporcionando cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos, os quais passam a ser amortizados.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da "Parcela A" - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização, ficando, portanto, resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

3.3 Contrato de concessão

Em consonância ao CPC 04 - Ativos Intangíveis, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ao OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia aplica estas práticas em razão de deter, junto ao poder concedente, contrato de concessão para a exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos concessionários de serviços públicos quando o Poder Concedente controla ou regula quais serviços o concessionário deve fornecer, para quem, a qual preço, e, ainda, controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao, final do período da concessão.

Desta forma, os ativos da infraestrutura são reconhecidos conforme segue.

3.3.1 Ativos de Concessão

Os Ativos de Concessão (ativos de contrato) de que tratam as normas ICPC 01 – Contratos de Concessão e observando o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes representam o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da sua entrada em operação, esses ativos serão transferidos para o Ativo Intangível no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário, mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o Contas a Receber Vinculados à Concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados, que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

3.3.2 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, não recebidos por meio da tarifa, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de resultado.

Os fluxos de caixa vinculados a estes ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é regulado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

3.3.3 Intangível

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado. É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

A baixa do ativo intangível é realizada na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo. Durante a fase de construção da infraestrutura, os custos são classificados como Ativos de Concessão (NE 3.3.1).

3.4 Estoque (inclusive do Ativo de Concessão)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo de Concessão, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos – impairment

3.5.1 Ativo Financeiro

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.5.2 Ativos não financeiros

Esses ativos são avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras. Em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada durante a fase de implantação do empreendimento, em contrapartida ao ativo de contrato, à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada na medida em que for provável que benefícios econômicos que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto, da infraestrutura ou do serviço ao cliente.

3.7.1 Receita de Fornecimento – Tarifa de Energia (TE)

A receita de fornecimento é suportada pelos contratos de adesão dos consumidores de baixa tensão e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão, sendo que o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período.

O faturamento da energia elétrica vendida é efetuado mensalmente com base na medição realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

Para adequação do consumo no período de competência, é registrada receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento.

3.7.2 Receita de disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita da disponibilidade da rede elétrica a seus clientes cativos e livres que utilizam os sistemas de distribuição. O faturamento e o registro da receita não faturada são efetuados mensalmente e tem como base a medição realizada. O valor justo da contraprestação é calculado de acordo com tarifa de uso do sistema (TUSD) homologada pela ANEEL.

São registradas ainda, deduzidas da receita de disponibilidade, as compensações pagas aos consumidores cativos, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, os quais indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

3.7.3 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição são contabilizadas conforme o estágio de execução. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para a atividade de distribuição de energia resulta em valores não significativos, o que leva ao não reconhecimento deste valor na receita de construção.

3.7.4 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.8 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo da CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela Câmara, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.9 Tributos

3.9.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, do PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens, são apresentados deduzidos do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração da Controladora.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos. Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.11 Arrendamento mercantil

O tratamento contábil de contratos de arrendamentos está em consonância com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Na celebração contratual para fornecimento de bens e serviços, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se esse contrato transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

3.11.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, deduzidos os incentivos recebidos. A depreciação desses ativos é realizada linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.11.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo custo amortizado dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas. A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

3.11.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.13 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.14 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Estarão vigentes, com início em ou após 1º de janeiro de 2023, as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4;
- CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis;
- CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis;
- CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação; e
- CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

Adicionalmente, estão em andamento as propostas de normas de divulgação que tratam dos requisitos gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgação Relacionada ao Clima (IFRS S2), a serem emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), ainda sem data de vigência definida. A Companhia está acompanhando a proposta de emissão destas normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	107.767	148.783
Aplicações financeiras de liquidez imediata	322.354	244.534
	430.121	393.317

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, sem restrições de uso, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98% a 100% do CDI	905	822
		905	822
	Não circulante	905	822

A Companhia possui títulos e valores mobiliários, cuja finalidade de aplicação é a de garantias de financiamento para o programa Luz para todos, que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses

títulos varia de 13 a 48 meses a partir do final do período de relatório.

6. Clientes

	Saldos		Dias vencidos		Saldo	Saldo
	vincendos		até 90	mais de 90	31.12.2022	31.12.2021
Consumidores						
Residencial	312.468		172.243	28.385	513.096	858.070
Industrial	115.707		17.612	45.689	179.008	330.134
Comercial	195.116		41.274	24.027	260.417	443.173
Rural	78.099		20.194	3.352	101.645	151.459
Poder público	36.505		2.200	401	39.106	58.532
Iluminação pública	28.140		188	-	28.328	55.943
Serviço público	37.698		952	643	39.293	62.350
Receita de fornecimento não faturada	462.773		-	-	462.773	948.936
Parcelamento de débitos (6.1)	289.821		43.230	70.467	403.518	343.667
Subsídio baixa renda - Eletrobras	28.342		-	-	28.342	17.712
Outros créditos	64.836		24.815	14.097	103.749	147.203
(-) Bônus Redução Voluntária de Consumo (6.2)	(2.754)		-	-	(2.754)	(134.890)
	1.646.751		322.708	187.061	2.156.521	3.282.289
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras						
Suprimento de energia elétrica						
Contratos bilaterais	3.088		803	-	3.891	4.950
CCEE (6.3)	34.192		-	-	34.192	155.324
Receita de suprimento não faturada	5.245		-	-	5.245	5.516
	42.525		803	-	43.328	165.790
Encargos de uso da rede elétrica						
Rede elétrica	448.141		8.052	5.708	461.901	295.772
Rede básica e de conexão	144.525		8.040	5.689	158.254	126.535
Receita da rede elétrica não faturada	511		12	19	542	529
	303.105		-	-	303.105	168.708
(-) Perdas de créditos esperadas (6.4)	(20.829)		(19.893)	(82.122)	(122.844)	(158.086)
	2.116.588		311.670	110.647	2.538.906	3.585.765
					2.429.434	3.515.448
					109.472	70.317

As Contas a receber de Consumidores, concessionárias e permissionárias são compostas pelos valores a receber das receitas faturadas e não faturadas, decorrentes de operações de curto e longo prazo. O registro inicial é registrado pelo valor da transação e este é mensurado subsequentemente ao custo amortizado, refletindo o preço da transação, incluindo tributos e encargos, realizados com consumidores cativos, livres, potencialmente livres, concessionárias e permissionárias e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

6.1 Parcelamento de débitos

	Saldo	Saldo
	31.12.2022	31.12.2021
Residencial	168.534	150.439
Industrial	92.824	91.830
Comercial	147.678	102.103
Rural	13.871	12.949
Poderes públicos	12.858	5.987
Iluminação pública	11.980	13.630
Serviço público	2.252	3.900
(-) Ajuste a valor presente	(46.479)	(37.171)
	403.518	343.667

O parcelamento de débitos vencidos, junto à Copel Distribuição, poderá ser concedido mediante solicitação do consumidor, com base nos critérios e condições que consideram o percentual mínimo de entrada, a quantidade de parcelas, bem como exigências de garantias, a depender do valor do débito.

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 31.12.2022, estão a valor presente, e considera o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, em 1,10% a.m. (1,16% a.m. em 31.12.2021).

6.2 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

A Companhia registrou, em 31.12.2021, um crédito no montante de R\$ 134.890, em contrapartida de Ativo - Outros Créditos, referente ao bônus concedido aos consumidores elegíveis ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O montante corresponde ao total da energia economizada pelo consumidor entre setembro e dezembro de 2021, conforme os critérios estabelecidos, sendo o bônus creditado nas faturas e reembolsado na contabilização da CCEE. Em 31.12.2022 o saldo remanescente de reembolso é de R\$ 2.754. O programa fez parte das ações governamentais para combate à crise hídrica de 2021.

6.3 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita.

6.4 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022
Consumidores							
Residencial	47.395	79.689	(76.817)	50.267	112.457	(100.199)	62.525
Industrial	88.098	17.953	(64.824)	41.227	(22.914)	3.398	21.711
Comercial	68.725	24.386	(34.815)	58.296	21.104	(48.764)	30.636
Rural	3.937	2.416	(3.393)	2.960	4.327	(3.460)	3.827
Poder público	3.084	(6)	(2.697)	381	116	39	536
Iluminação pública	8	1.096	(1.093)	11	7	-	18
Serviço público	143	(279)	109	(27)	2.254	(277)	1.950
Não faturado	1.589	885	-	2.474	(1.487)	-	987
Ajuste a valor presente	(650)	(854)	-	(1.504)	(1.146)	-	(2.650)
	212.329	125.286	(183.530)	154.085	114.718	(149.263)	119.540
Concessionárias e permissionárias	3.524	606	(129)	4.001	3.760	(4.457)	3.304
	215.853	125.892	(183.659)	158.086	118.478	(153.720)	122.844

As perdas de créditos esperadas são apresentadas, nas Demonstrações de Resultados, em despesas com vendas. Sua constituição é suficiente para absorver qualquer provável perda na liquidação dos créditos de difícil recebimento. A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a Clientes está divulgada na NE nº 28.2.1.b.

7. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos (NE nº 3.2) compreendem o resultado das operações que envolvem itens da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, bem como outros componentes financeiros relativos a outros direitos e obrigações, e que configuram os custos não gerenciáveis repassados aos consumidores através da tarifa fixada para o período de vigência.

As oscilações de mercado, preço, determinações legais, entre outros, impactam nos custos efetivamente realizados que, comparados à cobertura tarifária, geram diferenças a serem consideradas quando do reajuste tarifário futuro, após aprovação da Aneel. Ao longo do ciclo tarifário, as diferenças, positivas ou negativas, são atualizadas monetariamente e reconhecidas no resultado (NE 25 e 27). São amortizados os valores constituídos no ciclo anterior e homologados no reajuste.

	31.12.2022			31.12.2021		
	Homologados pela ANEEL	Próximos reajustes	Total	Homologados pela ANEEL	Próximos reajustes	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(813.290)	-	(813.290)	(176.159)	-	(176.159)
Constituição/amortização	469.028	381.398	850.426	151.082	767.479	918.561
Devoluções tarifárias	(89.652)	(49.341)	(138.993)	(114.692)	(153.409)	(268.101)
Total	(433.914)	332.057	(101.857)	(139.769)	614.070	474.301
Ativo Circulante			190.699			383.740
Ativo Não Circulante			190.699			383.740
Passivo Circulante			(433.914)			(139.770)
Passivo Não Circulante			(49.341)			(153.409)

7.1 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1º.01.2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanco Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.12.2022
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	1.286.966	344.731	(914.567)	102.517	-	-	819.647
Transporte de energia pela rede básica	180.521	213.106	(152.329)	12.467	-	-	253.765
Transporte de energia de Itaipu	14.018	8.125	(11.823)	386	-	-	10.706
Energia elétrica comprada para revenda	(475.842)	(540.360)	429.160	(36.150)	-	41.132	(582.060)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.786)	392.608	(201.781)	28.453	-	-	200.494
Proinfa	10.501	77.631	(53.234)	7.181	-	-	42.079
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	531.280	417.466	(324.194)	46.467	-	(443.689)	227.330
	1.528.658	913.307	(1.228.768)	161.321	-	(402.557)	971.961
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(604.152)	(463.625)	570.582	(27.612)	-	-	(524.807)
Devoluções de créditos Pis e Cofins (a)	(337.350)	-	1.164.877	-	(1.593.100)	-	(765.573)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(66.898)	101.685	(11.250)	-	-	(175.460)
Neutralidade	81.177	94.338	(81.461)	4.544	-	-	98.598
Sobrecontratação	(78.596)	522.321	53.319	15.421	-	(76.140)	436.325
Bônus Itaipu	(26.450)	46.914	(6.240)	(4.568)	(4.713)	-	4.943
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	385	(148)	-	-	(186)
Conta escassez hídrica (b)	-	-	76.949	(2.293)	(145.844)	-	(71.188)
CDE Eletrobrás (c)	-	165.215	-	(13.803)	(335.511)	-	(184.099)
Demais	110.196	86.068	(100.866)	13.935	(1.701)	-	107.632
	(1.054.357)	384.094	1.779.230	(25.774)	(2.080.869)	(76.140)	(1.073.815)
	474.301	1.297.401	550.462	135.547	(2.080.869)	(478.697)	(101.854)
Ativo circulante	383.740						190.699
Ativo não circulante	383.740						190.699
Passivo circulante	(139.770)						(433.914)
Passivo não circulante	(153.409)						(49.341)

	Saldo em 1º.01.2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanco Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.12.2021
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	463.176	1.133.848	(348.803)	38.745	-	-	1.286.966
Transporte de energia pela rede básica	176.877	164.204	(170.538)	9.978	-	-	180.521
Transporte de energia de Itaipu	19.746	10.933	(17.746)	1.085	-	-	14.018
Energia elétrica comprada para revenda	(100.053)	640.205	128.545	(1.303)	-	(1.143.236)	(475.842)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.872)	22.764	(41.260)	1.582	-	-	(18.786)
Proinfa	(145)	22.155	(11.812)	303	-	-	10.501
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	19.131	728.954	(23.429)	2.374	-	(195.750)	531.280
	576.860	2.723.063	(485.043)	52.764	-	(1.338.986)	1.528.658
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(474.111)	(562.663)	443.644	(11.022)	-	-	(604.152)
Devoluções tarifárias	(193.669)	(97.684)	100.956	(8.600)	-	-	(198.997)
Devoluções de créditos PIs e Cofins	-	-	364.650	-	(702.000)	-	(337.350)
Neutralidade	77.265	60.608	(57.925)	1.229	-	-	81.177
Compensação acordos bilaterais CCEAR	36.395	(383)	(36.196)	-	-	-	(184)
Sobrecontratação	130.677	(99.743)	(23.230)	(2.220)	-	(84.080)	(78.596)
Bônus Itaipu	-	60.065	-	220	(86.736)	-	(26.450)
Demais	4.804	89.875	22.330	(213)	(6.600)	-	110.196
	(418.639)	(549.925)	814.229	(20.606)	(795.336)	(84.080)	(1.054.357)
	158.221	2.173.138	329.186	32.158	(795.336)	(1.423.066)	474.301
Ativo circulante	173.465						383.740
Ativo não circulante	173.465						383.740
Passivo circulante	(188.709)						(139.770)
Passivo não circulante	-						(153.409)

a. Crédito de PIS e COFINS

No processo de reajuste tarifário anual em 2022, a Companhia destinou R\$ 1,593 bilhão relativos à ação judicial referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins (NE nº 11.5). Em 2021, o valor correspondente destinado foi de R\$ 702.000 (Resolução Homologatória nº 2.886/2021).

b. Conta Escassez Hídrica

Diante da situação de escassez hídrica, em 2021, uma das medidas governamentais destinadas para amenizar os impactos financeiros no setor elétrico, foi a contratação de operação financeira para cobrir, total ou parcialmente os custos adicionais temporariamente assumidos pelas distribuidoras no período (Decreto nº 10.939/2022). Os recursos foram alocados na Conta Escassez Hídrica (Resolução Normativa nº 1.008/2022 da Aneel).

Em 09.05.2022 a Copel Distribuição recebeu o montante de R\$ 145.844, reconhecido como um componente financeiro, reduzindo a tarifa do consumidor, conforme processo de reajuste tarifário anual (Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022), sendo o valor atualizado pela taxa Selic. O valor será repassado aos consumidores através de quotas mensais homologadas pela Aneel e recolhidas para a CDE Conta escassez hídrica a partir do próximo processo de reajuste tarifário, a ser realizado em junho de 2023, se estendendo por um período de 4 anos (NE 25.3.1).

c. CDE Eletrobrás

A desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (Lei nº 14.182 de 12.07.2021), produziu um benefício ao consumidor de energia elétrica, na medida em que foram repassados à modicidade tarifária o correspondente a 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás (Resolução CNPE nº 15/2021 de 31.08.2021). O montante destinado à Copel Distribuição no processo de reajuste tarifário em junho/2022 foi de R\$ 335.511, sendo este recurso recebido pela Companhia em 29.07.2022.

8. Ativos de Concessão

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2021	1.144.780	(29.819)	1.114.961
Adições	1.774.583	-	1.774.583
Participação financeira do consumidor	-	(151.548)	(151.548)
Transferências para o intangível (NE 13)	(919.957)	113.068	(806.889)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(140.385)	14.628	(125.757)
Baixas	(7.155)	-	(7.155)
Em 31.12.2021	1.851.866	(53.671)	1.798.195
Adições	2.092.117	-	2.092.117
Participação financeira do consumidor	-	(243.916)	(243.916)
Transferências para o intangível (NE 13)	(1.332.118)	194.794	(1.137.324)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(197.912)	29.840	(168.072)
Baixas	(8.829)	-	(8.829)
Em 31.12.2022	2.405.124	(72.953)	2.332.171

Os Ativos de Concessão (NE nº 3.3.1) são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 13) ou a Contas a Receber Vinculadas à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

	31.12.2022	31.12.2021
Encargos financeiros capitalizados	17.903	12.785
Taxa média	0,38%	0,38%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2021	960.518
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	125.757
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(2.406)
Transferência para Intangível (reclassificação)	8.385
Reconhecimento do valor justo	108.732
Incorporações (a)	(265)
Baixas	(13)
Em 31.12.2021	1.200.708
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	168.072
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(5.048)
Reconhecimento do valor justo	79.169
Baixas	(82)
Em 31.12.2022	1.442.819

(a) Recebimento de bens e equipamentos por meio de transferência não onerosa, cujos valores foram classificados no Contas a receber vinculadas à concessão e no Intangível (NE 13).

O ativo financeiro registrado no Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 3.3.2) corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão, e que, conforme previsão contratual, são indenizados ao final da concessão.

10. Outros Créditos

	31.12.2022	31.12.2021
Serviços em curso (a)	263.433	199.156
Repasse CDE (b)	83.649	68.999
Bandeira tarifária - CCRBT (NE 25.2.2)	8.711	9.892
Alienações e desativações em curso	31.831	34.741
Adiantamento a empregados	11.983	11.287
Adiantamento para indenizações imobiliárias	4.406	1.389
Crédito Bônus redução voluntária de consumo	2.917	134.892
Outros créditos	16.552	18.254
	423.482	478.610
	Circulante	408.462
	Não circulante	15.020
		455.868
		22.742

a. Serviços em curso

Referem-se, em sua maioria, aos gastos relacionados aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE em execução, os quais, após sua conclusão, são compensados com o respectivo passivo (NE nº 20).

b. Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. Os valores são estipulados no Reajuste/Revisão Tarifária Anual e correspondem ao período de junho do ano atual a maio do próximo ano. Mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário. Composição do saldo:

	31.12.2022	31.12.2021
Repasse CDE cota (a)	43.613	45.019
Diferenças a receber conforme Resolução (a)	24.428	15.856
Estimativa diferenças a receber período junho a dezembro	15.608	8.124
	83.649	68.999

Valores das cotas para os períodos:

	Previsão	Ajuste	Total
Resolução Homologatória nº 3.049/2022 - período junho/22 a maio/23	43.613	4.071	47.684
Resolução Homologatória nº 2.886/2021 - período junho/21 a maio/22	45.019	2.642	47.661

11. Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	104.121	32.375
IR e CSLL a compensar com o passivo	(8.724)	(2.853)
	95.397	29.523
Ativo não circulante		
IR e CSLL a recuperar	19.723	18.713
	19.723	18.713
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	14.662	81.113
IR e CSLL a compensar com o ativo	(14.662)	(81.113)
	-	-

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.2.1 Mutações do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2021	Resultado Resultado	Resultado abrangente	Reclassific.	Saldo em 31.12.2021	Resultado Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante								
Provisões para litígios	230.863	(1.466)	-	-	229.397	(11.462)	-	217.935
Provisão destinação de crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	-	629.427	-	629.427
Benefícios pós-emprego	335.586	9.999	(56.641)	-	288.944	13.821	(61.692)	241.073
Provisão para P&D e PEE	138.886	(5.020)	-	-	133.866	(8.259)	-	125.607
Perdas de créditos esperadas	75.135	(20.485)	-	-	54.650	(12.694)	-	41.956
INSS - liminar sobre depósito judicial	53.865	2.593	-	-	56.458	5.395	-	61.853
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(1)	-	-	-	(1)	65.618	-	65.617
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	-	-	11.279	-	-	11.279
Provisão para participação nos lucros	98.625	(29.510)	-	-	69.115	(58.354)	-	10.761
Programa Prêmio Desempenho empregados	11.750	657	-	-	12.407	(12.407)	-	-
Instrumentos financeiros	12.622	15	-	-	12.637	3.166	-	15.803
Programa de desligamentos voluntários	9.042	2.539	-	-	11.581	(11.581)	-	-
Outros	25.652	2.276	-	1.062	28.993	11.711	-	40.704
	1.003.304	(38.402)	(56.641)	1.062	909.326	614.381	(61.692)	1.462.015
(-) Passivo não circulante								
Contratos de concessão	152.799	32.271	-	-	185.070	18.625	-	203.695
Atualização de depósitos judiciais	27.273	2.255	-	-	29.528	4.283	-	33.811
Custo transação s/ empréstimos e debêntures	8.135	3.953	-	-	12.088	5.905	-	17.993
Outros	3.459	-	-	-	3.459	-	-	3.459
	191.666	38.481	-	-	230.145	28.813	-	258.958
Líquido	811.638	(76.883)	(56.641)	1.062	679.181	585.568	(61.692)	1.203.057
Ativo apresentado no BP	811.638				679.181			1.203.057

11.3 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos, registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros.

Segue detalhamento dos principais itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Provisão para destinação de crédito Pis/Cofins: expectativa de realização em 2024 e 2025, à medida da ocorrência do repasse do crédito tributário nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária.
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisões de P&D e PEE: serão realizados pelos gastos incorridos nos projetos realizados;
- Contrato de concessão: serão realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo Fiscal Acumulado a Compensar: trata-se de Prejuízo Fiscal de IRPJ e de Base de Cálculo Negativa de CSLL registrados no Lalur. A sua realização se dará na redução em até 30% da Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL dos períodos subsequentes, visto que a sua expectativa de realização acompanha a projeção de resultados.

Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem aos critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

11.3.1 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2023	187.553	(6.574)
2024	367.018	(6.503)
2025	429.583	(10.111)
2026	66.679	(6.745)
2027	50.763	(6.035)
2028 a 2030	112.257	(10.354)
2031 a diante	248.164	(212.636)
	1.462.015	(258.958)

11.4 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	116.354	94.288
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	1.148.897	1.516.272
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	4.088	14.837
(-) PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(91.198)	(167.931)
Outros tributos a compensar	51	-
	1.178.192	1.457.467
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	132.579	112.312
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	2.335.720	2.839.372
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	769	1.060
Outros tributos a compensar	33.198	33.207
	2.502.266	2.985.951

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante		
ICMS a recolher (NE 11.4.2)	107.642	275.798
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	57.046	52.168
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	10.437	-
Outros tributos	7.183	6.772
	182.308	334.738
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	181.914	166.046
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	347.029	369.526
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	37.883	-
	566.826	535.572

- Pagamento suspenso por liminar relativo a INSS sobre remuneração a título de: i) afastamento de empregado por motivos de doença ou acidente, nos primeiros 15 dias; e ii) 1/3 constitucional sobre férias gozadas. Os valores estão sendo depositados em juízo.
- A Companhia aderiu, em 2017, ao Pert (MP nº 783/2017 e IN nº 1711/2017), em decorrência da alteração da forma de tributação sobre os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais para regime de competência, antes realizada pelo regime de faturamento, conforme entendimento da Receita Federal (Solução de Consulta Cosit nº 101/2016). A operação resultou no pagamento de 20% do débito e, a partir de janeiro de 2018, pagamento do saldo em 145 parcelas mensais de R\$ 3.572, corrigidos pela Selic.

11.4.1 Programa de parcelamento incentivado de créditos tributários de ICMS do PR

Em 27.09.2022 a Companhia aderiu ao parcelamento de créditos tributários de ICMS, instituído pelo estado do Paraná através da Lei Estadual nº 20.946/2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 10.766/2022, no qual inscreveu, em seu relatório de situação fiscal, débitos que totalizavam R\$ 92.249, atualizados até 09.2022 com os encargos de multa, juros e atualização monetária.

Com a adesão, a Companhia obteve o benefício de R\$ 41.696 referente à redução nos encargos moratórios, restando um saldo consolidado da dívida de R\$ 50.553, a ser pago em 60 parcelas mensais consecutivas atualizadas pela taxa Selic. O pagamento do parcelamento iniciou em setembro/2022.

11.4.2 ICMS sobre operações de energia elétrica

Em 23.06.2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022 que vedou a fixação de alíquotas de ICMS sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços relacionados. Ainda, estabeleceu que o ICMS não incide sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em atendimento a lei, e após pronunciamentos dos fiscos estaduais, em setembro de 2022 a Companhia implantou as mudanças necessárias para o devido atendimento à legislação.

No entanto, em 09.02.2023, o STF concedeu aos Estados em decisão liminar, nos autos da ADI 7.195, a suspensão do artigo 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica. Considerando tal decisão, a Companhia reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

11.5 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel Distribuição impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Companhia de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída.

O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel Distribuição tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Companhia reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS foi habilitado pela Receita Federal em 25.08.2022 e encontra-se apto para utilização através de compensação.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel Distribuição, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 31.12.2022:

Em 1º.01.2021	5.655.754
Atualização monetária	125.483
Compensação com tributos a recolher	(1.425.972)
Em 31.12.2021	4.355.265
Atualização monetária	294.952
Compensação com tributos a recolher	(1.165.601)
Em 31.12.2022	3.484.616
	Circulante
	1.236.618
	Não Circulante
	2.247.998

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

11.5.1 Passivo a restituir aos consumidores

A Companhia, com o auxílio de seus assessores legais, registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado da ação, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores, propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/ permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2022 o total de R\$ 1.593.100, com efeito redutor, foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais (NE nº 7), conforme quadro a seguir:

Em 1º.01.2021	3.927.824
Atualização monetária	100.971
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(702.000)
Em 31.12.2021	3.326.795
Atualização monetária	261.043
(-) PIS/COFINS sobre atualização	(12.139)
Atualização monetária saldo para devolução (NE nº 27)	12.558
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(1.593.100)
Em 31.12.2022	1.995.158
	Circulante
	550.527
	Não Circulante
	1.444.631

O saldo do Passivo será restituído ao consumidor, à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

11.5.2 Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel Distribuição teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de assessores legais, a Copel Distribuição decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

A Administração da Copel Distribuição entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

Em 12.12.2022, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee ingressou no Supremo Tribunal Federal - STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI questionando a Lei nº 14.385/2022, ainda sem julgamento. A Companhia aguarda o desdobramento da referida ADI para reavaliar as premissas utilizadas para constituição da provisão.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do Passivo até 31.12.2022:

Em 1º.01.2022	
Constituição da provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	810.563
Atualização monetária - reconhecimento inicial	1.011.365
Atualização monetária - julho a dezembro/2022	29.329
Em 31.12.2022	
Não Circulante	1.851.257

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

11.6 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(685.243)	1.233.481
IRPJ e CSLL (34%)	232.983	(419.384)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	120.531	35.105
Despesas indedutíveis	(23.248)	(12.083)
Incentivos fiscais	3.798	25.198
Atualização Selic sobre Indébitos Tributários	100.283	-
Outros	21.118	(4.433)
IRPJ e CSLL correntes	(130.103)	(298.719)
IRPJ e CSLL diferidos	585.568	(76.878)
IRPJ e CSLL Total	455.465	(375.597)
Alíquota efetiva - %	66,5%	30,5%

12. Depósitos Judiciais

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais	245.792	221.648
Trabalhistas	97.958	84.429
Cíveis		
Cíveis	24.010	37.035
Serviços de passagem	11.771	14.151
Consumidores	4.862	3.867
	40.643	55.053
Outros	32	65
	384.425	361.195

Depósitos judiciais são registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

Do saldo apresentado, o montante de R\$ 181.914 em 31.12.2022 (R\$ 166.046 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.4).

13. Intangível

	em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2021	8.953.486	(2.750.099)	6.203.387
Incorporações	24.104	(9.278)	14.826
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	919.957	(113.068)	806.889
Transferências para investimento	-	(8.385)	(8.385)
Transferências para outros créditos	(3.563)	-	(3.563)
Quotas de amortização - concessão (a)	(533.044)	146.697	(386.347)
Baixas	(30.623)	-	(30.623)
Em 31.12.2021	9.330.317	(2.734.133)	6.596.184
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	1.332.118	(194.794)	1.137.324
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(955)	-	(955)
Quotas de amortização - concessão (a)	(574.735)	153.504	(421.232)
Baixas	(53.494)	-	(53.494)
Em 31.12.2022	10.033.251	(2.775.423)	7.257.827

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é de 3,9%.

O Ativo Intangível compreende os ativos em serviço, referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquidos das Obrigações Especiais. Essas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municipais, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não configuram passivos onerosos ou créditos do acionista.

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	25.354	26.107
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	4.676	5.017
	30.030	31.124
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	32.196	-
Férias e 13º Salário	59.125	62.967
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	31.919	240.240
Programa de desligamentos voluntários	1.417	35.533
Outros	295	-
	124.952	338.740
	154.982	369.864
Circulante	154.982	369.864

15. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	443.235	389.259
Energia elétrica comprada para revenda	767.185	862.892
Energia de curto prazo CCEE	43.156	-
Encargos de uso da rede elétrica	194.391	491.231
	1.447.967	1.743.382
Circulante	1.447.967	1.743.382

16. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
MOEDA ESTRANGEIRA											
Secretaria do Tesouro Nacional - STN											
<i>Par Bond</i>	Reestruturação da dívida (16.1)	Garantias depositadas (16.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	-	17.315	-	89.058
<i>Discount Bond</i>			20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1,0625% + 0,20%	-	12.082	-	61.514
Total moeda estrangeira										-	150.572
MOEDA NACIONAL											
Banco do Brasil											
CCB 265.901.903	Capital de giro.	Cessão de créditos.	29.06.2022	2	24.06.2025	Trimestral	DI + spread 1,25%	DI + spread 2,14%	750.000	751.671	-
										751.671	-
Caixa Econômica Federal											
415.855-22/14	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	-	16.984	7.664	9.580
										7.664	9.580
BNDES											
14205611-C	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	-	78.921	11.757	19.595
										11.757	19.595
Total moeda nacional										771.092	29.175
Valor bruto									Valor bruto	771.092	179.747
(-) Custo de transação									(-) Custo de transação	(13.084)	-
Valor líquido									Valor líquido	758.008	179.747
Circulante									Circulante	6.203	11.113
Não Circulante									Não Circulante	751.805	168.634

DI - Depósito interbancário IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. TR - Taxa referencial

16.1 Cauções e depósitos vinculados - STN

Em 10.03.2022 foi realizada liquidação antecipada dos saldos de principal, cauções de garantia, juros e comissão objeto do Contrato de Confissão e Consolidação das Dívidas de Médio e Longo Prazos (DMLP), celebrado nos termos da Resolução do Senado Federal nº 98, de 23 de dezembro de 1992, alterada pelas Resoluções nº 90, de 4 de novembro de 1993, e nº 132, de 22 de dezembro de 1993, e Portarias MF nº 89, de 25 de abril de 1996 e nº 192, de 21 de junho de 1996, na forma do disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a importância de R\$ 137.148, com utilização integral das cauções constituídas em garantia, no valor atualizado nesta data de R\$ 127.797, e declara plenamente quitada a dívida contratada.

16.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

		31.12.2022	%	31.12.2021	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)					
Dólar norte-americano	(6,50)	-	-	150.572	83,77
		-	-	150.572	83,77
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
CDI	13,65	738.587	97,44	-	-
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	19.421	2,56	29.175	16,23
		758.008	100,00	29.175	16,23
		758.008	100,00	179.747	100,00

16.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Moeda Nacional		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2024	380.818	(5.309)	375.509
2025	376.909	(2.522)	374.387
2026	1.909	-	1.909
Após 2026	-	-	-
	759.636	(7.831)	751.805

16.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Moeda estrangeira	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2021	1.332	139.005	140.337	14.919	29.090	44.009	184.345
Encargos	6.218	-	6.218	2.043	-	2.043	8.261
Varição monetária e cambial	-	10.266	10.266	46	-	46	10.312
Transferências	-	-	-	9.727	(9.727)	-	-
Amortização - principal	-	-	-	(14.586)	-	(14.586)	(14.586)
Pagamento - encargos	(6.251)	-	(6.251)	(2.334)	-	(2.334)	(8.586)
Em 31.12.2021	1.299	149.271	150.570	9.814	19.363	29.177	179.747
Ingressos	-	-	-	-	750.000	750.000	750.000
(-) Custos de Transação	-	-	-	-	(15.578)	(15.578)	(15.578)
Encargos	956	-	956	70.178	-	70.178	71.134
Varição monetária e cambial	75.361	(89.739)	(14.378)	-	-	-	(14.378)
Transferências	59.532	(59.532)	-	1.979	(1.979)	-	-
Amortização - principal	(134.894)	-	(134.894)	(9.727)	-	(9.727)	(144.621)
Pagamento - encargos	(2.254)	-	(2.254)	(66.042)	-	(66.042)	(68.296)
Em 31.12.2022	-	-	-	6.202	751.806	758.008	758.008

16.5 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar em multas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
BNDES Finem nº 14205611 Financiamento a empreendimentos - Finem	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0

17. Debêntures

Emissão	Destinação	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
3ª	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	20.10.2017	2	20.10.2022	126,0% da taxa DI	130,85% do DI	500.000	-	254.824
4ª	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	27.09.2018	3	27.09.2023	DI + spread 2,70%	DI + 3,96%	1.000.000	346.895	684.185
5ª, série 1	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.	15.11.2019	3	15.11.2027	IPCA + 4,20%	IPCA + 4,61%	500.000	618.209	584.489
5ª, série 2	Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.	15.11.2019	2	15.11.2022	DI + spread 1,45%	DI + 1,65%	350.000	-	177.187
6ª, série 1	Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.	16.06.2021	2	15.06.2026	DI + 1,95%	DI + 2,02%	1.000.000	1.006.449	1.005.102
6ª, série 2	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao "Contrato de concessão nº 46/1999-ANEEL.	16.06.2021	3	15.06.2031	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	559.894	529.366
7ª, série 1	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.	15.05.2022	2	15.05.2025	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	305.380	-
7ª, série 2	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.	15.05.2022	2	15.05.2027	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	917.789	-
7ª, série 3	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.	15.05.2022	3	15.05.2032	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	301.830	-
							Valor bruto	4.056.446	3.235.153
							(-) Custo de transação	(39.839)	(35.552)
							Valor líquido	4.016.607	3.199.601
							Circulante	373.634	783.245
							Não Circulante	3.642.973	2.416.356

Debêntures simples, série única (3ª e 4ª emissão) em duas séries (5ª e 6ª emissão) e em três séries (7ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Interveniente garantidora: Copel

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM

Garantias: Fidejussória

Pagamento de encargos: semestral

17.1 Vencimentos das parcelas

31.12.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
Curto prazo (2023)	381.710	(8.076)	373.634
2024	150.000	(6.544)	143.456
2025	854.996	(5.776)	849.220
2026	1.155.721	(5.220)	1.150.501
2027	655.721	(4.232)	651.489
2028	-	(2.619)	(2.619)
Após 2028	858.298	(7.372)	850.926
Longo prazo	3.674.736	(31.763)	3.642.973

17.2 Mutação das debêntures

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2021	769.742	1.601.316	2.371.058
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de transação	-	(19.709)	(19.709)
Encargos e variação monetária	187.404	82.949	270.353
Transferências	748.201	(748.201)	-
Amortização - principal	(758.333)	-	(758.333)
Pagamento - encargos	(163.768)	-	(163.768)
Em 31.12.2021	783.245	2.416.356	3.199.601
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de Transação	-	(14.445)	(14.445)
Encargos e variação monetária	457.694	65.196	522.890
Transferências	324.134	(324.134)	-
Amortização - principal	(758.333)	-	(758.333)
Pagamento - encargos	(433.106)	-	(433.106)
Em 31.12.2022	373.634	3.642.973	4.016.607

17.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos.

O descumprimento destas condições poderá implicar em necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
3ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida e Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5
4ª Emissão de Debêntures		
5ª Emissão de Debêntures		
6ª Emissão de Debêntures		
7ª Emissão de Debêntures		

18. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e plano assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

18.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	769	766
Planos assistenciais	709.076	849.871
	709.845	850.637
Circulante	51.978	48.415
Não circulante	657.867	802.222

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empregados		
Planos previdenciários	41.338	41.193
Plano assistencial - pós-emprego	92.146	77.231
Plano assistencial - funcionários ativos	58.995	56.974
(-) Transferências para ativos de concessão	(23.190)	(19.943)
	169.289	155.455
Administradores		
Planos previdenciários	169	293
Plano assistencial	35	26
	204	319
	169.493	155.774

18.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2021	48.716	939.269	987.985
Apropriação do cálculo atuarial	-	77.231	77.231
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	76.297	-	76.297
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(166.589)	(166.589)
Transferências	47.689	(47.689)	-
Amortizações	(124.287)	-	(124.287)
Em 31.12.2021	48.415	802.222	850.637
Apropriação do cálculo atuarial	-	92.146	92.146
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	77.131	-	77.131
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(181.446)	(181.446)
Transferências	55.055	(55.055)	-
Amortizações	(128.623)	-	(128.623)
Em 31.12.2022	51.978	657.867	709.845

18.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

18.5.1 Premissas Atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

	2022		2021	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,10%	-	5,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	6,10%	11,51%	5,20%	10,99%
Planos Unificado - Saldado	6,11%	11,52%	5,20%	10,99%
Planos III	6,12%	11,53%	5,30%	11,09%
Planos Assistencial	6,14%	5,10%	5,30%	11,09%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,10%	0,00%	5,50%
Plano III a.a.	1,00%	6,15%	1,00%	6,56%
Plano Assintencial - Aging Factor	3,30%	-	5,80%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

18.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02

18.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2022 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 341.675 e déficit de R\$ 44.341, sendo que, em 31.12.2021, a posição era, respectivamente, de R\$ 369.883 e de R\$ 7.387. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual dos planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2022, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.426.589	2.055.804	822.168	6.304.561	6.461.443
Valor justo dos ativos do plano	(3.768.264)	(2.100.145)	(113.091)	(5.981.500)	(5.988.843)
Estado de cobertura do plano	(341.675)	(44.341)	709.077	323.061	472.600
Ativo não reconhecido	341.675	44.341	-	386.016	377.270
	-	-	709.077	709.077	849.870

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2022, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes

18.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2021	3.818.453	2.029.589	1.137.445
Custo de serviço	145	1.194	5.061
Custo dos juros	272.242	149.696	82.986
Benefícios pagos	(284.437)	(141.737)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(347.289)	(16.720)	(245.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	3.459.114	2.022.022	980.307
Custo de serviço	105	1.195	4.216
Custo dos juros	380.003	221.172	101.830
Benefícios pagos	(320.954)	(156.617)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(91.679)	(31.968)	(264.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	3.426.589	2.055.804	822.168

18.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2021	4.275.271	2.204.286	150.394
Retorno esperado dos ativos	472.892	81.279	4.310
Contribuições e aportes	14.556	83.327	-
Benefícios pagos	(284.437)	(141.737)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(649.285)	(197.746)	(24.267)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	3.828.997	2.029.409	130.437
Retorno esperado dos ativos	418.896	166.424	17.481
Contribuições e aportes	16.579	90.534	-
Benefícios pagos	(320.955)	(156.617)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(175.253)	(29.605)	(34.827)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	3.768.264	2.100.145	113.091

18.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2023 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	128	2.455	4.764
Custo estimado dos juros	397.964	235.986	94.405
Rendimento esperado do ativo do plano	(437.729)	(243.957)	(12.711)
Contribuições estimadas dos empregados	(63)	(1.227)	-
Custos (receitas)	(39.700)	(6.743)	86.458

18.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(477.340)	475.469
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(130.725)	124.147
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	55.085	(54.263)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	282	(278)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	206	(201)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	758	(637)

18.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2023	209.511	107.234	51.610	368.355
2024	209.701	107.234	52.061	368.996
2025	210.191	107.234	51.337	368.762
2026	210.375	107.234	49.170	366.779
2027	210.488	107.234	47.051	364.773
2028 a 2052	2.596.097	1.911.377	497.293	5.004.767

18.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2022 e a alocação-meta para 2023, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2023 (*)	2022
Renda fixa	77,2%	71,1%
Renda variável	5,3%	10,0%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,7%
Investimentos estruturados	8,7%	10,2%
Investimentos no exterior	2,0%	4,8%
	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

18.5.10 Alocação de ativos por planos previdenciários patrocinados pela companhia:

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	86,0%	60,0%	67,0%	40,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,5%	0,0%	6,0%	0,0%
Investimentos estruturados	5,0%	0,0%	13,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2022.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

19. Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE nº 25.3.1)	29.032	29.032
Bandeira tarifária (NE nº 25.3.2)	-	147.766
	29.032	176.798

20. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

20.1 Saldos constituídos de P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	3.904	-	3.904	4.291
MME	-	1.965	-	1.965	2.145
P&D	129.733	1.172	26.723	157.628	158.978
	129.733	7.041	26.723	163.497	165.414
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	11.960	-	11.960	19.882
PEE	128.851	1.906	201.897	332.654	309.811
	128.851	13.866	201.897	344.614	329.693
	258.584	20.907	228.620	508.111	495.107
			Circulante	284.305	228.457
			Não circulante	223.805	266.650

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos direcionados ao: (a) desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D; e (b) financiamento e combate ao desperdício de energia elétrica, relacionado aos programas de Eficiência Energética - PEE, conforme Lei nº 9.991/2000 e Resoluções Normativas Aneel nºs 504/2012 e 556/2013, revisada pela Resolução Normativa Aneel n.º 830/2018.

O valor correspondente é reconhecido como deduções da receita (NE nº 25.2). Mensalmente, os saldos do Passivo de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, descontado o montante aplicado em projetos. Esses gastos realizados com os projetos são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Parte do valor é recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. Adicionalmente, parte do valor que seria constituído em P&D e PEE, é destinado à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 (Lei nº 14.120/2021).

20.2 Mutações dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	Procel	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2021	4.340	2.170	5.855	198.065	314.285	524.715
Constituições	25.603	12.802	12.802	25.603	51.206	128.016
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.010	3.010
Atualização (NE 27)	-	-	1.225	3.107	9.923	14.255
Recolhimentos	(25.652)	(12.826)	-	(8.801)	(56.177)	(103.456)
Glosas	-	-	-	306	-	306
Conclusões	-	-	-	(59.303)	(12.436)	(71.739)
Em 31.12.2021	4.291	2.146	19.882	158.977	309.811	495.107
Constituições	22.571	11.298	11.298	22.596	45.191	112.954
Contrato de desempenho	-	-	-	-	2.552	2.552
Atualização (NE 27)	-	-	3.799	4.725	24.647	33.171
Transferências	-	-	(3.685)	-	3.685	-
Recolhimentos	(22.958)	(11.479)	(19.334)	(6.894)	(30.568)	(91.233)
Glosas	-	-	-	-	830	830
Conclusões	-	-	-	(21.776)	(23.494)	(45.270)
Em 31.12.2022	3.904	1.965	11.960	157.628	332.654	508.111
Circulante	3.904	1.965	11.960	134.610	131.867	284.305
Não Circulante				23.018	200.787	223.805

21. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos

21.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	36.199	7.323	(3.716)	(973)	38.833
Veículos	48.076	81.167	(33.183)	-	96.060
Equipamentos	11.323	3.095	(6.654)	-	7.764
	95.598	91.585	(43.553)	(973)	142.657

21.2 Passivos de arrendamentos

21.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2021	28.953	63.183	92.136
Adições	2.966	37.502	40.468
Encargos	7.438	-	7.438
Transferências CP x LP	30.062	(30.062)	-
Pagamento - principal	(30.035)	-	(30.035)
Pagamento - encargos	(7.438)	-	(7.438)
Baixas	(499)	(1.257)	(1.756)
Em 31.12.2021	31.448	69.365	100.813
Adições	28.760	62.825	91.585
Encargos	10.724	-	10.724
Transferências CP x LP	30.877	(30.877)	-
Pagamento - principal	(41.778)	-	(41.778)
Pagamento - encargos	(10.724)	-	(10.724)
Baixas	(425)	(654)	(1.079)
Em 31.12.2022	48.882	100.659	149.541

A taxa de desconto em 31.12.2022 é 14,87% a.a. (10,53% a.a. em 31.12.2021). A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,87% a.a.

21.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2024	32.424
2025	19.122
2026	17.614
2027	1.258
2028	1.206
Após 2028	29.035
Total	100.659

21.3 Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	203.820	149.541
PIS/COFINS potencial	18.853	13.833

21.3.1 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%
Passivo Leasing	149.541	176.236	17,85%
Direito de uso Líquido	142.657	163.368	14,52%
Despesa Financeira	10.618	12.903	21,52%
Despesa de Depreciação	43.553	48.609	11,61%

21.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 26.7.1). O saldo dos compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis	7.116	20.658	53.294	81.068	74.584
Veículos	45.194	68.817	-	114.011	54.631
Equipamentos	7.355	1.385	-	8.740	12.911
	59.665	90.860	53.294	203.820	142.126

22. Outras Contas a Pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de iluminação pública arrecadada	52.520	32.895
Consumidores	50.652	45.558
Cauções em garantia	4.513	11.889
Outras obrigações	40.568	41.528
	148.253	131.870
	Circulante	132.246
	Não circulante	16.007
		116.348
		15.522

23. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 08.02.2023, ao analisar e julgar os Temas de Repercussão Geral nº 881 e nº 885, entendeu que uma decisão definitiva (“coisa julgada”) sobre tributos recolhidos de forma continuada perde os seus efeitos caso o STF se pronuncie de forma contrária em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso com repercussão geral, pois de acordo com a legislação e a jurisprudência uma decisão, ainda que com trânsito em julgado, só deve produzir efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. A Companhia não possui processos que se enquadram nos requisitos definidos pelo STF, razão pela qual não existem impactos em suas demonstrações financeiras.

23.1 Provisões para litígios

23.1.1 Mutações das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em	Resultado		Adições	Quitações	Saldo em
	1º.01.2022	Adições	Reversões	(Reversões) no ativo		31.12.2022
Fiscais (NE 23.3.a)	11.560	20.090	(820)		(7.980)	22.850
Trabalhistas (NE 23.3.b)	410.112	89.025	(2.671)		(103.472)	392.994
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	25.145	9.844	(13.363)		(509)	21.117
Cíveis (NE 23.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	158.699	74.943	(573)		(55.338)	177.731
Serviços de passagem	18.060	-	-	2.236	(731)	19.565
Desapropriações e patrimoniais	1.692	-	-	1.297	(2)	2.987
Consumidores	3.763	2.113	(630)		(1.488)	3.758
Ambientais	3.686	466	(40)		-	4.112
	185.900	77.522	(1.243)	3.533	(57.559)	208.153
Regulatórias (NE 23.3.e)	38.921	5.013	(20.984)		(15.206)	7.744
Total	671.638	201.494	(39.081)	3.533	(184.726)	652.858
Não circulante	671.638					652.858

	Saldo em	Resultado		Adições	Quitações	Saldo em
	1º.01.2021	Adições	Reversões	(Reversões) no ativo		31.12.2021
Fiscais (NE 23.3.a)	7.065	4.472	(8)		31	11.560
Trabalhistas (NE 23.3.b)	441.811	61.981	(16.833)		(76.847)	410.112
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	37.767	2.671	(14.701)		(592)	25.145
Cíveis (NE 23.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	122.046	49.019	(261)		(12.105)	158.699
Serviços de passagem	12.848	-	-	32.778	(27.566)	18.060
Desapropriações e patrimoniais	1.430	-	-	262	-	1.692
Consumidores	3.981	895	(706)		(407)	3.763
Ambientais	3.410	276	-		-	3.686
	143.715	50.190	(967)	33.040	(40.078)	185.900
Regulatórias (NE 23.3.e)	36.329	3.007	(148)		(267)	38.921
Total	666.687	122.321	(32.657)	33.040	(117.753)	671.638
Não circulante	666.687					671.638

23.2 Passivo contingente

23.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais (NE 23.3.a)	193.633	234.003
Trabalhistas (NE 23.3.b)	263.456	207.162
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	7.207	3.342
Cíveis (NE 23.3.d)	305.856	2.085.487
Regulatórias (NE 23.3.e)	1.135.780	1.070.687
	1.905.932	3.600.681

23.3 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
a. Fiscais				
Tributos federais				
Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	1.659	27.249
ICMS				
Mandado de Segurança que tem por objeto afastar o débito imputado pelo Estado do Paraná através do PAF nº 6.612.976-4. Houve decisão desfavorável à Companhia, proferida pelo Tribunal de Justiça, porém ainda sem trânsito em julgado. A Companhia interpôs recurso de agravo ao STJ, e assim foi procedida a revisão do risco.	-	-	-	42.917
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	104.787	84.108
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	22.850	11.560	87.187	79.729
Total Fiscais	22.850	11.560	193.633	234.003
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	392.994	410.112	263.456	207.162
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	21.117	25.145	7.207	3.342
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	73.366	79.092	71.237	68.103
d. Cíveis				
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS				
Estimativa de contingência passiva relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE nº 11.5, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação. Conforme detalhado na mesma nota explicativa, a Aneel abriu Consulta Pública nº 005/2021 com intuito de aprimoramento da proposta de devolução destes créditos tributários aos consumidores mas até o momento não há decisão final em âmbito administrativo. Com a promulgação da Lei nº 14.385/2022, a Administração da Copel e seus assessores legais procederam nova análise, sendo reconhecida a provisão no passivo (NE 11.5.2).	-	-	-	1.775.347

continua

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem taturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	104.365	79.607	210.149	117.051
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.				
Servidões de passagem	19.565	18.060	21.713	5.893
Desapropriações e patrimoniais				
As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões e das áreas desapropriadas. As desapropriações e patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse para retomada dos imóveis invadidos por terceiros em	2.987	1.692	600	114.672
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está fase de instrução	3.758	3.763	1.911	1.695
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	4.112	3.686	246	2.726
Total Cíveis	208.153	185.900	305.856	2.085.487
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se incluí a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	1.130.845	1.066.487
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	7.744	38.921	4.935	4.200
Total Regulatórias	7.744	38.921	1.135.780	1.070.687
	652.858	671.638	1.905.932	3.600.681

24. Patrimônio Líquido

24.1 Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Capital social integralizado	5.359.206	5.359.206
Número de ações	5.359.205.949	5.359.205.949

24.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Passivos atuariais		
	Benefícios pós-emprego	Tributos sobre os ajustes	
Em 1º.01.2021			(213.925)
Passivos atuariais	166.589	(56.641)	109.948
Em 31.12.2021			(103.977)
Passivos atuariais	181.446	(61.692)	119.754
Em 31.12.2022			15.777

24.3 Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição, ao final do exercício, ocorre mediante retenção do lucro líquido remanescente, após constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dividendos.

Durante o exercício de 2022, foram destinados R\$ 650.000 a título de Dividendos e JCP referentes reservas constituídas em exercícios anteriores. Deste montante, foram pagos R\$ 384.426. Conforme Parágrafo Único do Art. 189 da Lei 6.404/1976, o prejuízo de R\$ 229.778 em 2022, foi absorvido pelas Reservas de retenção de Lucros.

24.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(229.778)	857.884
Reserva legal (5%)	-	(42.894)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	814.990
1. Dividendos mínimos obrigatórios	-	203.748
2. Distribuição total proposta	-	407.495
3. Dividendos Intermediários		
a. Juros sobre o capital próprio, brutos		103.249
IRRF s/ os juros sobre o capital próprio	-	(15.487)
b. Juros sobre o capital próprio, líquidos	-	87.762
4. Dividendos a distribuir (1-3b)	-	115.986
5. Dividendo adicional proposto (2-3a-4)	-	188.260
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, líquidos (3b+4+5)	-	392.008
Dividendos por ação		
Dividendos por ação (em R\$)	-	0,02164
Dividendos por ação (em R\$) - JSCP	-	0,01927
Dividendos por ação (em R\$) - adicional proposto	-	0,03513

24.5 Lucro (Prejuízo) líquido por ação básico diluído

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas		
Ações ordinárias	(229.778)	857.884
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	5.359.205.949	5.348.742.915
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas		
Ações ordinárias	(0,04288)	0,16039

25. Receita Operacional Líquida

25.1 Receita por classes

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	7.964.604	9.424.155
Residencial	3.441.727	4.098.157
Industrial	955.005	1.231.889
Comercial, serviços e outras atividades	1.932.373	2.204.301
Rural	768.128	873.560
Poder público	262.000	276.383
Iluminação pública	253.758	339.524
Serviço público	351.613	400.341
Doações e subvenções	738.329	671.752
Suprimento de energia elétrica	280.808	791.501
Contratos bilaterais	63.705	167.316
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	217.103	624.185
Disponibilidade da rede elétrica	9.057.630	9.045.028
Residencial	2.899.389	3.011.506
Industrial	955.612	1.458.923
Comercial, serviços e outras atividades	1.655.105	1.772.686
Rural	658.070	623.280
Poder público	231.653	205.247
Iluminação pública	195.319	213.433
Serviço público	218.560	214.501
Consumidores livres	2.126.842	1.440.922
Concessionárias e geradoras	117.080	104.530
Receita de construção	2.048.022	1.700.889
Valor justo do ativo indenizável da concessão	79.169	108.733
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.847.863	2.502.324
Outras receitas operacionais	416.930	305.540
Arrendamentos e aluguéis	368.833	266.676
Renda da prestação de serviços	6.877	8.787
Outras receitas	41.220	30.077
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	22.433.355	24.549.922
(-) Tributos	(8.530.056)	(9.713.528)
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.553.805)	(1.637.203)
(-) ICMS	(3.454.333)	(4.717.793)
(-) Encargos setoriais (NE 25.2)	(3.521.709)	(3.358.420)
(-) ISS	(209)	(112)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.903.300	14.836.392

25.2 Reajuste Tarifário Anual - RTA da Copel Distribuição

O reajuste/revisão tarifária é prevista no contrato de concessão da distribuidora e, no caso da Copel distribuição, ocorre em junho de cada ano. Visa o reposicionamento das tarifas para cobertura dos custos de energia, encargos e outros financeiros – Parcela A, bem como a atualização da Parcela B, receita da distribuidora para realização serviços e remuneração dos investimentos. O resultado do RTA de 2022 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.049 de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na em junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886 de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

25.3 Encargos Setoriais

	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE 25.3.1)	2.505.319	1.641.500
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia (NE 25.3.1)	164.943	96.217
Bandeiras tarifárias (NE 25.3.2)	724.414	1.480.361
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE 20.2)	112.954	128.015
Taxa de fiscalização	14.079	12.327
	3.521.709	3.358.420

Os encargos setoriais são instituídos em lei e visam possibilitar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Os valores são regulamentados pela Aneel, incluídos na tarifa e recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia, sendo que cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

25.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem o objetivo de promoção do desenvolvimento energético no território nacional determinado pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Uma de suas fontes de recursos é o encargo tarifário atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pela distribuidora. As quotas anuais do encargo para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias e os montantes são geridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em conta específica.

A partir da competência de junho/2021, a Companhia passou recolher a quota relativa à CDE Conta COVID prevista no Despacho 939/2021, no montante mensal de R\$ 29.032, para amortização da operação de crédito contratado pela CCEE, destinada ao setor elétrico para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras, em decorrência da pandemia de Covid-19, conforme Decreto nº 10.350, de 18/05/2020 e Resolução Normativa nº 885, de 23/6/2020. A amortização será feita em 54 meses, sendo a primeira parcela em junho/2021 e a última em dezembro/2025.

Em 24.02.2023, a Aneel publicou o Despacho nº 510, homologando os valores da quota específica da CDE Escassez Hídrica (NE 7.1.b), para pagamento de operação financeira contratada para cobertura dos custos adicionais demandados no período de crise hídrica, conforme Resolução Normativa nº 1.008/2022. O valor determinado para a Copel Distribuição é de R\$ 6.454 mensais, a ser recolhido mensalmente à CCEE, diretamente na Conta Escassez Hídrica, a partir de junho/2023. O saldo é composto da seguinte forma:

		31.12.2022	31.12.2021
CDE USO^(a)	Cotas	2.321.875	1.534.491
	Conta Covid ^(b)	183.444	107.009
		2.505.319	1.641.500
CDE ENERGIA^(b)	Conta Covid ^(b)	164.943	96.217
		164.943	96.217
	Total	2.670.262	1.737.717

(a) **CDE Uso:** Res. Homologatória nº 3.034/2022 (mai a dez/22), Res. Homologatória nº 3.004/2021 (jan-abr/22); Res. Homologatória nº 2.814/2020 e Nota Técnica Aneel nº 12/2021 (jan-fev/21); Resolução Homologatória nº 2.834/2021 (mar-dez/21).

(b) **CDE Uso e CDE Energia - Conta Covid:** Despacho nº 939/2021 (junho/21-junho/22) de R\$ 20.032.

25.3.2 Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um indicativo das condições para geração de energia elétrica, do cenário mais favorável ao mais crítico, e que impacta em acréscimo no valor a ser faturado ao consumidor final, conforme o aumento dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras em função das dificuldades hídricas. Esse sistema, previsto na Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, apresenta atualmente as seguintes modalidades:

Modalidades de bandeiras	Acréscimo a cada 100 kWh consumidos (atual)	julho/2022 a junho/2023*	julho/2021 a junho/2022*
Bandeira verde	condições favoráveis de geração de energia.	não há acréscimo	
Bandeira amarela	condições de geração menos favoráveis.	2,989	1,874
Bandeira vermelha Patamar 1	condições mais custosas de geração.	6,500	3,971
Bandeira vermelha Patamar 2	condições ainda mais custosas de geração.	9,795	9,492
Bandeira de escassez hídrica	vigorou no período de maior crise hídrica - 01/09/2021 a 15/04/2022	-	14,200

*Exceto para Bandeira de escassez hídrica.

De setembro/2021 a abril/2022 a bandeira aplicada foi a de escassez hídrica e, de maio a dezembro/2022, prevaleceu a bandeira verde, após melhora das condições hídricas e de sucessivos períodos em que foram aplicadas as modalidades de bandeira vermelha e de bandeira de escassez hídrica, para cobertura dos maiores custos de geração de energia verificados desde o início de 2021.

26. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1)	(5.980.124)	-	-	-	-	(5.980.124)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2)	(2.313.203)	-	-	-	-	(2.313.203)
Pessoal e administradores (NE 26.3)	(451.968)	-	(147.153)	-	-	(599.121)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(126.382)	-	(43.111)	-	-	(169.493)
Material	(63.366)	-	(7.936)	-	-	(71.302)
Serviços de terceiros (NE 26.4)	(401.057)	(3.002)	(101.348)	-	-	(505.407)
Amortização	(418.403)	-	(35.904)	-	-	(454.307)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 26.5)	-	(119.482)	-	(162.413)	-	(281.895)
Custo de construção (NE 26.6)	(2.048.022)	-	-	-	-	(2.048.022)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 26.7)	(30.686)	(47.923)	(50.079)	(56.677)	-	(185.365)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 11.5.2)	-	-	-	-	(810.563)	(810.563)
	(11.833.211)	(170.407)	(385.531)	(219.090)	(810.563)	(13.418.802)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1)	(7.277.499)	-	-	-	-	(7.277.499)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2)	(2.363.451)	-	-	-	-	(2.363.451)
Pessoal e administradores (NE 26.3)	(673.070)	-	(232.268)	-	-	(905.338)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(116.668)	-	(39.106)	-	-	(155.774)
Material	(48.417)	(11)	(3.294)	-	-	(51.722)
Serviços de terceiros (NE 26.4)	(355.314)	(2.489)	(92.949)	-	-	(450.752)
Amortização	(374.433)	-	(32.199)	-	-	(406.632)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 26.5)	-	(127.333)	-	(89.663)	-	(216.996)
Custo de construção (NE 26.6)	(1.700.889)	-	-	-	-	(1.700.889)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 26.7)	(32.944)	(48.887)	(37.691)	(20.805)	-	(140.327)
	(12.942.685)	(178.720)	(437.507)	(110.468)	-	(13.669.380)

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.585.876	3.917.257
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	315.866	1.463.404
Itaipu Binacional	1.460.955	1.787.691
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	418.077	263.689
Micro e mini geradores e recompra de clientes	675.829	360.371
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(476.479)	(514.913)
	5.980.124	7.277.499

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de uso do sistema	1.757.225	1.468.110
Encargos dos serviços do sistema - ESS	340.254	1.031.770
Encargos de transporte de Itaipu	151.240	163.797
Encargo de energia de reserva - EER	297.058	76.328
(-) Recursos Conta de Energia de Reserva - CONER	-	(143.607)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(232.574)	(232.947)
	2.313.203	2.363.451

26.3 Pessoal e administradores

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal		
Remunerações	381.821	399.541
Encargos sociais	126.416	132.315
Auxílio alimentação e educação	65.218	66.430
Provisão para Participação nos lucros e/ou resultados (a)	31.651	203.280
Prêmio de desempenho	(3.661)	37.339
Programa de desligamentos voluntários	(4.199)	63.013
	597.246	901.918
Administradores		
Honorários	1.379	2.331
Encargos sociais	386	653
Prêmio de desempenho	86	424
Outros gastos	24	12
	1.875	3.420
	599.121	905.338

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

26.4 Serviços de terceiros

	31.12.2022	31.12.2021
Manutenção do sistema elétrico	214.363	193.137
Comunicação, processamento e transmissão de dados	63.503	58.269
Manutenção de instalações	43.462	44.291
Atendimento a consumidor	72.995	60.205
Leitura e entrega de faturas	53.660	52.831
Consultoria e auditoria	15.764	12.072
Outros serviços	41.660	29.947
	505.407	450.752

26.5 Perdas estimadas, provisões e reversões

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para litígios	162.413	89.663
Perdas de créditos esperadas		
Perdas de créditos esperadas de Clientes (NE 6.4)	118.478	125.892
Perdas de créditos esperadas de Outros créditos	1.004	1.441
Perdas de créditos esperadas	119.482	127.333
	281.895	216.996

26.6 Custo de construção

	31.12.2022	31.12.2021
Material	1.206.799	988.977
Serviços de terceiros	662.490	554.741
Pessoal	152.174	135.186
Outros	26.559	21.985
	2.048.022	1.700.889

26.7 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2022	31.12.2021
Perdas (Ganhos) na desativação e alienação de bens	46.038	5.184
Indenizações	13.717	38.516
Tributos	42.823	19.056
Propaganda e publicidade	7.899	7.666
Arrendamentos e aluguéis (NE 26.7.1)	14.320	5.434
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	60.568	64.471
	185.365	140.327

26.7.1 Arrendamentos e aluguéis

	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis	7.350	7.042
Veículos	40.457	26.262
Equipamentos	19.065	10.140
Outros	1.505	342
(-) Reclassificação IFRS 16	(52.501)	(37.474)
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.556)	(878)
	14.320	5.434

27. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
(+) Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas	258.721	306.662
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	146.754	35.903
Renda de aplicações financeiras	109.918	31.331
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	43.946	30.043
Atualização monetária do crédito tributário ação PIS/COFINS (NE 11.5)	33.909	22.696
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	9.243
Outras receitas financeiras	27.043	42.032
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(26.565)	(20.213)
	593.726	457.697
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	546.685	276.141
Parcelamento de Tributos (NE 11.4)	57.872	15.158
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	27.584	58.814
Juros sobre P&D e PEE (NE 20.2)	33.171	14.255
Variação monetária sobre Litígios	12.582	4.471
Atualização ação Pis/Cofins a devolver ao consumidor (NE 11.5)	12.559	2.964
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	11.207	3.745
Juros sobre Passivos de arrendamento (NE 21.3.1)	10.618	7.297
Outras despesas financeiras	10.495	8.383
	722.773	391.228
(-) Atualização provisão p/ destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 11.5)	1.040.694	-
Resultado Financeiro	(1.169.741)	66.469

28. Instrumentos Financeiros

28.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	430.121	430.121	393.317	393.317
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	905	905	822	822
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	1.442.819	1.442.819	1.200.708	1.200.708
			1.873.845	1.873.845	1.594.847	1.594.847
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			90	90	51	51
Caução STN (d)	16.1		-	-	142.764	115.643
Clientes (a)	6		2.538.906	2.538.906	3.585.765	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (a)	7		381.398	381.398	767.480	767.480
			2.920.394	2.920.394	4.496.060	4.468.939
Total dos ativos financeiros			4.794.239	4.794.239	6.090.907	6.063.786
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		483.255	483.255	293.179	293.179
Pert ¹ (d)	11.4		404.075	340.025	421.694	361.080
Parcelamento ICMS (d)			48.320	43.419	-	-
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.5		1.995.158	1.995.158	3.326.795	3.326.795
Fornecedores (a)	15		1.447.967	1.447.967	1.743.382	1.743.382
Empréstimos e financiamentos (d)	16		771.092	756.930	179.747	150.263
Debêntures (e)	17		4.056.446	3.916.549	3.235.153	3.235.153
Total dos passivos financeiros			9.206.313	8.983.303	9.199.950	9.109.852

¹Programa Especial de Regularização Tributária – Pert

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado.

28.1.1 Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;
- Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.3.2.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

28.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	430.121	393.317
Títulos e valores mobiliários (a)	905	822
Cauções e depósitos vinculados (a)	90	142.815
Clientes (b)	2.538.906	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (c)	381.398	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.442.819	1.200.708
	4.794.239	6.090.907

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, estando diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição, tais como a execução das ações internas de cobrança, suspensão de fornecimento, desemprego, redução da renda e alta taxa de juros, entre outros.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo mais de 5,0 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.

- A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	NE 16	964	26.643	77.904	862.311	-	967.822
Debêntures	NE 17	-	26.978	758.951	3.791.056	1.305.619	5.882.604
Fornecedores	-	680.298	4.215	-	-	-	684.513
Pls e Cofins a restituir a consumidores	NE 11.5	-	-	387.721	1.365.327	357.912	2.110.960
Pert	Selic	4.776	9.665	45.279	282.820	170.426	512.966
Parcelamento ICMS	Selic	874	1.767	8.259	46.722	-	57.622
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	36.543	74.240	353.022	59.037	-	522.842
Passivo de arrendamentos	NE 21.2	5.485	10.998	48.973	107.290	100.238	272.984
		728.940	154.506	1.680.109	6.514.563	1.934.195	11.012.313

Conforme divulgado nas NEs n°s 16.5 e 17.3, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

28.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

28.2.4 Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. Atualmente, a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e, portanto, não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

a. Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus fornecedores expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,25) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen de 03.02.2023.

Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2023		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	284.930	1.764	73.437	145.111
		284.930	1.764	73.437	145.111

28.2.5 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

a. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic de 12,50% e IPCA de 5,78%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen de 03.02.2023.

Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados - dez.2023		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	905	27	20	14
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	90	3	2	1
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	381.398	47.675	35.756	23.837
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.442.819	83.395	62.546	41.697
		1.825.212	131.100	98.324	65.549
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI/Selic	(751.671)	(93.959)	(117.449)	(140.938)
Caixa Econômica Federal	Sem Risco	(7.664)	-	-	-
BNDES	Sem Risco	(11.757)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.576.513)	(322.064)	(402.580)	(483.096)
Debêntures	Alta IPCA	(1.479.933)	(85.540)	(106.925)	(128.310)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(483.255)	(60.407)	(75.509)	(90.610)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(48.320)	(6.040)	(7.550)	(9.060)
Pert	Alta Selic	(404.075)	(50.509)	(63.137)	(75.764)
		(5.763.187)	(618.519)	(773.150)	(927.778)

28.2.6 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29, de 12 de dezembro de 2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

28.2.7 Risco quanto aos impactos do GSF

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

28.2.8 Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17 de novembro de 2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital ^(a)
			limitação de distribuição de dividendos e JCP
		regime restritivo de contratos com partes relacionadas	
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos	extinção da concessão
		no ano base	plano de resultados
			2 anos consecutivos
3 anos consecutivos	extinção da concessão		

(a) Aporte de Capital: em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DEC _i	FEC _i	DEC _i	FEC _i
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,29	6,84	7,20	4,76
Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DEC	FEC	DEC	FEC
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	-	9,19	6,80	7,98	5,29

Dívida Líquida	Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.
QRR	Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.
LAJIDA ou EBITDA Recorrente:	Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.
Indicadores de qualidade	Conforme NT 068/2021 – SRD/ANEEL e Resolução Autorizativa 10.231/2021, os indicadores de qualidade a partir de 2022 passaram a ser o DEC e o FEC.

Os critérios de cálculo dos indicadores da Gestão Econômico-Financeira estão estabelecidos no Anexo VIII da Resolução Normativa Aneel 948/2021.

c. Comentário sobre o indicador de 2022

A Companhia acompanha os indicadores da concessão de forma a antecipar ações que assegurem o ganho de eficiência e o cumprimento das exigências regulatórias e o resultado é divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2022.

28.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%. Entretanto, considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

28.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

28.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Lajida) e ainda, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	758.008	179.747
Debêntures	4.016.607	3.199.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	430.121	393.317
(-) Títulos e valores mobiliários	905	822
Dívida líquida	4.343.589	2.985.209
Patrimônio líquido	6.610.272	7.558.556
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,66	0,39

29. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são o acionista controlador, suas empresas ligadas, o pessoal-chave da Administração da Companhia, Companhias sob controle comum e outras.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão, da prestação de serviços de operação e manutenção e demais contratos de serviços.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

A Companhia não possui obrigações adicionais à remuneração do pessoal chave da administração, além dos benefícios de curto prazo e divulgadas nas notas explicativas referenciadas.

As informações sobre as principais transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

	Ref.	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador									
Estado do Paraná									
Programa Energia Solidária	(a)	9.735	5.590						
Programa Tarifa Rural Noturna - TRN	(b)	8.353	10.378						
Empregados cedidos	(c)	-	18						
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar	(d)			230	391			(2.656)	(2.398)
Companhia Paranaense de Energia									
Prestação de serviços		3	4			11	11		
Sistema de distribuição						12	12		
Financiamentos repassados - STN	NE 16.2			-	150.572				
Contrato de Mútuo	(e)							(5.000)	-
Compartilhamento	(j)	1.023	304	-	3.131			3.276	(12.165)
Entidades com influência significativa									
BNDDES (f) - Financiamentos	NE 16			11.757	19.595			(913)	(1.461)
Companhia sob controle comum									
Copel Geração e Transmissão S.A.									
Prestação de serviços		430	763			1.847	2.437		
Sistema de distribuição		943	927			7.594	7.018		
Energia elétrica para revenda	(g)			2.997	4.145			(36.627)	(34.574)
Rede básica e de conexão	(g)			24.185	22.294			(309.822)	(307.609)
Compartilhamento	(j)	5.897	4.017	8.962	8.439			(10.337)	(11.577)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas									
Prestação de serviços		27	41			137	155		
Sistema de distribuição						118	115		
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.									
Prestação de serviços		126	204			8	8		
Sistema de distribuição		2.062	2.137			25.977	21.611		
UEG Araucária									
Prestação de serviços		4	1			7	5		
Sistema de distribuição						7	4		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	(h)(i)			349	265			(5.235)	(4.152)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	(j)			97	68			(985)	(791)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	(j)			100	75			(1.046)	(1.136)
Compartilhamento	(j)	1.845	1.394					6.124	4.407
Pessoal chave da administração									
Honorários e encargos sociais	NE 26.3							(1.874)	(3.420)
Planos previdenciários e assistenciais	NE 18.3							(204)	(319)
Outras partes relacionadas									
Companhia de Saneamento do Paraná	(k)			4	-			(1.609)	(1.448)
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	(j)			95	136			(1.829)	(1.567)
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	(h)(i)			1.388	1.133			(19.568)	(17.275)
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	(h)			520	443			(5.654)	(4.379)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	(h)			1.125	1.012			(12.329)	(8.332)
Matrinchá Transmissora de Energia S.A.	(h)			1.061	785			(11.126)	(9.181)
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.	(h)			529	363			(5.100)	(4.227)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(h)			685	539			(7.276)	(6.265)
Fundação Copel									
Aluguel de imóveis administrativos				39.353	34.069			(3.203)	(2.929)
Planos previdenciários e assistenciais	NE 18			709.846	850.637				
Lactec	(l)			378	1.012			(566)	(435)

29.1 Referência às Partes relacionadas:

- a. O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.

- b. O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná é regulamentado pelo Decreto 1.288 de 30.04.2019. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.
- c. Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de PECLD.
- d. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- e. Contrato de Mútuo assinado com a Controladora em 18.11.2021, com validade de 12 meses, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI+1,75% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O montante de R\$ 100.000 foi liberado em 25.01.2022 e o contrato foi liquidado em 15.06.2022, gerando uma despesa financeira de R\$ 5.000.
- f. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.
- g. A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- h. A Companhia mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- i. A Companhia mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- j. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Copel Distribuição e as empresas do grupo, anuído pela Aneel. Os valores apresentados no resultado são líquidos e, quando credores, referem-se à recuperação de despesa.
- k. A Copel Distribuição mantém com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, contrato de fornecimento de serviços de Saneamento Básico.
- l. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

29.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs 16 e 17.

29.3 Compartilhamento

A empresa mantém contratos de compartilhamento de pessoal com empresas do grupo. Em 31.12.2021

a empresa possuía um saldo a receber da Copel GET, referente a encargos de conexão, recebido no primeiro semestre de 2022.

Saldo de Partes Relacionadas no Balanço Patrimonial

	Ativo		Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Compartilhamento	8.765	5.715	8.962	11.571
Outros	-	10	-	-
	8.765	5.725	8.962	11.571

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, correspondem a:

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de compra e transporte de energia	82.468.602	104.938.555
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.187.336	1.374.177

31. Seguros

A especificação por modalidade de risco dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2023	751.125
Riscos Nomeados	24.08.2023	711.496
Seguro D&O (a)	28.03.2023	130.443
Garantia Judicial	19.12.2025	10.118
Garantia Judicial	28.01.2025	9.079
Garantia Judicial	05.05.2024	9.002
Garantia Judicial	30.06.2024	7.273
Garantia Judicial	08.02.2024	7.107
Garantia Judicial	25.01.2024	6.030
Garantia Judicial	25.11.2023	5.745

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2022, de R\$ 5,2177.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de riscos diversos e garantia de pagamento.

Adicionalmente, a Copel possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O.

Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

32. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

32.1 Transações que não envolvem caixa

Em consonância com as informações constantes na NE nº 8, estão demonstradas no quadro abaixo as transações que, por não envolverem caixa, não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Adições dos ativos de concessão (NE 8)	2.092.117	1.774.583
Compras efetuadas a prazo	(175.783)	(240.718)
Compras efetuadas a prazo no exercício anterior	240.718	104.834
Apropriações / reversões	(3.533)	(33.196)
Incorporação de obras em andamento	-	(2.162)
	2.153.519	1.603.341

Conforme NE nº 21.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no Direito de uso de ativos totalizaram R\$ 91.585 em 31.12.2022 (R\$ 40.468 em 31.12.2021), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de Passivo de arrendamentos.

33. Eventos subsequentes

33.1 Mútuo com a Controladora

Contrato de Mútuo assinado com a Controladora em 27.02.2023, anuído pela Aneel conforme Despacho nº 502/2023, com validade de 24 meses e aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI+1,40% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O montante de R\$ 113.000 foi liberado em fevereiro/2023.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 933 de 18.05.2021 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel <https://ri.copel.com>, a partir de 21.03.2023 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias a partir de 20.04.2023.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo
Maximiliano Andres Orfali
Membros
Ana Letícia Feller
Marco Antônio Barbosa Cândido

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Presidente
Marco Antônio Barbosa Cândido
Membros
Carlos Biedermann
Luiz Claudio Maia Vieira

CONSELHO FISCAL
Membros titulares
Demetrius Nichele Macei
Harry Françóia Júnior
José Paulo da Silva Filho
Membros suplentes
Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Otamir Cesar Martins
Verônica Peixoto Coelho

DIRETORIA
Diretor Geral
Maximiliano Andres Orfali
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso

CONTADOR
Robson Carlos Nogueira
CRC-PR- 047941/O-4

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
- II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
- V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria *PricewaterhouseCoopers - PwC*, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei

Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte*, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOx*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das

normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – *SOx*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética;

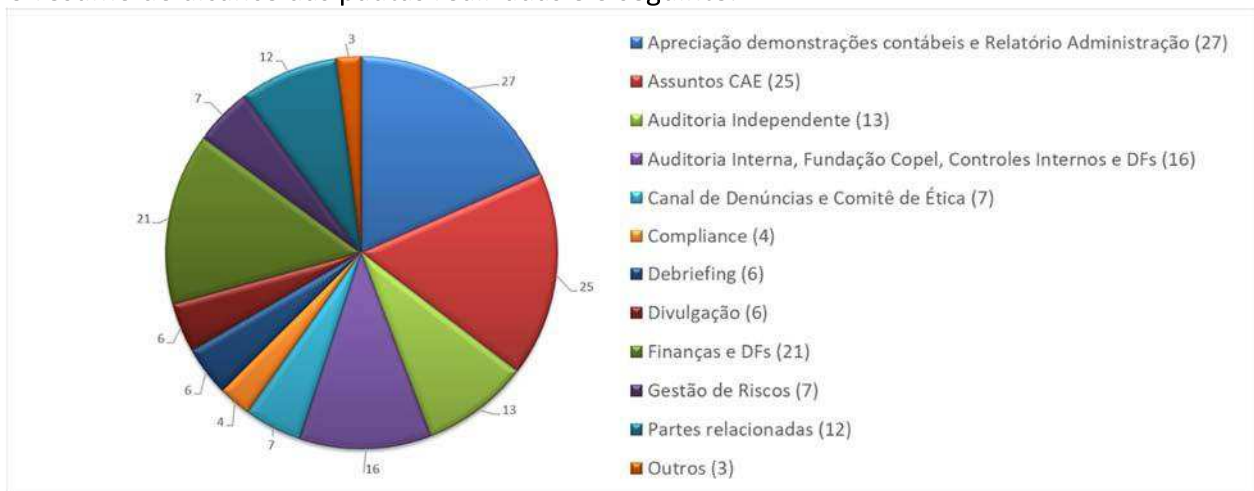
capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de *status* dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do *status* de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- Processos Jurídicos

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- Controles Internos

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- Reporte dos trabalhos de cibersegurança

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Presidente

(assinado eletronicamente)

CARLOS BIEDERMANN

Especialista Financeiro

(assinado eletronicamente)

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM nº 80/2022, em vigor a partir de 02.05.2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital, bem como a origem dos recursos, para o ano de 2023 da Copel Distribuição S.A, aprovada na 233ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 07.12.2022.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		R\$ Mil
Distribuição		1.878.882
TOTAL		1.878.882

FONTES DE RECURSOS		R\$ Mil
Recursos de Terceiros		1.067.000
Novas captações - Outras Instituições Financeiras		1.067.000
Recursos Próprios,		
Oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia		811.882
TOTAL		1.878.882

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA PARA A
ABSORÇÃO DO PREJUÍZO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022 E
PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O
CAPITAL E O TRABALHO**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e Relatório do Auditor Independente e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Verificado no Exercício de 2022 e para Pagamento de Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 21 de março de 2023

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionista da
Copel Distribuição S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 415.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.7 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra a receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento. A Companhia fatura mensalmente seus consumidores com base na energia medida. A receita não faturada é estimada entre a data da última medição e o final do mês, tendo como base o faturamento do mês anterior, sendo assim reconhecida como receita no final do mês em que o serviço foi prestado. Ao final de cada mês, a quantidade de energia entregue aos consumidores desde a data da última leitura do medidor é estimada e a receita não faturada correspondente é determinada considerando o consumo diário estimado e as tarifas aplicáveis por classe de consumidor, refletindo tendências históricas e experiências significativas. As diferenças entre a receita não faturada estimada e real são reconhecidas no mês seguinte.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários à auditoria do reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo os métodos e premissas utilizados para estimar receitas não faturadas, bem como o uso de sistemas automatizados para processar e registrar receitas. A execução de procedimentos de auditoria na receita exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação - TI.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo de medição de volumes de energia e preços, bem como controles sobre estimativas de receita não faturada; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para a identificação dos sistemas relevantes utilizados para o processamento das transações de receita, teste dos controles gerais de tecnologia da informação referentes ao acesso, modificação e operação desses sistemas e testes de controles de interface de sistema e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes da receita, bem como os controles de estimativas para garantir a precisão e integridade de receita; (c) avaliação da adequação e consistência dos métodos e premissas utilizados pela Diretoria para desenvolver as estimativas de receita não faturada, teste da acuracidade matemática das estimativas elaboradas pela Diretoria para a receita não faturada e avaliação da capacidade da Diretoria de estimar a receita não faturada com precisão, comparando a receita real subsequente com as estimativas históricas da Diretoria para os grupos de receita relacionados; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte, testando a precisão matemática da receita reconhecida e verificando o seu recebimento subsequente; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia esteja envolvida, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução final do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais jurídicos ou arbitrais.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a subjetividade para mensurar a provisão para litígios e elaborar as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, sendo necessário a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas; (b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia, incluindo o valor envolvido; (e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas; (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais; e (g) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.5.2 e nº 23.3 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu em exercícios anteriores, assim como no atual, passivo para a restituição aos consumidores referente a recuperação de crédito tributário de PIS e COFINS. Em exercícios anteriores, considerou que a provisão era restrita aos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado de sua ação judicial que reconheceu o direito à tal crédito. Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Federal nº 14.385, que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da COFINS sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida. Com base na revisão de avaliação do risco realizada pela Diretoria e suportada nas opiniões de assessores legais, a Companhia reconheceu provisão adicional durante o exercício atual, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude dos montantes envolvidos, da mudança na legislação durante o exercício e do alto grau de julgamento empregado pela Diretoria para estimar qual a obrigação da Companhia perante os consumidores, que requer a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e interpretação de legislações aplicáveis ao tema.

Para responder este principal assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo da Administração para avaliar e reconhecer essa provisão; (b) análise das opiniões legais preparados por especialistas jurídicos (assessores jurídicos internos e externos) quanto a avaliação dos requerimentos da Lei Federal nº 14.385 e sua relação com as demais legislações aplicáveis ao tema, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em aspectos legais para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Companhia e por seus assessores legais; (c) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade e auditoria, para nos auxiliar na avaliação dos conceitos utilizados pela Companhia para o tratamento contábil da Lei Federal nº 14.385; e (d) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº 1 RS 058908/O-1

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, sociedade anônima de capital aberto, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 80/2022, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da Copel DIS do exercício findo em 31.12.2022; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel DIS, relativas ao exercício findo em 31.12.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 21 de março de 2023

(assinado eletronicamente)

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

